



BRUNO FINAMOR ANDRADE DE OLIVEIRA

***A RIQUEZA DAS NAÇÕES À LUZ DA FILOSOFIA MORAL DE
ADAM SMITH***

**LAVRAS-MG
2024**

BRUNO FINAMOR ANDRADE DE OLIVEIRA

A RIQUEZA DAS NAÇÕES À LUZ DA FILOSOFIA MORAL DE ADAM SMITH

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, área de concentração em História da Filosofia, para a obtenção do título de Mestre.

Prof.º Dr. André Chagas
Orientador

Prof. Dr.º Emanuele Tredanaro
Coorientador

**LAVRAS-MG
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Oliveira, Bruno Finamor Andrade de.

A Riqueza das Nações à luz da Filosofia Moral de Adam Smith
/ Bruno Finamor Andrade de Oliveira. - 2024.

176 p.

Orientador(a): André Chagas.

Coorientador(a): Emanuele Tredanaro.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.


1. Filosofia Moral. 2. Economia Política. 3. Adam Smith. I.
Chagas, André. II. Tredanaro, Emanuele. III. Título.

BRUNO FINAMOR ANDRADE DE OLIVEIRA

A RIQUEZA DAS NAÇÕES À LUZ DA FILOSOFIA MORAL DE ADAM SMITH
**THE WEALTH OF NATIONS IN THE LIGHT OF ADAM SMITH'S MORAL
PHILOSOPHY**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, área de concentração em História da Filosofia, para a obtenção do título de Mestre

APROVADA em 14 de agosto de 2024
Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira - UFLA
Dr. Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira - UFMG
Dr. Emanuele Tredanaro - UFLA
Dr. Andre Chagas Ferreira de Souza - UFLA

Documento assinado digitalmente
 ANDRE CHAGAS FERREIRA DE SOUZA
Data: 21/08/2024 11:55:00-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.º Dr. André Chagas
Orientador

Prof.º Emanuele Tredanaro
Coorientador

LAVRAS-MG
2024

*“Pois nele vivemos, nos movemos e existimos.”
(Bíblia Sagrada; Atos 17:28)*

RESUMO

Adam Smith, economista e filósofo do iluminismo escocês, é conhecido principalmente por sua obra "A Riqueza das Nações" (1776), que o posicionou como pioneiro do liberalismo econômico. No entanto, sua produção anterior, "A Teoria dos Sentimentos Morais" (1759), explora a ética e a moralidade humana, oferecendo uma base filosófica que permeia toda a sua obra. O estudo em questão busca reinterpretar "A Riqueza das Nações" à luz de "A Teoria dos Sentimentos Morais", propondo uma visão mais complexa e menos caricatural de Smith, frequentemente reduzido ao estereótipo do liberalismo econômico. Este trabalho se insere em um movimento crítico que, desde o final do século XX, tenta alinhar mais estreitamente os escritos econômicos e éticos de Smith, desafiando a noção de que há uma grande discrepância entre esses dois aspectos de seu pensamento. Argumenta-se que Smith apresenta uma visão coesa, que integra o econômico e o moral, proporcionando uma compreensão mais profunda da condição humana e da sociedade. O estudo enfatiza como Smith manteve uma perspectiva equilibrada e multidimensional, incorporando conceitos como simpatia, prudência e autocontrole em sua análise econômica. Ao recontextualizar "A Riqueza das Nações" dentro da tradição moral que Smith nunca abandonou, o estudo visa não apenas a uma reavaliação acadêmica, mas também a ressaltar a relevância contínua e a integridade intelectual das contribuições de Smith para a economia e a ética. Assim, Smith é reafirmado como um pensador crucial no desenvolvimento da economia política, cujas ideias não apenas moldaram a economia moderna, mas também representaram uma era de inovação analítica.

Palavras-chave: filosofia moral; economia política; Adam Smith; autointeresse.

ABSTRACT

Adam Smith, economist and philosopher of the Scottish Enlightenment, is mainly known for his work “The Wealth of Nations” (1776), which positioned him as a pioneer of economic liberalism. However, his earlier work, “The Theory of Moral Sentiments” (1759), explores ethics and human morality, offering a philosophical basis that permeates his entire oeuvre. The study in question seeks to reinterpret “The Wealth of Nations” in the light of “The Theory of Moral Sentiments”, proposing a more complex and less caricatured view of Smith, often reduced to the stereotype of economic liberalism. This work is part of a critical movement which, since the end of the 20th century, has tried to align Smith's economic and ethical writings more closely, challenging the notion that there is a great discrepancy between these two aspects of his thought. It is argued that Smith presents a cohesive vision that integrates the economic and the moral, providing a deeper understanding of the human condition and society. The study emphasizes how Smith maintained a balanced and multidimensional perspective, incorporating concepts such as sympathy, prudence and self-control into his economic analysis. By recontextualizing “The Wealth of Nations” within the moral tradition that Smith never abandoned, the study aims not only at an academic reassessment, but also at highlighting the continued relevance and intellectual integrity of Smith's contributions to economics and ethics. In this way, Smith is reaffirmed as a crucial thinker in the development of political economy, whose ideas not only shaped modern economics, but also represented an era of analytical innovation.

Keywords: moral philosophy; political economy; Adam Smith; self-interest.

INDICADORES DE IMPACTO

O estudo das repercussões filosóficas nas ciências naturais e humanas é um tema amplamente discutido, destacando a importância da filosofia na formação de diversas ciências, incluindo a economia. Este trabalho de dissertação investiga as origens da economia moderna, explorando as bases filosóficas iluministas que influenciaram Adam Smith na formulação de sua teoria, que posteriormente evoluiu para o liberalismo econômico. A influência de Smith é tão abrangente que é difícil considerar qualquer corrente de pensamento econômico, como ricardismo, malthusianismo, marxismo, shumpeterismo ou keynesianismo, sem reconhecer seu impacto. O papel dos economistas, filósofos e outros atores sociais é crucial para entender os efeitos do liberalismo econômico globalmente. Revisitar Smith significa também revisitar abordagens críticas que buscam promover o bem-estar social e econômico. Além disso, o impacto da economia vai além dos aspectos sociais, influenciando áreas como a tecnologia, por exemplo, nas revoluções digitais e na inteligência artificial. No aspecto geopolítico, as decisões políticas são essenciais, como demonstrado durante a pandemia da Covid-19, onde as políticas de Keynes, influenciadas por Smith, foram fundamentais. No âmbito cultural, as políticas governamentais em diferentes níveis afetam diversos grupos sociais, mostrando que os impactos nem sempre são baseados em resultados empíricos. Por fim, o estudo ressalta que, embora nem todos os aspectos da filosofia sejam quantificáveis, as questões éticas, morais, econômicas e filosóficas continuam sendo uma parte integral do nosso cotidiano, moldando e sendo moldadas pela sociedade.

IMPACT INDICATORS

The study of philosophical repercussions in the natural and human sciences is a widely discussed topic, highlighting the importance of philosophy in the formation of various sciences, including economics. This dissertation investigates the origins of modern economics, exploring the Enlightenment philosophical foundations that influenced Adam Smith in the formulation of his theory, which later evolved into economic liberalism. Smith's influence is so far-reaching that it is difficult to consider any current of economic thought, such as Ricardianism, Malthusianism, Marxism, Shumpeterism or Keynesianism, without recognizing his impact. The role of economists, philosophers and other social actors is crucial to understanding the effects of economic liberalism globally. Revisiting Smith also means revisiting critical approaches that seek to promote social and economic well-being. In addition, the impact of economics goes beyond social aspects, influencing areas such as technology, for example, in digital revolutions and artificial intelligence. On the geopolitical front, political decisions are essential, as demonstrated during the Covid-19 pandemic, where Keynes' policies, influenced by Smith, were fundamental. In the cultural sphere, government policies at different levels affect different social groups, showing that impacts are not always based on empirical results. Finally, the study highlights that although not all aspects of philosophy are quantifiable, ethical, moral, economic and philosophical issues remain an integral part of our daily lives, shaping and being shaped by society.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. ADAM SMITH E A FILOSOFIA MORAL | 25 |
| 2.1 SIMPATIA E ESPECTADOR IMPARCIAL | 32 |
| 2.2 VIRTUDES | 54 |
| 2.3 AUTOINTERESSE | 59 |
| 3. SMITH NA ECONOMIA POLÍTICA | 70 |
| 3.1 DIVISÃO DO TRABALHO, TROCA, VALOR E MÃO INVISÍVEL..... | 74 |
| 3.2 O PROBLEMA DE ADAM SMITH..... | 84 |
| 3.3 <i>HOMO ECONOMICUS</i> | 89 |
| 3.4 LIVRE MERCADO | 99 |
| 4. O ELO ENTRE FILOSOFIA E ECONOMIA | 124 |
| 4.1 SIMPATIA E DIVISÃO DO TRABALHO | 127 |
| 4.2 ESPECTADOR IMPARCIAL E SOCIEDADES COMERCIAIS..... | 131 |
| 4.3 NATUREZA HUMANA E O <i>HOMO ECONOMICUS</i> | 137 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 150 |
| REFERÊNCIAS..... | 154 |

1. INTRODUÇÃO

Adam Smith, um filósofo e economista escocês do século XVIII, considerado um dos mais importantes teóricos econômico. Sua principal obra, intitulada *A riqueza das nações*¹, e publicada em 1776, revolucionou a compreensão sobre o funcionamento dos mercados e estabeleceu os fundamentos teóricos desse sistema econômico. Smith é amplamente reconhecido como o precursor da economia moderna e seus princípios têm sido difundidos e debatidos ao longo dos séculos.

Sua formação acadêmica, iniciada com sua fluência em latim e grego, levou-o à Universidade de Glasgow, onde estudou sob orientação de figuras eminentes como Francis Hutcheson (Paganelli, 2009, p.1). Uma insatisfatória passagem pela Universidade de Oxford, onde enfrentou um ambiente acadêmico restritivo, forjou sua visão crítica sobre a educação, posteriormente expressa na RN. Quando de seu retorno à Escócia, Smith começou a lecionar em Edimburgo, experiência que o levou à Glasgow, onde ocorreram suas contribuições à filosofia moral e econômica, as quais culminaram na publicação de *A teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações*, obras que embasaram sua obra e que o tornaram um erudito renomado. A tutoria do Duque de Buccleuch proporcionou a Smith numa viagem pela Europa e foi crucial para a elaboração de RN. Posteriormente, fixou-se em Kirkcaldy com sua mãe, dedicando-se à escrita de sua obra-prima, publicada em 1776, que, desde então, permanece como um marco na economia².

No final de sua vida, Smith mudou-se para Edimburgo, assumindo o cargo de Comissário da Alfândega. Sua morte, ocorrida em 1790, não marcou o fim de seu impacto; pelo contrário, seu legado perdura, não somente em função de suas influentes publicações, mas também pela manutenção da sua memória pela Escola de Negócios de Edimburgo³. Esse legado é um testemunho da relevância contínua de suas ideias, as quais transcendem a economia, influenciando a filosofia, a política e a ética, além de refletirem o vibrante entusiasmo intelectual da Escócia do século XVIII, um período marcado por intensas transformações sociais, econômicas e intelectuais.

A riqueza das nações de Adam Smith, apesar das críticas sobre sua atualidade, permanece um texto fundamental na economia, graças à abrangência e profundidade do pensamento de Smith. Como filósofo, ele empregou um método científico rigoroso para explorar a natureza humana e a sociedade,

¹ Doravante, os títulos das obras traduzidas para o português, quando mencionados, serão abreviados por “RN” - *A Riqueza das nações* - e “TSM” - *Teoria dos sentimentos morais*. Para os títulos originais, serão mantidas as abreviações sugeridas na “Chave de abreviações e referências” do padrão *The Glasgow edition of the works and Correspondence of Adam Smith*, isto é, “WN” e “TMS”, respectivamente.

² *Ibid.*, 2009, p.2

³ *Ibid.*, 2009, p.3

antecipando técnicas que valorizamos até na economia experimental contemporânea. Smith destacou-se não apenas por suas análises econômicas, mas também por julgamentos morais, criticando o sistema mercantilista e ponderando sobre como um sistema justo poderia também ser eficiente. Suas reflexões sobre justiça e eficiência, bem como sobre a relação entre o estado e a economia, mantêm sua obra relevante, pois ele abordava grandes questões e ideias que continuam a desafiar e inspirar (Paganelli, 2019, p. 253).

Além do mais, RN é imortalizada por sua investigação sobre o desenvolvimento e a prosperidade das nações sob uma ótica que integra economia, moral e política. Smith argumentou que a natureza humana é constante, enquanto o ambiente é variável, o que influencia significativamente o caráter e o comportamento das pessoas. Sua obra, portanto, convida à reflexão sobre como promover uma sociedade justa e próspera, consideradas as variáveis da condição humana. Este apelo às grandes questões da humanidade assegura a persistência do seu legado, tornando RN uma leitura essencial para compreender os princípios que moldam nossas sociedades e economias, pois evidencia a importância duradoura de suas investigações sobre a riqueza, justiça e liberdade⁴.

Embora Smith nunca tenha utilizado o termo *capitalismo* em suas obras, sua defesa do livre mercado, da propriedade privada e da competição exerceu uma influência profunda no desenvolvimento do capitalismo como regime de mercado predominante em diversas sociedades ao redor do mundo. Porém, para além de um defensor do livre mercado, Adam Smith, por vezes, é referido como um autor que entende o autointeresse como propulsor das ações humanas. A disseminação desse *status* dado a Smith advém de um longo processo de análises parciais de sua obra que o designa como *mainstream* da ciência econômica moderna. Quando atribuímos a esse filósofo a defesa de um sistema socioeconômico regulado pela *mão invisível*, inferimos que a autorregulação se caracteriza, portanto, como uma instância em que cada indivíduo, segundo suas vontades, é instado a tomar decisões, sendo essa a característica principal desses atores nessa sociedade. Esses conceitos liberais, de fato, estão presentes na obra de Smith, mas a compreensão integral deles possui, antes de tudo, um pano de fundo moral. Antes de suas contribuições na RN, Smith escreveu em 1759 *A teoria dos sentimentos morais*, obra na qual explora as bases da moralidade e da conduta humana, lançando luz sobre a natureza empática e social dos indivíduos, desenvolvendo conceitos éticos e morais. Esta obra foi ignorada ao longo da evolução do pensamento econômico.

⁴ *Ibid.*, 2019, p. 258

Esse recorte da obra de Adam Smith remonta à Alemanha do século XIX, onde surgiram controvérsias em torno da interpretação dos escritos de Smith. A principal questão relacionada aos trabalhos de Smith diz respeito à definição da natureza humana quanto a suas obras. A conciliação entre suas ideias tornou-se um verdadeiro desafio quando percebemos que, enquanto na RN o autointeresse é apresentado como um *princípio orientador* da ação humana, na TSM o autor escocês afirma que existem princípios na natureza humana que levam as pessoas a se preocuparem com o destino e a felicidade dos outros. A questão fundamental aqui é a seguinte: qual é o princípio basilar da ação humana em Smith? Seria a questão do autointeresse⁵, como demonstrado na RN, ou a questão simpatia⁶, tal como apontada na TSM? A concepção smithiana de *ser humano* foi colocada sob suspeita, o que indicava o abandono do autor em relação a suas concepções éticas presentes na RN.

Os estudiosos de Smith continuam a utilizar o termo alemão *Das Adam Smith Problem* para se referir a essa questão, uma vez que foi durante a análise dos textos smithianos realizados pelos economistas alemães, entre 1776 e 1800, que a suposta inconsistência entre seus escritos teria sido primeiramente identificada. Desde então, esse dilema tem sido discutido e considerado um pseudoproblema baseado na ignorância e no mal-entendido, conforme relatado por Raphael (2007):

Uma interpretação tão grosseira do pensamento de Smith só poderia surgir de uma falha em ler seus escritos com cuidado. Os estudiosos que abordaram o suposto problema estavam, em geral, interessados na economia de Smith e não eram bem versados em filosofia. Eles tinham pouco entendimento da teoria de Smith sobre julgamento moral, [e sobre] o contexto em que é dada proeminência a simpatia. Eles também foram bastante descuidados ao supor que comentários sobre autointeresse se destinavam a cobrir todas as ações (Raphael, 2007, p. 115).

Contudo, a ruptura acima apontada vai de encontro à imagem disseminada de Adam Smith na ciência econômica atual. Pesquisadores contemporâneos desse autor mantêm um diálogo sobre o tópico, indicando que, mesmo após debate secular, ainda restam discussões sobre se há, na teoria smithiana, uma “questão” tocante à coerência de suas obras, principalmente no que diz respeito à “essência” do homem e à uma conexão entre ética e economia.

Durante o século XVIII, a economia política era vista como uma área ampla do conhecimento que, integrada à filosofia moral e às ciências morais, abrangeia questões sociais, políticas e econômicas. Naquela época, diferentemente de hoje, os termos “ciência” e “filosofia” eram

⁵ No original, *self-interest*, doravante, “autointeresse”. SMITH, 1982 (tradução nossa).

⁶ No original, *sympathy*, doravante, simpatia. SMITH, 1982 (tradução nossa).

utilizados de maneira intercambiável. Portanto, a TSM era referida como uma obra de ciência moral como também filosofia moral enquanto que a RN referida como uma obra de economia política. *A priori*, esse campo de estudos poderia também ser considerado uma “ciência” ou um ramo da “filosofia”, nos termos daquela época, numa época em que ainda se tratava de compos em formulação.

Considerando esse processo de gênese dos estudos econômicos, é relevante delimitar os conceitos de economia política e ciência econômica, os quais, apesar de atualmente serem utilizados de maneira intercambiável, também podem designar significados distintos, a depender de seu contexto de uso. Adam Smith em seus escritos referia-se à RN como uma obra de economia política. Assim, conceitualmente, tratava-se de uma disciplina cujo objetivo era o estudo das interações entre os processos mercantis, a política e o poder. Buscava-se, portanto, analisar como as decisões econômicas eram influenciadas por fatores políticos e sociais e como a economia afetava a estrutura política e social da sociedade. Ora, se por um lado, convencionou-se, de modo geral, atribuir-se as origens da economia política especificamente a autores clássicos como Adam Smith, Karl Marx e John Stuart Mill, por outro, considera-se a ciência econômica como um amplo campo do saber constituído pelo estudo sistemático e “matemático” do comportamento econômico, que inclui não apenas as relações dos processos mercantis junto ao Estado, mas também a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. À medida que a sociedade capitalista foi se desenvolvendo, a economia política, como um dos importantes ramos da ciência econômica como um todo, notabilizou-se como ciência cujo objeto é o processo econômico, mais especificamente, o processo de produção de riqueza, o qual implica a produção, distribuição e consumo de bens materiais necessários à manutenção das sociedades.

A emergência da economia política como ciência autônoma, entre o final do século XVII e o início do século XIX, marca um ponto de inflexão no estudo do homem em sociedade, isso porque a obra mais famosa de Smith, a RN, de 1776, é frequentemente considerada um marco fundador da ciência econômica. Antes dela, a concepção de economia encontrava-se ainda associada a conceitos muito fragmentados. A ausência de um tratado aristotélico dedicado exclusivamente à economia, por exemplo, ainda que pautado em análises sobre a troca, o dinheiro e o valor, exemplifica bem a lacuna existente entre as reflexões econômicas dispersas e a formação de uma ciência econômica coesa. Esse período pré-científico da economia revela a falta de um corpo de conhecimento consolidado que pudesse abranger temas econômicos sob uma teoria unificada, apontando para uma era onde a economia, tal como a entendemos hoje, não era reconhecida como um domínio autônomo, mas estava

profundamente entrelaçada com aspectos éticos, morais e políticos da sociedade (Cerqueira, 2000, p.9).

A transição de uma economia de orientação prática de gestão doméstica e de bases éticas para uma de orientação política clássica reflete uma mudança paradigmática na percepção dos temas econômicos. Esta transformação não foi meramente conceitual, mas sim oriunda de mudanças sociais e econômicas substantivas que redefiniram as relações de produção e distribuição. A ascensão das economias de mercado, caracterizadas pela produção e troca de bens motivadas pelo interesse individual e facilitadas por mercados autorreguláveis, exigiu um novo quadro teórico. Este ambiente inovador, onde terra e trabalho tornaram-se mercadorias negociáveis sujeitas às forças de oferta e demanda, demandou uma abordagem analítica capaz de explicar as dinâmicas de um sistema econômico orientado pelo lucro e regulado por mecanismos de mercado, diferenciando-se assim dos contextos sociais e políticos mais amplos que anteriormente enquadravam as atividades econômicas (Cerqueira, 2000, p.10-11).

O desenvolvimento da economia política como uma disciplina autônoma é, portanto, reflexo de uma mudança fundamental na organização social e na compreensão das atividades econômicas. O deslocamento de uma economia imersa em estruturas sociais e políticas tradicionais para uma esfera econômica distinta exigiu a criação de um novo corpo de conhecimento necessário para analisar as complexidades dos mercados emergentes e a alocação de recursos sob condições de escassez, destacando-se a necessidade de uma teoria econômica que pudesse sistematizar e explicar o funcionamento de um sistema baseado na competição por lucros e na autorregulação por meio de mercados. Esta evolução intelectual e social não apenas desencadeou o estabelecimento da economia como ciência, mas também, além de estabelecer a base para o estudo avançado da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, pavimentou o caminho para o reconhecimento da economia política como uma disciplina crucial para o entendimento da dinâmica social⁷.

A consolidação da economia política como um campo de estudo científico autônomo representa um momento decisivo na compreensão humana das relações econômicas e sociais. A transformação da economia de uma série de práticas e reflexões dispersas para uma ciência dedicada ao estudo dos princípios que governam a produção, distribuição e consumo de bens e serviços reflete uma mudança profunda na maneira como as sociedades organizam e compreendem suas atividades econômicas. Esse desenvolvimento não somente respondeu às transformações nas relações de produção e distribuição desencadeadas pelas economias de mercado, mas também forneceu as

⁷ *Ibid.*, 2000, p.13.

ferramentas analíticas necessárias para a exploração das complexidades de um mundo cada vez mais orientado pelo mercado. Assim, a formação da economia política como conhecemos hoje não apenas marca a emergência de um novo paradigma no estudo do homem em sociedade, mas também sublinha a interconexão entre evolução social, transformação econômica e inovação intelectual (Cerqueira, 2000, p.18).

Assim, a ciência econômica tal qual entendemos hoje emprega métodos científicos e modelos teóricos para analisar como os indivíduos, empresas e governos tomam decisões em um contexto econômico, preocupando-se principalmente com questões relacionadas à eficiência econômica, alocação de recursos e maximização do bem-estar. No entanto, é importante ressaltar que essas distinções podem variar dependendo da tradição acadêmica e da abordagem adotada por diferentes escolas de pensamento econômico. Embora a predominância do termo "economia" em detrimento do uso de "economia política" tenha ocorrido mais significativamente no final do século XIX (Persky, 1995, p. 222), há casos em que os termos "economia política" e "ciência econômica" são usados de forma sinônima como referência ao mesmo campo de estudo. Para os objetivos do presente trabalho, faremos uso desta última forma, por entendermos não haver a necessidade de explicitação e detalhamento de cada um desses conceitos separadamente, principalmente porque Adam Smith encontra-se também como protagonista de um momento histórico EM transformação, evolução e expansão dos estudos econômicos.

Foi na RN que Adam Smith consolidou-se como um dos pensadores mais influentes da história, tendo-se empenhado em pesquisar as fontes e os motivos do progresso das nações, assim como em investigar formas de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Um dos principais argumentos de Smith é a potencialização da produtividade do trabalho e o acúmulo de capital como propulsores do avanço econômico. De acordo com o autor, isso pode ser obtido através da divisão do trabalho e da especialização dos trabalhadores, procedimentos que são consequência direta do crescimento dos mercados. Ao favorecer a divisão das tarefas e o foco em competências específicas, a divisão do trabalho incrementa a eficácia, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, a prosperidade de uma nação. Ademais, Smith não se restringiu apenas a aspectos econômicos. Ele também discutiu a ligação entre o autointeresse das pessoas e o bem da sociedade. Contrariando a ideia de que o autointeresse seria em si prejudicial ao coletivo, Smith argumentou que, por meio do livre funcionamento dos mercados e da busca individual pela maximização de ganhos pessoais, surge um efeito benéfico para a sociedade como um todo. No entanto, essa visão do comportamento econômico não é original de Smith, aqui vemos uma clara semelhança com as ideias de Bernard

Mandeville. Esse autor argumenta que dentro de cada pessoa existem várias emoções e desejos que nos influenciam. Essas paixões podem tomar conta de nós e decidir como agimos, mesmo quando não queremos. Ele acredita que, muitas vezes, não somos nós que controlamos essas emoções, mas sim elas que nos controlam, movendo-nos em diferentes direções na vida. É como se houvesse um jogo de forças dentro de nós, em que as paixões que sentimos são as verdadeiras chefas, e nós seguimos o que elas mandam.

Acredito que o homem (além de sua pele, carne, ossos etc., que se apresentam de modo óbvio à visão) é um composto de várias paixões; e que todas elas, conforme são excitadas e se tornam predominantes, governam-no alternadamente, queira ele ou não (Mandeville, 2017, p. 47).

Assim, partindo dessas “paixões” que nos governariam, Mandeville apresenta uma perspectiva provocativa sobre o autointeresse humano, sugerindo que as ações guiadas por interesses pessoais, rotuladas por ele como “crimes” ou “vícios”, podem, paradoxalmente, resultar em benefícios coletivos. Na visão dele, esses atos impulsionados pelo autointeresse não devem ser vistos apenas negativamente. Por exemplo, a busca individual por riqueza ou sucesso, apesar de poder ser vista como egoísta ou viciosa, pode levar a inovações, ao desenvolvimento econômico e a uma maior produtividade que, no final das contas, melhoram a sociedade. Ele vai além, argumentando que a própria virtude, que costumamos associar a atos altruístas e à renúncia ao egoísmo, podem na verdade se entrelaçar com o autointeresse de maneira produtiva. Nesse sentido, a virtude não seria oposta ao vício, mas poderia coexistir com ele de maneira que juntos contribuíssem para o avanço da sociedade. Mandeville observa que, como resultado dessa dinâmica, a sociedade experimentou um avanço tal que até mesmo aqueles em posições mais desfavorecidas tinham um padrão de vida superior ao padrão dos ricos em épocas passadas.

Afinal, foram esses “vícios”, como o desejo de conforto ou status, que motivaram as pessoas a trabalharem duro e a criar maneiras de tornar a vida mais cômoda e agradável. O autor afirma que os vícios privados podem ser transformados em benefícios públicos por meio da habilidade política, realça também a possibilidade de que o autointeresse, quando bem gerido, pode ser uma força para o bem maior. Portanto, o que tradicionalmente condenamos como falhas morais individuais, em outras palavras, a busca incessante por benefícios pessoais, pode ser direcionado de uma forma que, sob uma gestão astuta, contribua positivamente para o coletivo. É uma reflexão sobre como o autointeresse humano, frequentemente interpretado como um fator negativo, que pode ser uma fonte inesperada de progresso social quando compreendido e orientado de maneira adequada:

Tais eram as benesses daquele Estado. Seus crimes conspiravam para torná-las grandiosas: E a virtude, que, com a política, aprendera milhares de truques arditos, foi, graças à feliz influência, tornando-se amiga do vício: desde aquele dia, o pior tipo de toda a multidão para o bem comum contribuía. [...] Assim o vício cuidava do engenho, que se juntou ao tempo; e à indústria propiciava as conveniências da vida. Os verdadeiros prazeres, confortos e comodidades, a uma altura tal que mesmo os pobres viviam melhor do que os ricos de outrora, e nada mais poderia ser acrescentado. [...] Concluo, repetindo o aparente paradoxo [...], que os vícios privados, administrados com destreza por um político habilidoso, podem ser transformados em benefícios públicos (Mandeville, 2017, p. 28; p. 30; p. 412).

Segundo a metáfora proposta no livro *A fábula das abelhas*, o autointeresse poderia levar ao florescimento da colmeia. Friedrich Hayek (Hayek, 1948, p.9) considera Mandeville como um dos pioneiros do individualismo econômico, postulando que um conjunto mínimo de regras poderia assegurar que os vícios privados se convertessem em benefícios públicos. Louis Dumont, argumenta que a postura de Mandeville representa uma quebra com os valores tradicionais em questão na época (Dumont, 1982). Ao buscar exclusivamente seus próprios interesses, os indivíduos, sem perceber, estariam favorecendo o bem-estar da comunidade. Desse modo, introduz-se a famosa “mão invisível” de Smith. Nesta teoria de concordância natural dos interesses, a ética é substituída por essa dimensão particular de atuação. Ainda, de acordo com Dumont:

O que a ética nos ensina, senão que o egoísmo deve se subordinar a metas mais nobres? A mão invisível de Adam Smith assume aqui um papel que foi subavaliado. É como se a providência divina proclamasse: Não tenhas medo, meu filho, de parecer violar meus preceitos. Eu organizei tudo de tal maneira que você pode, legitimamente, renunciar à ética neste caso específico (Dumont, 1982, p. 88-89).

Desse modo, é frequente admitir-se que, a máxima mais difundida de Adam Smith, a percepção de que o autointeresse atua em benefício do bem comum, condensada no conceito de “mão invisível”, tem suas origens em Mandeville. Em RN, Smith postula que o mercado livre e o anseio intrínseco a cada indivíduo de aprimorar sua própria situação são os motores da prosperidade das nações.

The natural effort of every individual to better his own condition, when suffered to exert itself with freedom and security, is so powerful a principle, that it is alone, and without any assistance, not only capable of carrying on the society to wealth and prosperity, but of surmounting a hundred impertinent obstructions with which the folly of human laws too often incumbers its operations; though the effect of these obstructions is always more or less either to encroach upon its freedom, or to diminish its security (WN IV.v.b.43).

Em outras palavras, quando indivíduos buscam satisfazer seus próprios desejos no mercado, a mão invisível direciona essas ações em benefícios para toda a sociedade, ainda que não seja a intenção dos indivíduos. Essa ideia é baseada na crença de que um mercado livre e competitivo funciona como um sistema autorregulado, em que a oferta e a demanda são equilibradas automaticamente e as transações econômicas beneficiam tanto os compradores quanto os vendedores. Ou seja, quando as pessoas procuram seus próprios interesses, elas inadvertidamente beneficiam a sociedade como um todo.

Por exemplo, um empresário que deseja aumentar os lucros de sua empresa e, conseqüentemente, a sua riqueza pessoal pode optar por produzir um produto mais barato e de melhor qualidade para atrair mais clientes. Isso, por sua vez, pode estimular outros concorrentes a melhorarem a qualidade de seus produtos e a baixar os preços para competir no mercado, o que resulta em uma melhoria geral na qualidade dos produtos e em preços mais baixos para os consumidores. Outro exemplo é a busca de indivíduos por ganhos financeiros. Ao buscar maximizar seus lucros, investidores podem decidir investir em empresas que oferecem produtos ou serviços com alto potencial de crescimento, o que pode levar ao surgimento de novas indústrias e empregos para a sociedade. Assim, a tese de Smith em RN seria de que os indivíduos buscam melhorar suas condições e, se forem livres para perseguir seu autointeresse, acabam promovendo não só sua própria prosperidade, mas também a da nação como um todo.

No entanto, apesar das aparências e das similaridades, antes de escrever RN, Adam Smith discordara da lógica de Bernard Mandeville, posto que as ideias presentes em TSM são fundamentais para compreender essa divergência. Nela, Smith apresenta uma exploração da natureza humana, focando na ética, sob a perspectiva dos sentimentos morais. O princípio fundamental da teoria moral de Smith postula que as ações dos outros seres humanos são os objetos primários de nossas percepções morais. Além disso, nossos julgamentos morais em relação à nossa própria conduta são meras aplicações das decisões já tomadas em relação às ações dos outros.

Neste caso, Francis Hutcheson, assim como David Hume, são as influências de Smith. Segundo este autor, por exemplo, defende que os seres humanos possuem um senso moral que lhes permite distinguir atitudes éticas e são estimulados pela benevolência e ações que fomentam a felicidade do próximo (Hutcheson, 2008, p.91). David Hume reconhece a relevância do autointeresse na condição humana, mas refuta a noção de que todas as sensações morais podem ser reduzidas a esse princípio (Hume, 2001, p.422). Ele procura embasar sua filosofia moral na experiência humana, salientando a importância da justiça como um conjunto de normas que regulam a posse, a transmissão

e a utilização de bens e serviços. Esses autores forneceram a fundamentação intelectual para a construção desta obra de ética de Smith. Tal obra pode ser dividida em duas investigações distintas, cada uma com seu próprio objetivo. Dugald Stewart, amigo de Adam Smith, que escreveu a primeira versão de sua Biografia em 1793 e uma última edição em 1811, afirma quanto à estruturação da TSM que:

A obra do Sr. Smith abrange duas pesquisas separadas que, embora possam se intersectar em seu propósito geral, o leitor deve distinguir atentamente para assimilar cada aspecto do argumento. A primeira pesquisa busca elucidar como aprendemos a avaliar o comportamento alheio, enquanto a segunda pesquisa se propõe a mostrar como, ao aplicarmos esses julgamentos a nós mesmos, adquirimos um senso de obrigação e uma percepção de sua autoridade máxima sobre todos os nossos outros princípios de ação (Stewart, 2015, p. 83).

Smith mergulha nas complexidades da psicologia humana, investigando os processos pelos quais desenvolvemos nossos juízos morais. Ele oferece uma análise minuciosa dos sentimentos que experimentamos em relação às ações dos outros, destacando a importância da simpatia e da capacidade de nos colocarmos no lugar do próximo.

Ao examinar como emoções e sentimentos moldam nossas avaliações morais, Smith descortina um entendimento profundo da essência humana e de como tais elementos moldam nossas percepções éticas. Uma vez dominado o julgamento da conduta dos outros, Smith explora como replicamos esses mesmos julgamentos em nós mesmos. Ele sustenta que nossa habilidade de autocrítica moral surge diretamente de nossa habilidade de avaliar a conduta dos outros. Ao nos autoanalisarmos à luz dos princípios morais que empregamos nos demais, desenvolvemos um sentimento interno de obrigação e de responsabilidade, pelo qual reconhece-se a soberania desses princípios sobre nossas ações. Esta consciência moral nos conduz a uma compreensão mais profunda de nossa identidade e de nosso lugar em relação aos outros, além de ser o alicerce para a criação de um sistema ético, coeso e consistente.

Assim, antes mesmo de descrever as ideias relativas à mão invisível, Smith deixou claro que a noção de que os vícios privados produzem benefícios públicos é um “erro”, o que nos dá uma base de onde partir para interpretar a WN. De acordo com Bianchi (Bianchi; Santos, 2005, pp. 8-9.), o tumulto causado por Mandeville reflete a ruptura da economia frente à moral cristã dominante da época. Seu argumento paradoxal sustenta que vícios podem conduzir ao bem-estar econômico geral, contrariando a crença religiosa de que as virtudes produzem esse resultado.

It is the great fallacy of Dr. Mandeville's book to represent every passion as wholly vicious, which is so in any degree and in any direction. It is thus that he treats

everything as vanity which has any reference, either to what are, or to what ought to be the sentiments of others: and it is by means of this sophistry, that he establishes his favorite conclusion, that private vices are public benefits (TMS VII.ii.4.12)

Em *Theory of Moral Sentiments*, Smith expõe sua visão e destaca que, mesmo que o ser humano seja considerado egoísta, existem princípios inatos que o levam a se importar com o bem-estar alheio. Assim, podemos verificar que a ideia de Mandeville não possui detalhes sobre processos morais moderadores para esse mecanismo de vícios que levam a benefícios, diferentemente do que Smith iria vir a descrever na RN sobre esse tópico. Os preceitos de Smith na TSM asseguram que a alegria alheia é indispensável ao ser humano e, mesmo sem um ganho material subjacente, um prazer intrínseco presenciar a alegria do outro. Segundo Smith, o ser humano é estimulado por um conjunto de emoções e paixões, dentre elas, a simpatia, a habilidade de se colocar na posição do próximo e experimentar o que este vivencia. Fundamentado nesse atributo, o indivíduo consegue cultivar uma consciência ética, prezando pela alegria e a qualidade de vida alheia. Portanto, ainda que se reconheça que o egoísmo pode acarretar ganhos financeiros, Smith percebe que essa não é a única paixão que guia os seres humanos e que o egoísmo em si não é louvável.

Analisando esses dois trabalhos, RN e TSM, é possível observar uma aparente discrepância nas perspectivas de Smith acerca da essência humana. Na TSM, ele realçaria a relevância da ética e da simpatia como forças propulsoras das ações humanas, enquanto na WN ele ressaltaria o papel do “egoísmo” na promoção do bem-estar coletivo. Contudo, é relevante destacar que esses dois trabalhos de Smith abordam distintos aspectos da essência humana e podem ser considerados complementares em vez de opostos.

Ao longo do tempo, a relevância de Adam Smith foi sendo construída aos poucos, sua obra de economia política despontou na frente da TSM, de maneira que essa última ficou esquecida nas análises e referências a esse autor. Smith é tratado como um dos mais destacados representantes da denominada Escola Clássica de Economia, que ganhou notoriedade pelos seus empenhos em estruturar a economia de forma sistemática e racional e consolidou a economia como uma disciplina distinta das outras no campo das ciências sociais. Outros intelectuais proeminentes desta escola incluem David Ricardo, conhecido por sua teoria da vantagem comparativa, que esclarece por que é vantajoso para as nações se engajarem em comércio internacional; e Thomas Malthus, conhecido pela teoria de que a população tende a se expandir mais rapidamente do que a provisão de alimentos, o que levaria a uma inevitável penúria, a menos que o crescimento populacional seja controlado por ações de controle populacional, ou seja, limitado por catástrofes naturais.

No entanto, apesar do pioneirismo desta escola, o pensamento econômico tem uma longa e diversificada história que atravessa milênios e é caracterizada por diversas escolas de pensamento. Cada escola contribuiu de forma significativa para o modo como atualmente entendemos a economia e como ela se desenvolveu ao longo do tempo.

As origens da análise econômica moderna encontram-se fundamentadas em obras que se estendem muito além do que a maioria dos estudantes contemporâneos de economia percebem. Muitas delas que se debruçam sobre a história do pensamento econômico podem induzir à percepção de que marcos significativos foram estabelecidos a partir da era do mercantilismo europeu, do advento da escola fisiocrática no século XVIII, com os clássicos, ou até mesmo na Grécia antiga. No entanto, apesar das difusas origens do pensamento econômico sistemático, existe uma constante que persiste nas discussões acerca do nascimento da economia. Conforme observado por Sir Alexander Gray:

Permanece verdadeiro que o nome de Adam Smith é incomparavelmente o maior na história do pensamento econômico. Ele próprio um explorador, demarcou o terreno do estudo. Observou as coisas de forma abrangente, como nenhum de seus antecessores havia feito; e por mais defeituoso que seu próprio arranjo possa ter sido, ainda assim é verdade que sua análise, aperfeiçoada e sistematizada por seus seguidores, forneceu em grande parte o plano pelo qual todo o pensamento econômico posterior procedeu. Antes de Adam Smith, havia muita discussão econômica; com ele, alcançamos o patamar de discutir a economia propriamente dita (Gray, 1931, p. 123).

Tal consideração ilustra bem a influência fundamental de Smith na construção da economia como uma disciplina da acadêmica. Por isso, não pretendemos realizar um mergulho profundo na história do pensamento econômico, tampouco determinar a origem exata da economia. Em vez disso, buscamos oferecer um contexto essencial que permita compreender o cenário histórico no qual Adam Smith surgiu. Isso ajuda a estabelecer uma linha de base sólida para entendermos sua influência na forma como estudamos e compreendemos a economia hoje.

Adam Smith e sua obra RN são atualmente referências máximas, tanto no que diz respeito às origens da ciência econômica quanto da origem e desenvolvimento da noção de “livre mercado”. Contudo, na contemporaneidade, há uma tendência de redução de suas complexas teorias a modelos e análises matemáticas, deixando-se de lado a riqueza e a profundidade de seus *insights* filosóficos e sociais. Um reflexo dessa redução pode ser visto na abordagem de Paul Samuelson, um expoente da ciência econômica, que reconhece a existência de um modelo compartilhado de dinamismo entre Smith, Ricardo, Malthus e Mill. Samuelson afirma que “Adam Smith, David Ricardo, Thomas Robert Malthus e John Stuart Mill compartilhavam essencialmente um modelo dinâmico de equilíbrio,

crescimento e distribuição. No entanto, esse modelo é simplificado ao mínimo essencial, utilizando ferramentas matemáticas modernas para descrever, de forma contemporânea, as relações que eram comuns a esses escritores” (Samuelson, 1978, p.1415). A simplificação a que Samuelson se refere indica um enfoque reducionista, que destila as multifacetadas teorias de Smith a um conjunto de equações e conceitos economicistas.

Essa perspectiva, que Keith Tribe (Tribe, 2015, p.113.) classificou como a visão convencional de Adam Smith, seleciona de maneira estreita e limitada fragmentos de sua obra, promovendo-os como alicerces para o capitalismo de mercado e para a ortodoxia econômica que predomina atualmente. Tal abordagem tende a negligenciar não apenas as complexidades da RN, mas também desconsidera por completo a TSM, que fornece uma exploração vital sobre as bases éticas e morais que sustentam uma sociedade de mercado. Assim, a interpretação convencional falha em capturar a plenitude do pensamento de Smith, confinando seu legado a uma visão limitada que ressoa mais com os imperativos econômicos modernos do que com sua filosofia original.

Nos duzentos anos que se passaram desde a publicação da *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, a reputação de Adam Smith como um pioneiro expoente e principal porta-voz dos princípios da sociedade capitalista liberal se tornou firmemente estabelecida. É um papel que o qualifica para ser o pai fundador da economia política clássica e, portanto, um dos principais precursores da análise de Marx sobre o capitalismo do século XIX, bem como da economia ortodoxa (Winch, 1978, p.1).

Entretanto, novas perspectivas sobre o trabalho de Adam Smith surgiram durante as celebrações do bicentenário da primeira edição de RN em 1976, ao se investigar o “renascimento” de Smith, ainda que de maneira tímida, frente às investidas do neoliberalismo, em ascensão na mesma época. Pesquisadores focaram na visão completa de suas obras, identificando as interligações entre TSM e RN. A reavaliação da relação entre os argumentos econômicos e morais de Smith foi viabilizada pela descoberta de textos anteriormente desconhecidos. Este progresso foi consolidado na década de 1970 com a publicação de uma edição crítica de suas obras, a *Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*. Esta edição, revelada durante as festividades do bicentenário, expandiu substancialmente a disponibilidade de trabalhos de Smith para estudo, além dos livros RN e TSM, que foram publicados durante sua vida, essa edição abrange também cartas, resenhas, rascunhos e anotações que anteriormente eram desconhecidos ou negligenciados.

Algumas notas feitas por alunos durante os cursos ministrados por Smith na Universidade de Glasgow foram, segundo Cerqueira, (Cerqueira, 2005, p.187). gradualmente descobertas e publicadas

ao longo dos últimos cem anos. Adicionalmente, nos anos 1950, foram encontrados outros conjuntos de notas, abrangendo um curso sobre retórica e belas-letas, bem como cursos de jurisprudência. Nesse mesmo período, também foram descobertos materiais inéditos, como versões preliminares da RN, cartas e memorandos. Todos esses materiais foram editados e compilados para compor a *Glasgow Edition*, finalizada nos anos 1970 (Cerqueira, 2005, p.188).

Desde então, como um movimento de resistência, alguns acadêmicos têm-se dedicado a elucidar as complexas interações entre as diversas partes que compõem a vasta obra deste autor, indo além da compreensão reduzida disseminada pelo neoliberalismo. Figuras notáveis como Amartya Sen, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, deram um passo adiante na exploração da intricada relação entre ética e economia, conforme apresentada na obra de Smith.

Amartya Sen, ao abordar Smith, argumenta de maneira convincente que a tendência moderna de separar a economia da ética leva a uma compreensão fragmentada e, portanto, limitada da economia. Ainda mais problemático, essa separação pode resultar em uma interpretação enviesada e simplista do pensamento de Smith. Para Sen, a economia não deve se limitar ao mero estudo dos mecanismos de mercado, mas deve, de maneira mais abrangente, propor e orientar a construção de arranjos sociais e econômicos mais justos e eficientes. A obra de Sen atua como uma ferramenta crítica para desconstruir a imagem convencionalmente aceita de Smith como um advogado do autointeresse desenfreado. Em contrapartida, ele esforça-se para resgatar uma visão mais completa de Smith que reconheça a interdependência da economia e da moralidade na construção de uma sociedade justa e equilibrada. Mas ainda assim, fora dos limites do *mainstream* dos estudos econômicos, onde a ortodoxia e o liberalismo imperam.

Um contato mais próximo entre ética e economia pode ser benéfico não apenas para a economia, mas até mesmo para a ética. [...] O distanciamento da economia da ética empobreceu a economia do bem-estar, e enfraqueceu a base de grande parte da economia descritiva e preditiva. [...] O amplo uso da suposição extremamente estreita do comportamento auto interessado, limitou seriamente o escopo da economia preditiva e tornou difícil perseguir uma série de importantes relações econômicas que operam através da versatilidade comportamental (Sen, 1999, pp. 94-95).

Tendo estabelecido o contexto histórico e teórico em que as obras de Adam Smith foram concebidas, este trabalho se compromete a avançar na compreensão dessas contribuições, com um foco particular em oferecer uma perspectiva complementar à interpretação convencional. O objetivo explícito desta dissertação é iluminar a riqueza de nuances presentes na RN, através dos conceitos de autointeresse, livre mercado e a mão invisível, enfatizando como estes se entrelaçam de maneira

indissociável com a filosofia moral de Smith. Esta visão alternativa, situada no crescente debate acadêmico que se segue à edição de Glasgow das obras de Smith, busca, de maneira humilde, inserir-se na discussão que vem se consolidando no meio acadêmico sobre a interpretação das ideias de Smith.

Nos propomos a explorar esses conceitos não apenas para esclarecer suas implicações e aplicações, mas também para destacar a interconexão profunda entre as dimensões econômica e moral no pensamento de Smith. Através de uma análise cuidadosa de RN e TSM, pretendemos revelar a coesão teórica e a relevância contemporânea dessas ideias, contribuindo para uma compreensão mais integrada e completa do legado de Smith. Neste empenho, aspiramos não apenas a rever a interpretação das obras de Smith, mas também a oferecer insights valiosos para o debate econômico e ético atual, reconhecendo o valor inestimável de sua visão para enfrentar os desafios contemporâneos. Assim, este trabalho se posiciona como uma contribuição humilde, mas significativa, para o diálogo acadêmico em torno da complexidade e da atualidade do pensamento de Adam Smith.

No primeiro capítulo, dedicamo-nos a apresentar a TSM, estabelecendo o alicerce moral essencial para a compreensão das ideias mais complexas e debatidas de Smith. Este fundamento nos permitirá, nos capítulos subsequentes, analisar suas proposições com o devido contexto filosófico e ético.

No segundo capítulo, conduziremos uma análise detalhada de RN ressaltando as ideias mais significativas desta obra e as discussões que elas suscitam. Aqui, começaremos a tecer as conexões entre a RN e a TSM, evidenciando como a economia e a moral se entrelaçam no pensamento de Smith de maneira indissolúvel.

Por fim, no terceiro e último capítulo, propomo-nos a sintetizar as visões apresentadas nas duas obras anteriores, articulando uma interpretação coesa do pensamento de Smith. Esta análise culminará na demonstração de como a TSM e a RN, quando vistas em conjunto, oferecem uma visão profunda e integrada da natureza humana e da sociedade, reafirmando a atualidade e a relevância das ideias de Smith no debate econômico e ético contemporâneo.

Assim, este trabalho não apenas revisita as interpretações das obras de Smith, mas também se propõe a enriquecer o diálogo acadêmico, oferecendo novos insights sobre a interação entre economia e moralidade, e destacando a importância de uma leitura integrada para uma compreensão completa do seu legado.

2. ADAM SMITH E A FILOSOFIA MORAL

O primeiro livro de Smith, intitulado *A teoria dos sentimentos morais*, foi publicado em Londres no final de abril de 1759. Era uma obra de 550 páginas, cuja impressão teve uma tiragem de 1.000 cópias. As vendas foram rápidas e a segunda edição foi impressa já em setembro de 1760, com correções e revisões feitas pelo próprio autor em resposta às críticas recebidas. A terceira edição foi impressa em 1767 e nela foi acrescentado um ensaio chamado *Considerations on the first formation of languages and the different genius of original and compound languages*. A quarta edição, impressa em 1774, trouxe um título ainda mais longo: *The Theory of Moral Sentiments, Or an Essay Towards an Analysis of the Principles by Which Men Naturally Judge Concerning the Conduct and Character, First of Their Neighbors, and Afterwards of Themselves* e contou com a participação de outros livreiros na publicação. Apesar do tamanho pequeno da tiragem da quarta edição, a quinta edição, impressa em 1781, teve uma tiragem maior, uma indicação de que o interesse nesse livro ainda era grande. Em 1790, a sexta edição da TSM foi registrada, marcando uma grande revisão do texto anterior além de adendos e correções consideráveis. Essa edição foi publicada em dois volumes e tinha um preço mais alto. Seu formato e as revisões substanciais posteriores deram um novo impulso ao livro, em relação às quais as edições subsequentes mantiveram o formato em dois volumes. A sétima edição foi impressa em 1792, a oitava em 1797 e a nona em 1801.

David Hume teve um papel importante na divulgação dessa obra, segundo Cerqueira (2005, p. 183), pois se encarregou de promovê-la entre membros influentes dos círculos literários e políticos. Durante o período entre 1759 e 1825, a obra passou por 25 reedições, posteriormente traduzida para o francês e o alemão. Isso indica que a obra foi amplamente difundida entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, tendo recebido desde sua primeira publicação e exercendo influência nos principais círculos intelectuais da época, como os iluministas escoceses e continentais (Cerqueira, 2005, p.183).

No século XVIII, os filósofos escoceses formularam novos pontos de vista sobre a origem das instituições sociais, fundamentados na ideia de hábito como um atributo universal da natureza humana. Ferguson e Hume destacaram o papel dos hábitos na formação de comportamentos e na estruturação da psicologia humana, sugerindo que muitos dos nossos raciocínios derivam da costumeira repetição de experiências passadas. Essa análise estender-se-ia até a formação de hábitos comportamentais, adquiridos por meio de práticas e reforçados por repetição, o que nos permitiria formar expectativas e ordenar nossas ações dentro de um contexto social (Smith, C., 2006, p. 34).

Esses filósofos rejeitaram a ideia de um estado de natureza prévio à sociedade, argumentando que os seres humanos sempre existiram em grupos, indicativo de uma natureza intrinsecamente sociável. Eles buscaram entender o que une as pessoas em sociedades, concluindo que a combinação de utilidade e simpatia está no cerne das convenções sociais não escritas e dos modos de comportamento que se desenvolvem espontaneamente em ordens sociais não planejadas. Exemplos disso incluem a cooperação entre indivíduos, como dois homens remando um barco sem um acordo prévio, mas por uma convenção tácita percebida como útil (Smith, C., 2006, p. 35).

Adam Smith expandiu essa análise para o âmbito dos sentimentos morais, argumentando que nossos juízos de beleza e nossas respostas emocionais aos fenômenos externos são moldados pela customização e pela repetição, que dessensibilizam a intensidade tanto da dor quanto do prazer. Smith também reconheceu a importância da novidade e da utilidade na formação de nossos gostos, sugerindo que a familiaridade com inovações úteis pode ser incorporada às nossas práticas habituais, alterando assim nossas expectativas e comportamentos (Smith, C., 2006, p. 36).

Esses filósofos argumentaram que as convenções sociais e os padrões de comportamento são formados e reforçados pelo hábito, que guia tanto nosso comportamento quanto nossas expectativas em relação ao comportamento dos outros. Julgamos as ações dos outros com base em padrões de comportamento habituais, esperando que cada indivíduo aja de acordo com o papel social que desempenha. Nesse sentido, o contexto social e a socialização desempenham papéis cruciais na formação de costumes e na expectativa de comportamentos apropriados, além de influenciar a maneira como interagimos com os outros e o modo como nos adaptamos às mudanças sociais ao longo do tempo (Smith, C., 2006, p. 37).

A análise dos filósofos escoceses sobre a sociabilidade humana revela que a coesão social se fundamenta parcialmente na utilidade, ou seja, nos benefícios individuais derivados da interação social. Hume e Smith destacam que a interdependência social compensa as limitações individuais, promovendo melhorias na condição humana. Contudo, Ferguson aponta que a explicação baseada unicamente em utilidade não é suficiente para entender a universalidade da sociedade humana e observa que os laços sociais se fortalecem especialmente em momentos de perigo, em que certas ações são motivadas mais por sentimentos sociais do que por ganhos pessoais.

Além da utilidade, os filósofos escoceses identificam um princípio emocional fundamental para a sociabilidade: a necessidade psicológica de companhia. Argumentam que as pessoas se sentem mais felizes socialmente do que individualmente, em razão de uma tendência emocional inerente à natureza humana. Smith expande essa ideia ao vincular a necessidade emocional da vida em

sociedade à noção de simpatia, sugerindo que os seres humanos buscam a aprovação dos outros não por interesse próprio, mas por uma necessidade psicológica de concordância emocional (Smith, C., 2006, p. 38).

A família surge como a origem primordial da sociedade, com Hume enfatizando a "generosidade limitada" que se estende naturalmente aos próximos. Esse conceito designa o modo como nossa preocupação e simpatia se ampliam de nós mesmos para nossos relacionamentos mais próximos e diminuem gradativamente até os estranhos. Smith ilustra essa ideia com o exemplo do desastre chinês, ao mostrar como as reações emocionais a eventos distantes são moderadas pela falta de conexão direta, enfatizando a perspectiva localizada na formação das respostas morais (Smith, C., 2006, p. 39).

Essa "generosidade limitada", além de moldar os juízos morais e a simpatia, restringe ações egoístas e promove normas de comportamento produzidas pela sociabilidade. Smith argumenta que, embora tenhamos uma preferência natural pelo nosso próprio bem-estar, a simpatia nos ensina a limitar nossas ações de forma a não prejudicar os outros, uma ideia que se alinha com a construção de valores sociais e convenções comportamentais por meio da socialização (Smith, C., 2006, p. 40).

A socialização, impulsionada pela repetição de atitudes e práticas, habitua os indivíduos a modelos de comportamento convencionais na medida em que cria um sistema de valores morais intersubjetivos. Esse processo, enraizado na simpatia e na formação de hábitos, leva ao desenvolvimento de expectativas habituais e padrões de propriedade que guiam ações e julgamentos. Smith destaca que a sociedade age como um "espelho", o que nos permite avaliar nossas ações através da perspectiva do outro e ajustar nossas respostas emocionais para alcançar um equilíbrio aceitável (Smith, C., 2006, p. 41).

Portanto, a formação de convenções sociais e valores morais não é apenas um produto da utilidade, mas também da necessidade emocional de simpatia e aprovação, moldada pelas experiências de socialização dentro de contextos culturais e ocupacionais específicos. Este processo de socialização reforça a conformidade comportamental, influenciando tanto a preservação da reputação quanto a prática profissional, além de destacar a interação entre utilidade e simpatia na formação de costumes e na geração de valores sociais convencionais (Smith, C., 2006, p. 42).

Os filósofos escoceses, ao explorarem a formação e a evolução dos costumes e hábitos, ressaltam a importância da utilidade recorrente dessas práticas em contextos específicos. Hume aponta o "interesse" como fator crítico para a repetição de práticas que se tornam costumes habituais,

sugerindo que a utilidade derivada de tais práticas em resposta a circunstâncias recorrentes promove sua habitualidade.

A análise dos escoceses sobre a adaptação humana ao ambiente físico revela que as condições físicas influenciam a estrutura social e o comportamento habitual, mas o foco principal está na adaptação comportamental humana a essas condições. Instituições ligadas à justiça emergem da interação entre a natureza humana universal e as circunstâncias externas específicas. Smith corrobora essas ideias ao destacar o modo como a assimilação às circunstâncias particulares molda o comportamento humano, sob o argumento de que diferentes contextos de vida conferem características distintas às populações⁸.

Smith analisa como a exposição a dificuldades habitua indivíduos, como os "selvagens", ajuda a reagir de maneiras que maximizem a sobrevivência, aprendendo com o exemplo de outros. Essa socialização em práticas necessárias para a sobrevivência não se limita a sociedades primitivas; aplica-se igualmente a sociedades comerciais, nas quais comportamentos profissionais são moldados pelas exigências e circunstâncias da profissão. Por meio da simpatia, desenvolve-se um conceito de comportamento apropriado, que influencia a reputação profissional e, por sua vez, o sucesso financeiro⁹.

A diversidade cultural, segundo Ferguson, decorre da adaptação humana a "cenários muito diferentes", isso porque as circunstâncias humanas incluem não apenas aspectos físicos, mas também sociais (ou morais). Os costumes existentes foram formados em resposta a circunstâncias particulares e tornaram-se habituais pela utilidade percebida, o que leva à socialização individual nesses costumes, sem necessariamente implicar um endosso consciente de cada prática (Smith, C., 2006, p. 45).

Os costumes e hábitos, embora formados em resposta a circunstâncias específicas, podem persistir mesmo após mudanças nessas circunstâncias devido à força da habituação. No entanto, quando as circunstâncias externas mudam de maneira a remover a utilidade de uma prática, os costumes gradualmente evoluem em resposta às novas condições, tendo como resultado modificações comportamentais e o desenvolvimento de novos costumes. Esse processo de adaptação e mudança é visto pelos escoceses como indicativo do progresso das maneiras e da civilização¹⁰.

A abordagem dos filósofos escoceses à moralidade, com ênfase na ordem espontânea e na adaptação mútua às circunstâncias e às opiniões dos outros, sugere que as regras morais emergem

⁸ *Ibid.*, p. 43

⁹ *Ibid.*, p. 44

¹⁰ *Ibid.*, p. 46

como um resultado não intencional da nossa adaptação a modos de comportamento. Esse desenvolvimento moral, caracterizado pela busca de estabilidade nas expectativas sociais, é parte do argumento da "mão invisível", que explica a geração de ordens sociais espontâneas e socialmente benéficas, fundamentadas na limitação da capacidade humana para o conhecimento e na rejeição da racionalidade instrumental¹¹.

A obra de Adam Smith, particularmente *The Theory of Moral Sentiments*, oferece uma análise rica e matizada das interações humanas que vão além das simplificações encontradas com certa frequência na economia neoclássica. Smith não se limita a uma visão unidimensional da ação humana guiada exclusivamente pelo autointeresse ou pela maximização da utilidade. Em vez disso, ele elabora um modelo complexo de sociabilidade humana que integra tanto o pensamento quanto o sentimento, reconhecendo a importância da capacidade de simpatia mútua e do aprendizado de regras de conduta social.

Smith diferencia cuidadosamente entre paixões, emoções, sentimentos e afeições para capturar a riqueza das respostas humanas a diferentes contextos. Ao fazer isso, ele desvia-se significativamente da tradição utilitarista, que prevaleceria tempos depois, e passa a focar nas origens e intenções das ações humanas, mais do que em seus resultados, em termos de utilidade ou eficiência. Esta abordagem permite a Smith explorar os fundamentos éticos e sociais das interações humanas, em vez de reduzi-las a transações econômicas (Smith; Wilson, 2019, p. 39)¹².

No centro do modelo smithiano está a ideia de que os seres humanos são intrinsecamente sociais, guiados pela necessidade de viver em harmonia com os outros. Esta necessidade é atendida através da aprendizagem e adesão a regras de conduta que são sensíveis ao contexto e que equilibram os interesses próprios com a consideração dos outros. A capacidade de simpatia mútua, ou simplesmente simpatia, é o mecanismo primário através do qual as pessoas são socializadas e aprendem a navegar no complexo mundo das interações sociais.

Smith também aborda a importância da propriedade e da propensão ao comércio como fundamentais para o desenvolvimento econômico. No entanto, ele vê esses aspectos como extensões da sociabilidade humana para o domínio do comércio interessado, a formação de preços e a especialização do trabalho surgem naturalmente da tendência humana ao comércio. Este processo é

¹¹ *Ibid.*, p. 47

¹² *Ibid.*, p. 39

facilitado pelas regras da justiça, que canalizam ações individuais de maneira que beneficiem tanto o indivíduo quanto a sociedade¹³.

A precisão da linguagem de Smith e sua escolha cuidadosa de palavras como "paixões", "emoções", "sentimentos" e "afetos" são essenciais para entender sua visão do mundo social. Ao contrário da concepção moderna de "emoções" como fenômenos fisiológicos não cognitivos, Smith integra o sentir e o pensar em sua análise das interações humanas, em uma perspectiva que abrange tanto a razão quanto a emoção.

Em resumo, a abordagem de Smith a respeito da sociabilidade humana é profundamente enraizada em uma compreensão da complexidade das motivações humanas e das formas como as pessoas se relacionam umas com as outras. Ao focar nas intenções e origens das ações, em vez de apenas em seus resultados utilitários, Smith elabora um modelo de análise social que valoriza a ética, a simpatia e a capacidade de viver em comunidade. Essa visão oferece *insights* valiosos para a ciência social contemporânea, enfatizando a importância de entender as interações humanas em toda a sua riqueza e complexidade (Smith; Wilson, 2019, p. 43).

O uso cuidadoso de palavras como "paixões", "emoções", "sentimentos" e "afeições" por Adam Smith em *The Theory of Moral Sentiments* não é apenas uma questão de estilo literário, antes, reflete uma compreensão profunda das complexidades das interações humanas. Ao estabelecer uma distinção entre essas noções, Smith constrói um modelo de sociabilidade que integra tanto o pensamento quanto o sentimento humanos, além de destacar a importância da capacidade humana para a simpatia mútua e o aprendizado de regras de conduta social apropriadas ao contexto.

Em sua obra, Smith diferencia "paixões" e "emoções" como estados de sentimentos aos quais nossa mente é submetida, muitas vezes de maneira súbita e imperiosa, demandando nossa atenção. "Sentimentos", por outro lado, são mais complexos, envolvendo tanto o pensamento quanto o sentimento, e estão relacionados à nossa capacidade de refletir sobre as causas e as consequências de nossas ações em relação aos outros.

"Afeições" designa causa que excita um estado passivo, isto é, de alguém que é afetado, em que se destaque a importância de entender as causas subjacentes aos nossos sentimentos e como eles nos movem a agir¹⁴.

Smith argumenta que o entendimento e a regulação desses estados internos, em resposta às circunstâncias e ao impacto de nossas ações sobre os outros, são fundamentais para a harmonia social.

¹³ *Ibid.*, p. 41

¹⁴ *Ibid.*, p. 45

Isso nos permite navegar no complexo mundo das interações humanas, aprendendo a equilibrar nossos interesses próprios com a consideração pelos outros. Este processo de aprendizado é internalizado como ação ética e autogovernada, fundamentada na capacidade de simpatia mútua e no desejo de viver em comunidade.

A distinção entre paixões, emoções, sentimentos e afeições na obra de Smith não apenas oferece uma perspectiva rica sobre a natureza humana, mas também ilumina os mecanismos através dos quais as pessoas são socializadas e aprendem a aderir a normas de conduta que permitem a coexistência pacífica e cooperativa. Ao focar nas origens e intenções das ações humanas, em vez de apenas em seus resultados utilitários, Smith fornece um modelo de análise social que valoriza a ética, a simpatia e a capacidade humana de viver em harmonia. Essa visão, que integra tanto o sentir quanto o pensar, oferece *insights* valiosos para a compreensão das interações humanas em toda a sua complexidade e riqueza (Smith; Wilson, 2019, p. 47).

Adam Smith, em *The Theory of Moral Sentiments*, oferece uma análise profunda das interações humanas, destaca a importância das "paixões", "emoções", "sentimentos" e "afeições" no julgamento moral e na conduta ética. Esse autor argumenta que a capacidade humana de se simpatizar com os sentimentos dos outros é fundamental para a sociabilidade e a moralidade, pois isso nos permite compreender e responder adequadamente às situações dos outros. Smith inicia sua discussão estabelecendo uma diferença entre paixões e emoções, sugerindo que enquanto aquelas representam estados intensos que dominam nossa mente, estas implicam excitações de sentimentos provocadas por situações específicas.

Assim, paixões como o amor, a gratidão e o ressentimento representam tanto sentimentos profundos quanto impulsos que motivam ações específicas. Adam Smith enfatiza que a compreensão e a avaliação das afeições de outra pessoa dependem de nossa capacidade de imaginar como nos sentiríamos se estivéssemos na mesma situação, levando em conta tanto o estado afetado quanto a causa subjacente dessa afecção.¹⁵ Os "sentimentos" ocupam um lugar central na teoria de Smith, uma vez que funcionam como pontes entre pensamento e sentimento, não se reduzindo a reações emocionais, mas também ao fato de incorporarem julgamentos sobre a adequação das ações com base na simpatia e na compreensão das circunstâncias. Através dos sentimentos, avaliamos a proporcionalidade das respostas emocionais às suas causas, por meio do que busca-se a harmonia entre nossas reações e aquelas que percebemos nos outros.

¹⁵ *Ibid.*, p. 49

A "simpatia", um conceito-chave em Smith, é uma referência à capacidade de compartilhar e entender os sentimentos dos outros e, com isso, promover uma conexão emocional bidirecional, que é instantânea e, muitas vezes, imperceptível. A simpatia facilita a comunicação emocional entre os indivíduos, o que permite que compartilhem e validemos, de maneira significativa¹⁶, as experiências uns com os outros.

O "sentido de propriedade" é outro aspecto crucial na obra de Smith, uma vez que se relaciona com a capacidade de discernir e aderir às normas de comportamento moral apropriadas em diferentes contextos. Esse sentido não é apenas uma questão de conformidade externa, mas também uma experiência profundamente enraizada naquilo que é moralmente adequado, além de baseado na interação entre sentimentos, pensamentos e percepções.

Em resumo, Adam Smith propõe uma visão integrada da natureza humana, onde a capacidade de sentir, pensar e conhecer coletivamente forma a base da moralidade e da conduta ética. Seu trabalho destaca a complexidade da experiência humana, enfatizando a importância da simpatia, da reflexão moral e do compromisso com padrões de comportamento que promovem o bem-estar coletivo e a harmonia social (Smith; Wilson, 2019, p. 52).

2.1 Simpatia e Espectador Imparcial

O argumento de Smith na *Teoria dos sentimentos morais* começa da seguinte forma:

How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it (TMS I.i.1.1).

Desde o início do texto, podemos observar uma descrição da natureza humana como caracterizada pela presença da simpatia. Ao longo do texto, Smith utiliza o termo "simpatia" para descrever essa capacidade. Era lugar comum compreender a simpatia como a habilidade de se colocar no lugar de outra pessoa, de compreender e compartilhar suas emoções, perspectivas e experiências. Trata-se da capacidade de reconhecer e compreender os sentimentos alheios, de demonstrar sensibilidade e interesse genuíno em relação às necessidades e bem-estar dos outros. A simpatia não se limita apenas a reconhecer as emoções de alguém, mas também implica em relação ao outro

¹⁶ *Ibid.*, p. 51

responder de forma apropriada, demonstrar compreensão e apoio¹⁷. Para esclarecer o termo em questão na TSM, devemos nos atentar a uma das primeiras descrições do fenômeno da simpatia apresentada pelo filósofo escocês:

When we see a stroke aimed and just ready to fall upon the leg or arm of another person, we naturally shrink and draw back our own leg or our own arm; and when it does fall, we feel it in some measure, and are hurt by it as well as the sufferer (TMS I.i.1.3).

Smith continua:

Upon some occasions sympathy may seem to arise merely from the view of a certain emotion in another person. The passions, upon some occasions, may seem to be transfused from one man to another, instantaneously and antecedent to any knowledge of what excited them in the person principally concerned (TMS I.i.1.6).

A compreensão de Smith sobre a experiência da simpatia baseia-se em um processo cognitivo iniciado por nossa capacidade de imaginação. Ele argumenta que podemos nos colocar no lugar do outro, o que nos permite entender como reagiríamos diante de situações por ele vivenciadas. Esse processo de simpatia permite que aprovemos ou desaprovemos as ações e sentimentos dos outros, bem como as nossas próprias ações e sentimentos, que levam aos princípios morais. Para Smith, a moralidade é fundamentada na ideia de se colocar no lugar do outro por meio da imaginação. Como não temos acesso direto às experiências e sentimentos dos outros, só podemos formar uma ideia de como eles estão sendo afetados ao imaginar como nos sentiríamos em situações semelhantes. Ele escreve:

Though our brother is upon the rack, as long as we ourselves are at our ease, our senses will never inform us of what he suffers. They never did, and never can, carry us beyond our own person, and it is by the imagination only that we can form any conception of what are his sensations. Neither can that faculty help us to this any other way, than by representing to us what would be our own, if we were in his case. It is the impressions of our own senses only, not those of his, which our imaginations copy. By the imagination we place ourselves in his situation, we conceive ourselves enduring all the same torments, we enter as it were into his body, and become in

¹⁷ Alguns estudos recentes, inferem que a empatia parece estar restrita a seres com a capacidade de reativar redes neurais específicas, baseando-se nas emoções percebidas de outros. Segundo de Waal, esses neurônios-espelho diminuem a barreira entre o indivíduo e os outros, facilitando a empatia especialmente entre pessoas com características semelhantes ou laços próximos, uma vez que facilitam a identificação com os sentimentos do outro. Esse conceito ressoa com a descrição prévia de Adam Smith sobre empatia, como uma forma de "trocar de lugar" com outra pessoa através da imaginação. DE WAAL, Frans. *The age of empathy: Nature's lessons for a kinder society*. New York: Three Rivers Press, 2009, p. 78-9.

some measure the same person with him, and thence form some idea of his sensations, and even feel something which, though weaker in degree, is not altogether unlike them (TMS I.i.1.2).

Essa passagem ilustra como, para Smith, a simpatia não é apenas um fenômeno emocional, mas também um processo cognitivo, nesse caso, um processo cognitivo múltiplo, em que usamos nossa imaginação para compreender as experiências dos outros. Ao nos colocarmos no lugar do outro, mesmo que apenas de forma imaginativa, podemos desenvolver uma noção de suas sensações e sentimentos, o que, por sua vez, nos permite avaliar e julgar ações e emoções sob uma perspectiva moral. A simpatia não deve ser erroneamente identificada como benevolência, dado que ela nos permite experimentar uma vasta gama de emoções, sejam elas positivas ou negativas. Não sentimos simpatia por alguém somente quando manifesta sentimentos benevolentes, mas também quando percebemos que suas emoções e comportamentos são apropriados e equilibrados. Efetivamente, a estrutura moral de Smith assemelha-se a um palco teatral, onde cada observador assume o papel do outro que está sendo observado.

Pity and compassion are words appropriated to signify our fellow-feeling with the sorrow of others. Sympathy, though its meaning was, perhaps, originally the same, may now, however, without much impropriety, be made use of to denote our fellow-feeling with any passion whatever (TSM I.i.1.5).

Nesse processo, a simpatia não nasce de uma preocupação pessoal, mas sim de um constante esforço para se colocar na posição do outro. *The Theory of Moral Sentiments* de Smith sublinha a importância da simpatia como um instrumento para a formação de padrões éticos e para a construção de uma ordem social fundamentada na contenção e na ação coletiva, regulando os comportamentos individuais. Smith expõe claramente:

Sympathy, however, cannot, in any sense, be regarded as a selfish principle. [...] When I condole with you for the loss of your only son, in order to enter into your grief I do not consider what I, a person of such a character and profession, should suffer, if I had a son, and if that son was unfortunately to die: but I consider what I should suffer if I was really you, and I not only change circumstances with you, but I change person and characters. My grief, therefore, is entirely upon your account, and not in the least upon my own. It is not, therefore, in the least selfish. How can that be regarded as a selfish passion, which does not arise even from the imagination of anything that has befallen, or that relates to myself, in my own proper person and character, but which is entirely occupied about what relates to you? A man may sympathize with a woman in child-bed; though it is impossible that he should conceive himself as suffering her pains in his own proper person and character (TMS VII.iii.1.4.).

Para que o processo de simpatia ocorra, é crucial levar em consideração as circunstâncias em que o indivíduo em questão se encontra. Conforme Smith destaca, “Sympathy, therefore, does not arise so much from the view of the passion, as from that of the situation which excites it” (TMS I.i.1.10). Portanto, como um procedimento cognitivo múltiplo, a simpatia demanda que o espectador se desvincule de seus próprios sentimentos e paixões, com o objetivo de se inserir na situação do outro. Ao tentar imaginar-se na posição do observado, o observador traz consigo suas recordações de vivências anteriores, consideradas análogas e comparáveis às do observado. Por esta razão, o que Smith denomina simpatia é caracterizada como um “envolvimento, através da imaginação, na vida do outro, sem que o observador negligencie sua própria identidade e vivências prévias” (Deigh, 1995, p. 759).

Em Smith, a verdadeira importância dos fenômenos empáticos reside no modo pelo qual o desenvolvimento da simpatia em sentido estrito é possível a partir dessas capacidades biológicas compartilhadas pelos seres humanos com outros tipos de animais. A simpatia, como um processo cognitivo múltiplo, é essencial para o desenvolvimento da moralidade, pois é o primeiro passo para que um indivíduo seja capaz de julgar de forma imparcial. Assim, sendo os processos cognitivos referentes às maneiras como absorvemos e processamos informações, incluindo percepção, memória, pensamento e aprendizado, a simpatia, de acordo com Smith, envolve um processo de projetar-se na situação de outra pessoa de imaginar o que ela pode estar sentindo e depois experimentar um sentimento correspondente.

Isso requer, na verdade, uma série de processos cognitivos complexos, pois, primeiramente, exige a percepção das circunstâncias ou do estado emocional da outra pessoa, seguido pela memória para acessar experiências ou conhecimentos relacionados a essas circunstâncias ou emoções. Depois, envolve a imaginação para projetar-se na situação da outra pessoa. Finalmente, há a emoção, que em si pode ser vista como tendo um componente cognitivo na medida em que é informada pela percepção, memória e imaginação. Adicionalmente, o ser humano dotado dessa capacidade plenamente, que Smith chama de o homem de “intellectual virtues” (TMS I.i.4.3), é capaz de demonstrar controle sobre suas paixões e a capacidade de julgar de forma imparcial. Isso implica um grau de autoregulação e raciocínio, que são também processos cognitivos. Portanto, embora a noção de simpatia para Smith não seja uma função mental isolada como a memória, ela pode ser vista como abarcando uma série de operações mentais interconectadas, sendo concebida neste estudo como um fenômeno cognitivo composto.

Dito isso, para que a capacidade de se colocar no lugar do outro se desenvolva plenamente, é indispensável a existência de espectadores reais, ou seja, seres humanos concretos com os quais interagir e que sejam suscetíveis às mesmas paixões, sentimentos e emoções. Ao se relacionar com os outros, cada indivíduo descobre-se como igual entre seus pares. Em outras palavras, as reações concretas dos espectadores reais, juntamente com o prazer experimentado pela vivência material, levam à constante correção da intensidade das emoções e paixões dos indivíduos. Isso resulta em certa regularidade nas reações de todos os indivíduos inseridos no tempo e no espaço de uma comunidade. É importante ressaltar que essa regularidade não se confunde com a identidade das percepções sensoriais e das reações que as paixões causam. No entanto, segundo Smith:

These two sentiments, however, may, it is evident, have, such, a correspondence with one another, as is sufficient for the harmony of society. Though they will never be unisons, they may be concords, and this is all that is wanted or required (TMS I.i.4.8).

Conforme a perspectiva de Adam Smith, a única maneira pela qual um indivíduo é capaz de julgar a adequação das paixões de seus semelhantes é através da comparação das emoções e sentimentos que surgem no coração do observado com aqueles que ecoam na pessoa que o observa. Nas suas próprias palavras:

When the original passions of the person principally concerned are in perfect concord with the sympathetic emotions of the spectator, they necessarily appear to this last just and proper, and suitable to their objects; and, on the contrary, when, upon bringing the case home to himself, he finds that they do not coincide with what he feels, they necessarily appear to him unjust and improper, and unsuitable to the causes which excite them (TMS I.i.3.1).

No entanto, nos casos em que não há concordância, quando o observador, ao se colocar no lugar do observado, descobre que seus sentimentos não se alinham, as ações do indivíduo observado lhe parecem injustas e inapropriadas. Desse modo, Smith conclui que:

To approve of the passions of another, therefore, as suitable to their objects, is the same thing as to observe that we entirely sympathize with them; and not to approve of them as such, is the same thing as to observe that we do not entirely sympathize with them (TMS I.i.3.1).

Em igual sentido:

To approve of another man's opinions is to adopt those opinions, and to adopt them is to approve of them. If the same arguments which convince you convince me likewise, I necessarily approve of your conviction; and if they do not, I necessarily

disapprove of it: neither can I possibly conceive that I should do the one without the other (TMS I.i.3.2).

Contudo, antes de discutir o procedimento para avaliar a propriedade dos sentimentos de uma pessoa, o filósofo realça o prazer que todos os seres humanos experimentam ao vivenciar a simpatia recíproca. Conforme expressa Smith:

But whatever may be the cause of sympathy, or however it may be excited, nothing pleases us more than to observe in other men a fellow-feeling with all the emotions of our own breast; nor are we ever so much shocked as by the appearance of the contrary (TMS I.i.2.1).

A existência de sentimentos compartilhados entre duas pessoas proporciona alegria para ambas, pois um indivíduo se regozija ao perceber os outros assumindo suas próprias paixões:

Man, say they, conscious of his own weakness, and of the need which he has for the assistance of others, rejoices whenever he observes that they adopt his own passions, because he is then assured of that assistance; and grieves whenever he observes the contrary, because he is then assured of their opposition. But both the pleasure and the pain are always felt so instantaneously, and often upon such frivolous occasions, that it seems evident that neither of them can be derived from any such self-interested consideration. A man is mortified when, after having endeavored to divert the company, he looks round and sees that nobody laughs at his jests but himself. On the contrary, the mirth of the company is highly agreeable to him, and he regards this correspondence of their sentiments with his own as the greatest applause (TMS I.i.2.1).

O prazer decorrente dessa correspondência, em última análise, indica a formação de certa regularidade emocional e sensorial entre os indivíduos de uma determinada comunidade. Como resultado, o prazer derivado da simpatia mútua, que está relacionado ao fato de que “the chief part of human happiness arises from the consciousness of being beloved” (TMS I.ii.5.1), leva cada indivíduo a ter a disposição de regular suas paixões e sentimentos até onde seja possível encontrar correspondência no outro. Além disso:

Kindness is the parent of kindness; and if to be beloved by our brethren be the great object of our ambition, the surest way of obtaining it is, by our conduct to show that we really love them (TMS VI.ii.1.19).

Essa reciprocidade e o anseio inerente por ela, embora raramente resultem em uma simetria perfeita, são fundamentais para a existência de uma certa harmonia na sociedade, de acordo com Smith.

What they feel will always be, in some aspects, different from what he feels, and compassion will never be exactly identical to the original pain, since the secret awareness that the change in situations, from which the feeling of solidarity originates, is only imaginary, not only reduces it in degree, but, to a certain extent, alters its genre, giving it a quite different modification. However, it is evident that these two feelings can maintain a mutual correspondence, sufficient for the harmony of society. Although they are never in unison, they can be in agreement, and that is all that is required or needed (TMS I.i.4.7).

Continuando com a temática de como é possível fazer julgamentos morais em relação às paixões alheias, Smith faz uma distinção entre duas circunstâncias distintas:

We may judge of the propriety or impropriety of the sentiments of another person by their correspondence or disagreement with our own, upon two different occasions; either, first, when the objects which excite them are considered without any peculiar relation, either to ourselves or to the person whose sentiments we judge of; or, secondly, when they are considered as peculiarly affecting one or other of us (TMS I.i.4.1).

Essa distinção cuidadosa entre os dois casos é crucial para entender as circunstâncias em que um observador exercerá sua capacidade cognitiva de se colocar no lugar do outro e como exercer essa capacidade. No primeiro caso, uma vez que o observador e o observado compartilham da mesma posição para avaliar o fenômeno, haverá uma correspondência completa de seus sentimentos e não haverá necessidade de simpatia, ou seja, da imaginação da mudança de situações que leva à harmonia perfeita de sentimentos e afetos:

When the sentiments of our companion coincide with our own in things of this kind, which are obvious and easy, and in which, perhaps, we never found a single person who differed from us, though we, no doubt, must approve of them, yet he seems to deserve no praise or admiration on account of them (TMS I.i.4.3).

No entanto, é quando um dos indivíduos é especialmente afetado pelo objeto de observação que ocorre a oportunidade para o fenômeno da simpatia. Devido ao fato de o indivíduo observado ter um ponto de vista diferente do observador, este último deve considerar a posição do primeiro. “To have adjusted them to all the various circumstances of their objects” (TMS I.i.4.3). Smith explica:

But if you have either no fellow-feeling for the misfortunes I have met with, or none that bears any proportion to the grief which distracts me; or if you have either no indignation at the injuries I have suffered, or none that bears any proportion to the resentment which transports me, we can no longer converse upon these subjects. We become intolerable to one another. I can neither support your company, nor you mine. You are confounded at my violence and passion, and I am enraged at your cold insensibility and want of feeling. In all such cases, that there may be some correspondence of sentiments between the spectator and the person principally concerned, the spectator must, first of all, endeavour, as much as he can, to put

himself in the situation of the other, and to bring home to himself every little circumstance of distress which can possibly occur to the sufferer. He must adopt the whole case of his companion with all its minutest incidents; and strive to render as perfect as possible, that imaginary change of situation upon which his sympathy is founded (TMS I.i.4.5-6).

De acordo com Smith, simpatizar com os sentimentos de outra pessoa não significa necessariamente que devemos sentir exatamente o mesmo ou seguir os padrões prevalentes em nossa sociedade. Na verdade, ele reconhece que muitos espectadores podem fazer julgamentos imprecisos ou distorcidos de nossas situações por desconhecimento, preconceito ou interesse próprio. É por isso que, ao nos esforçarmos para nos colocarmos no lugar dos outros e avaliarmos nossas próprias ações, procuramos nos alinhar com os sentimentos que um espectador bem-informado e imparcial teria. É importante ressaltar que o esforço imaginativo mencionado pelo filósofo é no sentido de se distanciar de suas próprias paixões, preconceitos e opiniões. De fato, é uma tarefa árdua restringir nossas próprias emoções ao observar qualquer fenômeno. Em outras palavras, as paixões e emoções que naturalmente surgem no coração do observador tornam-se um verdadeiro obstáculo para a tarefa de se imaginar na posição dos indivíduos observados. A complexidade desse processo de simpatia pode ser facilmente ilustrada com um exemplo. Considere o caso de um terceiro presenciando a expressão de raiva de um indivíduo em relação a outro. Segundo Smith:

The expression of anger towards anybody presents, if it exceeds a bare intimation that we are sensible of his ill usage, is regarded not only as an insult to that particular person, but as a rudeness to the whole company. Respect for them ought to have restrained us from giving way to so boisterous and offensive an emotion (TMS I.ii.3.4).

Portanto, acerca da expressão da raiva e outras paixões antissociais, “Their immediate effects are so disagreeable, that even when they are most justly provoked, there is still something about them which disgusts us” (TMS I.ii.3.6). São paixões cujas manifestações não nos predispõem a simpatizar com elas. Assim, a tendência natural de qualquer espectador seria simpatizar com o indivíduo ofendido - mesmo que a ofensa seja justa e merecida. Por isso, o espectador deve controlar seus próprios sentimentos e paixões e informar-se sobre as causas que provocaram a manifestação da raiva; devemos ser informados primeiro sobre a causa que gerou essa paixão. Vale ressaltar mais uma vez que o processo cognitivo em que o espectador se imagina na situação do indivíduo observado “does not arise so much from the view of the passion, as from that of the situation which excites it” (TMS I.ii.3.5).

Essa tarefa árdua de o espectador controlar suas próprias paixões caracteriza-se pela tentativa de adotar uma perspectiva imparcial. A importância da simpatia, do processo de se colocar no lugar do outro, reside justamente em afastar o observador de suas próprias particularidades. Ao se projetar na situação dos outros, investigando as causas de seus atos e observando suas atitudes, este se afasta de si mesmo, adquirindo *insights* que o tornam capaz de julgar também suas próprias condutas. O homem que controla suas próprias paixões e consegue julgar de forma imparcial é dotado de virtudes intelectuais (TMS I.i.4.4). Nas palavras de Smith, o homem que age dessa maneira:

It is the acute and delicate discernment of the man of taste, who distinguishes the minute, and scarce perceptible differences of beauty and deformity; it is the comprehensive accuracy of the experienced mathematician, who unravels, with ease, the most intricate and perplexed proportions; it is the great leader in science and taste, the man who directs and conducts our own sentiments, the extent and superior justness of whose talents astonish us with wonder and surprise, who excites our admiration, and seems to deserve our applause: and upon this foundation is grounded the greater part of the praise which is bestowed upon what are called the intellectual virtues (TMS I.i.4.3).

Smith enfatiza ainda que “originally, however, we approve of another man's judgment, not as something useful, but as right, as accurate, as agreeable to truth and reality: and it is evident we attribute those qualities to it for no other reason but because we find that it agrees with our own” (TMS I.ii.5.). Com essas palavras, o filósofo está afirmando que o verdadeiro valor de um homem compartilhar das mesmas emoções com um *impartial spectator* reside no fato de que seu julgamento se mostra verdadeiro. Smith considera que todo ser humano deseja ser amado e reconhecido por seus semelhantes. Vale reforçar que o autor é explícito ao afirmar que “human happiness arises from the consciousness of being beloved” (TMS I.ii.5.1). Além disso, como já mencionado, “if to be beloved by our brethren be the great object of our ambition, the surest way of obtaining it is, by our conduct to show that we really love them” (TMS I.ii.5.1). Smith afirma que, ao criar o homem para a sociedade, a natureza o dotou de um desejo inato de agradar e de uma aversão primordial a ofender seus irmãos. Ele continua dizendo que:

Nature, when she formed man for society, endowed him with an original desire to please, and an original aversion to offend his brethren. She taught him to feel pleasure in their favorable, and pain in their unfavorable regard. She rendered their approbation most flattering and most agreeable to him for its own sake; and their disapprobation most mortifying and most offensive (TMS III.ii.6).

No entanto, ser objeto de estima e aprovação dos outros não é suficiente: o reconhecimento, apreço e elogio que todo homem deseja de seus semelhantes devem ser merecidos; o aplauso e a aprovação devem ser justamente devidos. Dessa forma, os motivos que levam à exaltação e ao elogio de uma ação devem ser verdadeiros. A seguinte passagem explicita a dependência mencionada entre a aprovação e os motivos que a fundamentam:

Man, naturally desires, not only to be loved, but to be lovely; or to be that thing which is the natural and proper object of love. He naturally dreads, not only to be hated, but to be hateful; or to be that thing which is the natural and proper object of hatred. He desires, not only praise, but praise worthiness; or to be that thing which, though it should be praised by nobody, is, however, the natural and proper object of praise. He dreads, not only blame, but blame-worthiness; or to be that thing which, though it should be blamed by nobody, is, however, the natural and proper object of blame (TMS III.ii.1).

O autor da TSM descreve a maneira como cada indivíduo se torna competente para avaliar suas próprias ações. A formação dessa habilidade pressupõe a interação do indivíduo com outros seres humanos, que são considerados seus pares e similares, mas não exclui outras possibilidades. O processo cognitivo de se colocar no lugar dos outros é sempre intermediado pela presença tangível do outro.

Were it possible that a human creature could grow up to manhood in some solitary place, without any communication with his own species, he could no more think of his own character, of the propriety or demerit of his own sentiments and conduct, of the beauty or deformity of his own mind, than of the beauty or deformity of his own face. All these are objects which he cannot easily see, which naturally he does not look at, and with regard to which he is provided with no mirror which can present them to his view. Bring him into society, and he is immediately provided with the mirror which he wanted before, as it is placed in the countenance and behavior of those he lives with, which always mark when they enter into, and when they disapprove of his sentiments; and it is here that he first views the propriety and impropriety of his own passions, the beauty and deformity of his own mind. To a man who from his birth was a stranger to society, the objects of his passions, the external bodies which either pleased or hurt him, would occupy his whole attention. The passions themselves, the desires or aversions, the joys, or sorrows, which those objects excited, though of all things the most immediately present to him, could scarce ever be the objects of his thoughts. The idea of them could never interest him so much as to call upon his attentive consideration. The consideration of his joy could in him excite no new joy, nor that of his sorrow any new sorrow, though the consideration of the causes of those passions might often excite both. Bring him into society, and all his own passions will immediately become the causes of new passions. He will observe that mankind approves of some of them and are disgusted by others. He will be elevated in the one case and cast down in the other; his desires an aversion, his joys and sorrows, will now often become the causes of new desires and new aversions, new joys and new sorrows: they will now, therefore, interest him deeply, and often call upon his most attentive consideration (TMS III.i.3).

No entanto, assim que imerso na sociedade, o indivíduo hipotético mencionado formará suas primeiras percepções de beleza e não beleza em relação aos outros; contudo, rapidamente reconhecerá “that others exercise the same criticism upon us”¹⁸. No que tange às avaliações morais, Smith é enfático ao afirmar que elas sempre começam direcionadas ao outro. No entanto, logo aprendemos que nossos comportamentos também impactam nossos pares, de forma que nos tornamos conscientes de que nossas próprias ações e comportamentos são, igualmente, alvo de julgamento moral por parte de nossos co-cidadãos. Nas palavras de Smith:

In the same manner our first moral criticisms are exercised upon the characters and conduct of other people; and we are all very forward to observe how each of these affects us. But we soon learn that other people are equally frank with regard to our own. We become anxious to know how far we deserve their censure or applause, and whether to them we must necessarily appear those agreeable or disagreeable creatures which they represent us. We begin, upon this account, to examine our own passions and conduct, and to consider how these must appear to them, by considering how they would appear to us if I, their situation. We suppose ourselves the spectators of our own behavior, and endeavour to imagine what effect it would, in this light, produce upon us. This is the only looking glass by which we can, in some measure, with the eyes of other people, scrutinize the propriety of our own conduct (TMS III.i.4).

Com base no que foi anteriormente apresentado, a existência do próximo é um requisito indispensável para que uma pessoa adquira a habilidade de se projetar na situação do próximo, de tentar interpretar o mundo a partir da ótica dos seus iguais. Todavia, é crucial sublinhar que a simpatia não apenas parte do pressuposto da existência do próximo, como também seu crescimento é intrinsecamente entrelaçado à dinâmica do relacionamento com esse outro:

If we examine the different shades and gradations of weakness and selfcommand, as we meet with them in common life, we shall very easily satisfy ourselves that this control of our passive feelings must be acquired, not from the abstruse syllogisms of a quibbling dialectic, but from that great discipline which Nature has established for the acquisition of this and of every other virtue; a regard to the sentiments of the real or supposed spectator of our conduct (TMS III.iii.21).

No entanto, assim que se integra à sociedade, o indivíduo hipotético mencionado, a partir de sua convivência com outros, observará que sua aversão a certos comportamentos é recíproca aos seus companheiros, vai descobrir que as ações motivadas por sentimentos sociáveis são universalmente prazerosas para todos. Em outras palavras, ele perceberá que, em sua interação com seus colegas, ele

¹⁸ *Ibid.* TMS III i. 3.

é apenas mais um entre muitos iguais. Esta caminhada, que cada ser humano atravessa, a partir da relação com o outro específico e tangível, cujo percurso e direção caracterizam-se como um autêntico processo de assimilação do observador imparcial, é descrita por Smith nos termos a seguir:

A very young child has no self-command; out, whatever are its emotions, whether fear, or grief, or anger, it endeavors always, by the violence of its outcries, to alarm, as much as it can, the attention of its nurse, or of its parents. While it remains under the custody of such partial protectors, its anger is the first and, perhaps, the only passion which it is taught to moderate. By noise and threatening they are, for their own ease, often obliged to frighten it into good temper; and the passion which incites it to attack, is restrained by that which teaches it to attend to its own safety. When it is old enough to go to school, or to mix with its equals, it soon finds that they have no such indulgent partiality. It naturally wishes to gain their favour, and to avoid their hatred or contempt. Regard even to its own safety teaches it to do so; and it soon finds that it can do so in no other way than by moderating, not ordy its anger, but all its other passions, to the degree which its play-fellows and companions are likely to be pleased with. It thus enters into the great school of self-command, it studies to be more and more Master of Itself, and begins to exercise over its own feelings a discipline which the practice of the longest life is very seldom sufficient to bring to complete perfection (TMS III.iii.22).

O exemplo que Smith oferece de um homem que teve a perna amputada é igualmente esclarecedor. Sem dúvida alguma, esse indivíduo sofre e antecipa que continuará a enfrentar, pelo resto de sua vida, um desconforto significativo. No entanto, o autor continua a descrever essa adversidade nos termos a seguir:

A man with a wooden leg suffers, no doubt, and foresees that he must continue to suffer during the remainder of his life, a very considerable inconveniency. He soon comes to view it, however, exactly as every impartial spectator views it as an inconveniency under which he can enjoy all the ordinary pleasures both of solitude and of society. He soon identifies himself with the ideal man within the breast, he soon becomes himself the impartial spectator of his own situation. He no longer weeps, he no longer laments, he no longer grieves over it, as a weak man may sometimes do in the beginning. The view of the impartial spectator becomes so perfectly habitual to him, that, without any effort, without any exertion, he never thinks of surveying his misfortune in any other view (TMS III.iii.29).

Uma vez identificado o próximo como um igual, a prática incessante de se colocar, através da imaginação, na situação dos seus colegas permite a cada indivíduo desenvolver a habilidade de compreender suas próprias ações pela visão do outro. Assim, por meio da simpatia, os seres humanos tornam-se capazes de avaliar a correção e a conveniência de suas próprias ações. Smith delinea esse processo cognitivo de um indivíduo examinar suas próprias ações da seguinte forma:

When I endeavour to examine my own conduct, when I endeavour to pass sentence upon it, and either to approve or condemn it, it is evident that, in all such cases, I divide myself, as it were, into two persons; and that I, the examiner and judge, represent a different character from that other I, the person whose conduct is examined into and judged of. The first is the spectator, whose sentiments with regard to my own conduct I endeavour to enter into, by placing myself in his situation, and by considering how it would appear to me, when seen from that particular point of view. The second is the agent, the person whom I properly call myself, and of whose conduct, under the character of a spectator, I was endeavoring to form some opinion. The first is the judge; the second the person judged of (TMS III.i.6).

Este *eu julgador*, o observador, deve agir como qualquer espectador da conduta alheia. Primeiro, deve empenhar-se ao máximo para distanciar-se completamente de suas próprias paixões, sentimentos e emoções. Somente após essa total separação, o *eu observador* irá agir como qualquer outro ao fazer o julgamento moral: posicionando-me em seu lugar e considerando como isso me pareceria caso o analisasse desse ângulo. Contudo, Smith não se satisfaz com a percepção e o julgamento proferido por um indivíduo comum, que possa se mostrar parcial à situação ou às pessoas envolvidas.

De fato, nas primeiras vezes em que um homem analisa suas ações sob a perspectiva de um observador tende a ser alguém do seu círculo íntimo. Porém, em comunidades urbanas, onde um indivíduo se encontra rodeado por estranhos, as oportunidades que a vida oferece para que essa pessoa se projete além de si mesma favorecem o desenvolvimento da habilidade de se imaginar na posição de um observador completamente desapegado. A essa representação do outro desinteressado, totalmente indiferente aos detalhes pessoais e ao caráter único da pessoa cujos sentimentos e ações serão analisados, Smith dá o nome, como já descrito, de espectador imparcial.

Assim, cada ser humano possui sua perspectiva moral própria, influenciada por suas vivências anteriores e suas percepções pessoais. Contudo, é factível atingir uma posição de neutralidade, o chamado espectador imparcial, uma espécie de observador interno equilibrado capaz de avaliar a conduta humana sem se deixar levar emocionalmente. Conforme argumentado por Cerqueira (2008, p. 80), essa posição equidistante, derivada de experiências prévias, permite a formação desse espectador imparcial, que se configura como o próprio indivíduo na posição de observador e poderia ser identificado como nossa consciência. Com base nesse ponto de vista, é possível avaliar tanto a conduta alheia quanto a própria, sempre utilizando como referência a perspectiva do espectador imparcial:

The man who is conscious to himself that he has exactly observed those measures of conduct which experience informs him are generally agreeable, reflects with

satisfaction on the propriety of his own behavior. When he views it in the light in which the impartial spectator would view it, he thoroughly enters into all the motives which influenced it. He looks back upon every part of it with pleasure and approbation, and though mankind should never be acquainted with what he has done, he regards himself, not so much according to the light in which they actually regard him, as according to that in which they would regard him if they were better informed (TMS III.ii.5).

Além do espectador imparcial não possuir nenhuma inclinação arbitrária, Smith o ilustra como situado a uma certa distância da entidade observada.

We can never survey our own sentiments and motives, we can never form any judgment concerning them; unless we remove ourselves, as it were, from our own natural station, and endeavour to view them as at a certain distance from us (TMS III.i.2).

Esta figura é caracterizada por estar totalmente informada sobre os elementos que constituem o caso em análise. A necessidade desse observador ideal estar ciente dos detalhes específicos do caso se torna evidente quando Smith afirma que o foco principal do observador, ao se imaginar na situação do observado, não depende tanto das emoções e sentimentos percebidos, mas sim da situação e do contexto que os geraram. Segundo o autor, “Sympathy, therefore, does not arise so much from the view of the passion, as from that of the situation which excites it” (TMS I.i.1.10).

Desse modo, para avaliarmos a adequação e o mérito de nossas próprias ações, devemos nos esforçar para examinar nosso próprio comportamento da forma como imaginamos que outro espectador imparcial e honesto o faria. O espectador imparcial consegue compartilhar totalmente as paixões e motivos que determinaram a conduta a ser julgada, nós a aprovamos por simpatia com a aprovação desse suposto juiz equitativo. Caso o espectador imparcial não compartilhe totalmente, sentiria e agiria de modo diferente ao se imaginar na posição do agente, então a conduta é reprovada e censurada.

We endeavour to examine our own conduct as we imagine any other fair and impartial spectator would examine it. If, upon placing ourselves in his situation, we thoroughly enter into all the passions and motives which influenced it, we approve of it, by sympathy with the approbation of this supposed equitable judge. If otherwise, we enter into his disapprobation, and condemn it (TMS I.i.1.8).

Em suma, o enfoque ético de Smith enfatiza a simpatia, o entendimento das visões alheias e a busca por uma postura moral desprendida e equilibrada. Segundo esse autor, a simpatia constitui a fundação da moralidade e é o que nos incita a simpatia e à preocupação com o bem-estar do próximo.

O espectador imparcial, por sua vez, é a figura fictícia que assumimos ao avaliar as ações alheias e as nossas. Ao nos colocarmos no lugar do espectador imparcial, conseguimos analisar as ações de maneira equânime, sem nos influenciarmos por nossos próprios interesses ou sentimentos. Estes dois conceitos atuam em conjunto na teoria de Smith, pois a simpatia nos capacita a compreender as emoções e as visões de mundo alheias, enquanto o espectador imparcial nos auxilia a avaliar as ações de maneira justa e equânime. Os conceitos de simpatia e espectador imparcial têm aplicações práticas no dia a dia.

Considere, por exemplo, a situação em um médico esteja tratando um paciente em estado crítico. A simpatia permite que esse profissional entenda e se compadeça com a dor e o sofrimento desse paciente, incitando-o a se dedicar ao máximo para que se cura. Por outro lado, a visão de um espectador imparcial possibilita que o médico avalie a situação objetivamente, sem ser afetado por suas próprias emoções e/ou interesses e, dessa forma, possa tomar as melhores decisões possíveis. Tomemos um outro exemplo, o de um executivo que enfrenta uma decisão ética complexa envolvendo demissões. Ele precisa exercitar a simpatia para entender os sentimentos e perspectivas dos funcionários afetados. Ele pode se reunir individualmente ou em grupo com eles para ouvir suas preocupações e expectativas. Ao se colocar no lugar dos funcionários, ele busca entender o impacto emocional e financeiro que a demissão terá sobre eles e suas famílias. Então, adotando a perspectiva do espectador imparcial, ele avalia a situação objetivamente, levando em conta não apenas os interesses da empresa, mas também as consequências para os funcionários e a comunidade local. Ele considera opções como realocação, programas de treinamento ou pacotes de compensação justos. Ao levar em conta todas as perspectivas e adotar uma postura imparcial, ele pode tomar uma decisão ética mais informada e equilibrada.

Smith vê a simpatia como uma forma de aprovação dos sentimentos do outro, uma manifestação de concordância emocional que conecta os indivíduos em uma comunidade. Contudo, essa aprovação é diferenciada da aprovação moral o quer dizer que, quando simpatizamos com os sentimentos de alguém, estamos de alguma forma essencialmente dizendo que entendemos as razões de o outro sentir-se como se sente, pois, caso estivéssemos em seu lugar, sentiríamos a mesma coisa. No entanto, quando simpatizamos como um espectador imparcial, estamos dando um passo adicional, isto é, estaríamos assumindo que, dada a totalidade da situação e considerando todos os fatos relevantes de um ponto de vista neutro e distanciado, os sentimentos do ser observado são adequados e merecem aprovação moral.

Correct moral sentiments, on the contrary, naturally appear in some degree laudable and morally good. The man, whose censure and applause are upon all occasions suited with the greatest accuracy to the value or unworthiness of the object, seems to deserve a degree even of moral approbation. We admire the delicate precision of his moral sentiments: they lead our own judgments, and, upon account of their uncommon and surprising justness, they even excite our wonder and applause (TMS VII.iii.3.10).

Assim sendo, as diretrizes morais encarnam as emoções de um espectador isento. Um sentimento, seja daquele que é motivado a agir ou daquele que é afetado pela ação de outrem, só é merecedor de endosso moral se um observador neutro se identificar com ele. Embora esse conceito seja construído socialmente através da interação com observadores reais e do processo de simpatia, o objetivo de um indivíduo não é apenas que o outro demonstre simpatia por ele em um sentido emocional ou sentimental, mas que suas emoções e ações sejam dignas de admiração. A ideia de Smith é a de que desejamos mais do que uma simples reciprocidade emocional, aspiramos a um reconhecimento que valide nossas ações e sentimentos como merecedores de respeito. Isso significa que a validação que procuramos não é apenas a compreensão dos outros, mas a sua aprovação também. A simpatia é uma parte do processo, mas a aprovação do espectador imparcial é o que em última análise dá valor às nossas ações e emoções. Por isso, as reações e ações são igualmente importantes e passíveis de julgamento moral.

But, in order to attain this satisfaction, we must become the impartial spectators of our own character and conduct. We must endeavour to view them with the eyes of other people, or as other people are likely to view them. When seen in this light, if they appear to us as we wish, we are happy and contented. But it greatly confirms this happiness and contentment when we find that other people, viewing them with those very eyes with which we, in imagination only, were endeavoring to view them, see them precisely in the same light in which we ourselves had seen them. Their approbation necessarily confirms our own self-approbation. Their praise necessarily strengthens our own sense of our own praiseworthiness (TMS III.ii.3).

Portanto, existe um critério superior e último para medir a propriedade e o mérito das ações, um parâmetro que vai além da mera aleatoriedade ou casualidade das opiniões de pessoas específicas. Para esclarecer esse ponto, podemos considerar o exemplo, apresentado por Smith, de um indivíduo que é ovacionado e aclamado por um ato que ele não cometeu.

The most sincere praise can give little pleasure when it cannot be considered as some sort of proof of praise-worthiness. It is by no means sufficient that, from ignorance or mistake, esteem and admiration should, in some way or other, be bestowed upon us. If we are conscious that we do not deserve to be so favorably thought of, and that if the truth were known, we should be regarded with very different sentiments, our

satisfaction is far from being complete. The man who applauds us either for actions which we did not perform, or for motives which had no sort of influence upon our conduct, applauds not us, but another person (TMS III.ii.4).

Assim, Smith argumenta que se estamos cientes de que não somos merecedores de tal estima positiva e que, caso a realidade fosse exposta, seríamos percebidos de maneira distinta, a alegria que experimentamos não é plena. De maneira geral, o que importa para Smith é a visão do espectador imparcial. Por exemplo, podemos supor um docente que ministra com dedicação, porém sua atuação não é reconhecida ou valorizada pelos pares ou pela sociedade como um todo. Ainda assim, o educador, confiante em sua integridade e na qualidade de suas aulas, continua se sentindo contente e orgulhoso de seus atos, pois acredita que, segundo a ótica do espectador neutro, seus atos seriam louváveis. Essa confiança na visão do espectador imparcial interno reflete a fé de que o educador está agindo conforme seus preceitos morais e está genuinamente buscando o bem-estar de seus estudantes, a despeito do reconhecimento externo. Para Smith, é essa visão interna, alinhada à integridade pessoal e aos padrões morais, que proporciona a real satisfação e autoestima, em contraponto às opiniões instáveis dos espectadores tendenciosos e mal informados.

O ponto central da argumentação de Smith é que a verdade está na adesão aos preceitos morais internos e imparciais, em detrimento de se buscar somente o reconhecimento externo. É a integridade pessoal e a certeza de agir conforme a ótica do espectador imparcial que confere valor legítimo aos atos e sentimentos de um indivíduo, independentemente do reconhecimento ou aprovação alheia. Conforme já mencionado, Smith escreve sobre o caso hipotético de um homem que realiza as ações corretas, porém cuja aprovação jamais foi verdadeiramente concedida pelos observadores reais.

He looks back upon every part of it with pleasure and approbation, and though mankind should never be acquainted with what he has done, he regards himself, not so much according to the light in which they actually regard him, as according to that in which they would regard him if they were better informed (TMS III.ii.5).

Ainda sim, Smith postula que o anseio por aprovação e o receio de desaprovação são forças motrizes inerentes à natureza humana, como um desejo natural de agradar e uma aversão natural a ofender nossos semelhantes. Isso pode ser entendido como a capacidade intrínseca da natureza humana de buscar harmonia social. Este impulso faz com que cada indivíduo sinta prazer ao receber aprovação dos outros e desconforto ao enfrentar sua desaprovação. “Their approbation most flattering and most agreeable to him for its own sake; and their disapprobation most mortifying and most offensive” (TMS III.ii.6).

Esse primeiro desejo pode ser satisfeito através de simpatia. Quando ocorre um contágio emocional, ou seja, quando uma pessoa sente o que outra está sentindo, a opinião dos observadores necessariamente coincidirá com a do indivíduo observado. Dentro de um grupo, a simpatia serve como alicerce para a sociabilidade humana. Porém, Smith afirma que o simples desejo de aprovação e a aversão à desaprovação de seus semelhantes não são suficientes para assegurar um comportamento socialmente aceitável. Ele defende que os seres humanos não apenas querem ser aprovados, mas também que estes aspiram ser aprovados por ações que eles mesmos consideram louváveis nos outros. Esse segundo desejo é essencial para fazer o indivíduo preocupar-se em agir de forma moralmente íntegra, incentivando assim o verdadeiro amor pela virtude e uma profunda repulsa pelo vício.

[...] but this desire of the approbation, and this aversion to the disapprobation of his brethren, would not alone have rendered him fit for that society for which he was made. Nature, accordingly, has endowed him, not only with a desire of being approved of, but with a desire of being what ought to be approved of; or of being what he himself approves of in other men. The first desire could only have made him wish to appear to be fit for society. The second was necessary in order to render him anxious to be really fit. The first could only have prompted him to the affectation of virtue, and to the concealment of vice. The second was necessary in order to inspire him with the real love of virtue, and with the real abhorrence of vice (TMS III.ii.7).

A noção de um espectador imparcial serve como o padrão para determinar o que é adequado e meritório. Embora as pessoas possam formar opiniões erradas sobre os outros devido a preconceitos ou limitações cognitivas, essas opiniões são apenas um julgamento inicial. O julgamento final é feito por um tribunal superior, a consciência do indivíduo, representada pela figura do espectador imparcial dentro de nós.

But though man has, in this manner, been rendered the immediate judge of mankind, he has been rendered so only in the first instance; and an appeal lies from his sentence to a much higher tribunal, to the tribunal of their own consciences, to that of the supposed impartial and well-informed spectator, to that of the man within the breast, the great judge and arbiter of their conduct (TMS III.ii.32).

Adam Smith se inspirou na obra de outros pensadores, incluindo a de seu amigo David Hume. De acordo com Ganem (2002, p. 673), Hume desempenhou um papel fundamental na elaboração da abordagem de Smith, tanto em termos de análise moral quanto econômica. Smith buscou em Hume as ideias de simpatia, julgamento e aprovação das ações dos indivíduos. Hume explorou as relações subjetivas que estão por trás das interações sociais e dos julgamentos morais, enfatizando a importância das emoções e dos sentimentos humanos. Smith incorporou essa perspectiva em sua

teoria, reconhecendo que os julgamentos morais são influenciados pelas percepções e sentimentos individuais, e que a simpatia desempenha um papel essencial na formação desses julgamentos. Como observa Ganem:

A universalidade da paixão humana expressa no desejo de ganho ou numa vontade de melhorar a sua própria condição, que Adam Smith herda de Hume garante a possibilidade do nascimento da economia, posto que fornece os micro fundamentos de uma ordem, articulando interesse privado ao interesse coletivo. Nada apriorístico, axiomático, hipotético, com ideias inatas ou regras fixas de moralidade e de comportamento. Uma verdade ligada à historicidade, uma verdade não mais no plano puramente lógico, mas estabelecida a partir do vínculo ético. Como para o autor não há um sentido moral inato, torna-se impossível definir regras invariáveis para as regras sociais, essas nascidas, portanto, das experiências privadas. Para deixar claro que a convivência entre os homens é a fonte definidora da moralidade, Adam Smith recorre a um princípio de nossa natureza que nos leva a entrar na situação dos outros e a compartilhar suas paixões. Ele o chamará, como Hume, de simpatia (Ganem, 2002, p. 674).

A visão de Smith sobre a simpatia, como apontado por Sugden (2002, p. 69), estabelece uma relação fundamental com a visão de Hume. Ambos os filósofos concordam que as leis morais não podem ser deduzidas exclusivamente pela razão, a partir das relações eternas e imutáveis das coisas. Eles reconhecem que o julgamento moral é imediatista, baseado em sensações e em um sentimento de aprovação, e não com base em uma aplicação racional de regras gerais (Sugden, 2002, p. 77). Essa abordagem é mais empírica do que teórica, pois se baseia em sentimentos e sensações, em vez de em princípios abstratos. Uma comparação entre a visão humeana e a smithiana sobre a questão da simpatia é essencial para entender a abordagem moral deste. Ambos estes filósofos enfatizam a importância do julgamento moral imediatista, que é guiado por sentimentos e percepções imediatas. Eles destacam a necessidade de considerar as relações subjetivas entre as pessoas para uma compreensão mais completa do comportamento humano (Sugden, 2002, p. 63). Dessa forma, a visão de Smith sobre a simpatia está alinhada a de Hume, isto porque sua enfatizando a importância dos sentimentos e emoções na moralidade e destacando a natureza empírica do julgamento moral. Essa abordagem mais humanizada e baseada na compreensão empática dos outros contribui para uma visão abrangente do comportamento humano e da moralidade, que vai além de princípios racionais e considera a complexidade das interações sociais. Segundo Hume, a moral desperta paixões e produz ou impede ações. A razão, por si só, é inteiramente impotente quanto a esse aspecto. As regras da moral, portanto, não são conclusões de nossa razão (Hume, 2001, p. 529).

De acordo com Morrow (1923, p. 75), o julgamento moral geralmente é instantâneo e inconsciente, relacionado a atos específicos. No entanto, a questão que Hume enfrentou foi como

explicar a universalidade e a obrigação da lei moral com base em julgamentos particulares, já que todos os sentimentos são individuais. Como, então, um sentimento poderia levar a uma resposta objetiva em relação a questões morais. Hume procurou uma base objetiva para o julgamento moral em algo que fosse comum a todos os indivíduos, um princípio universal da estrutura humana. Ele propôs o princípio da simpatia, que é o compartilhamento de sentimentos e sensações de pessoa para pessoa. Dessa forma, Hume acreditava que a simpatia tornaria possível a objetividade do julgamento moral. Por exemplo, Hume (2001, p. 372) encontrou uma das causas do amor pela fama nas opiniões das outras pessoas, cuja influência se deve a propensão humana de simpatizar uns com os outros e adotar as inclinações e sentimentos uns dos outros por meio da comunicação. O compartilhamento de sentimentos tornaria mais fácil a comunicação de julgamentos de um ser pensante para outro, tornando as mentes dos homens espelhos uns dos outros.

Segundo o pensamento de Ganem (2002, p. 675), quando nos colocamos na posição de outra pessoa, somos invadidos por diversas sensações: a formação de sentimentos e juízos ocorre primeiramente. Todos esses componentes surgem simultaneamente, mas a pessoa que executa ou sofre anseia por simpatia, busca aprovação, possui um anseio dominante de receber aprovação. O direito de vivenciar uma circunstância invertendo os papéis, preocupando-se, identificando-se com a ação alheia, só se torna viável através do poder da imaginação e confirma a noção humeniana de que a disposição emocional, o estado de espírito e as ações dos seres humanos são reflexos uns dos outros, denotando que o ser humano não subsiste em isolamento; ele está perpetuamente diante de um espelho. Nas palavras de Adam Smith:

We suppose ourselves the spectators of our own behavior, and endeavour to imagine what effect it would, in this light, produce upon us. This is the only looking glass by which we can, in some measure, with the eyes of other people, scrutinize the propriety of our own conduct (TMS III.i.5).

De acordo com Anspach (1972, p. 177), tanto Smith quanto Hume eram considerados sentimentalistas, um grupo de filósofos que acreditavam que os sentimentos e sensações, que surgem da interação entre indivíduos na sociedade, eram mais importantes do que a razão como marca distintiva do homem. David Hume (2001, pp. 568-569) via o homem como um ser social por natureza, e a origem da sociedade deve-se tanto aos instintos quanto aos sentimentos, e não ao desejo de autoconservação, como argumentado por Hobbes em sua teoria do contrato social. Para ambos os filósofos, o processo social começou instintivamente e foi desenvolvido por meio de sentimentos e emoções antes de ser racionalmente direcionado. Ou seja, o julgamento moral é situacional e depende

do contexto em que ocorre a análise. Hume (2001, p. 561) argumenta que a sociabilidade é, em grande parte, um reflexo dos hábitos e costumes que são facilmente discerníveis em variados agrupamentos sociais. Esse autor articula essa ideia propondo que as rotinas e os costumes diários exercem uma influência sobre as mentes sensíveis das crianças, inculcando-lhes uma consciência das inúmeras vantagens que podem ser colhidas da convivência social. Simultaneamente, essas práticas cotidianas os moldam de forma gradual e sutil, adaptando-os à complexa vida em comunidade.

Ainda de acordo com Hume (2001, p. 414), tendemos a nos associar com pessoas que são semelhantes a nós, uma observação compartilhada também por Smith. Este fenômeno se manifesta em nosso dia a dia e é bastante evidente. As pessoas tendem a formar vínculos com outras que compartilham suas disposições e temperamentos individuais. Por exemplo, indivíduos alegres parecem ser naturalmente atraídos por outros que também irradiam alegria, enquanto aqueles com um comportamento mais sério tendem a se sentir mais confortáveis com os de uma seriedade similar. Esse fenômeno não ocorre somente quando conscientemente reconhecemos essas semelhanças em nós e nos outros. Pelo contrário, ele flui do próprio curso natural de nossas disposições e de um tipo de simpatia que inevitavelmente surge quando encontramos caracteres semelhantes ao nosso. Assim que a semelhança é percebida, ela atua como um elo, estabelecendo uma conexão entre as ideias e fortalecendo o vínculo. A partir desse processo, formamos as redes de interações e relacionamentos que compõem a nossa sociedade. Enfim, simpatia é um princípio fundamental para ambos os filósofos, mas não deve ser confundida com um mero impulso benevolente. De modo que, tanto para Hume quanto para Smith, a simpatia é a base da aprovação moral, e não o objeto de aprovação em si.

Além das influências de David Hume, temos também a de Francis Hutcheson, que foi um autor cujas ideias guiaram significativamente a formação intelectual de Smith. O professor de Filosofia Moral de Smith, via as pessoas como seres sociais que, ao mesmo tempo, eram naturalmente dotados de um senso moral. Para esse autor, esse senso moral se baseia na noção de que temos capacidades perceptivas além dos cinco sentidos convencionais. Esses “sentidos internos” permitem-nos perceber qualidades objetivas em ações morais e formar julgamentos e sentimentos em resposta a elas. Segundo o teólogo e filósofo irlandês, o senso moral é uma percepção imediata e involuntária, segundo sua exemplificação:

Podemos imaginar uma situação na qual duas pessoas nos proporcionam o mesmo benefício. A primeira o faz por prazer em nossa felicidade e por amor por nós; a segunda o faz movida por seu próprio interesse ou sob alguma forma de pressão. Em ambos os casos, a vantagem que recebemos é a mesma, mas nossos sentimentos em relação a cada uma dessas pessoas serão certamente distintos. Isso sugere que nossa percepção das ações morais vai além de um simples cálculo de vantagem. Portanto,

podemos chamar a habilidade de ter essas percepções de senso moral. Esta definição parece se adequar: uma predisposição da mente para formar uma ideia a partir da presença de um objeto, que se apresenta a nós, independente de nossa vontade (Hutcheson, 2008, p. 90).

A argumentação do autor é a de que nosso senso moral, ou seja, nosso amor ou ódio por determinados personagens, não é baseado apenas em nosso autointeresse ou nas vantagens que poderíamos obter deles. Esse autor apresenta-nos o exemplo de um tirano ou traidor bem-sucedido e, ainda que nos beneficiemos de suas ações, não os amamos necessariamente. Nosso senso moral nos leva a valorizar a humanidade, a misericórdia e a fidelidade além do simples autointeresse¹⁹. O autor também ressalta o fato de que as ações que podem ser desvantajosas para nós não são necessariamente sejam vistas moralmente como erradas. Ele dá o exemplo de artesãos perseguidos que fogem para o nosso país e nos ensinam manufaturas que beneficiam muitos, mas podem prejudicar nosso próprio interesse se eles se tornarem nossos rivais.

No entanto, ainda podemos aprovar suas ações e perceber o bem moral nelas, demonstrando que nossa estima não é baseada apenas em vantagem pessoal. O mestre de Smith rejeita, assim, a ideia de que nosso senso moral seja fundamentado unicamente no autointeresse e elabora sua crítica no sentido de que os moralistas que argumentam que aprovamos ações que são boas para o todo porque, eventualmente, isso nos beneficiará individualmente. Ele também afirma que esse raciocínio apenas prova que, após muita reflexão, podemos encontrar um motivo de autointeresse para aprovar ações que instintivamente admiramos por razões morais²⁰.

Finalmente, o autor irlandês aponta que nosso senso moral é semelhante aos nossos outros sentidos, embora possa ser contrabalançado pelo interesse pessoal, nossa percepção da beleza da virtude não pode. Ele argumenta que se a única razão para aprovarmos a virtude fossem as vantagens que ela traz, nosso senso de seu valor poderia ser facilmente superado pelo autointeresse (Hutcheson, 2008, p. 95). Esse elaborado conceito de nosso senso moral teve impacto direto nos textos de Smith, evidenciando a relação de aluno e professor.

¹⁹ *Ibid.*, 2008.

²⁰ *Ibid.*, p. 94, 2008.

2.2 Virtudes

Além dos conceitos de simpatia e espectador imparcial, Smith também enfoca a importância das virtudes em sua obra de filosofia moral. De acordo com o economista e filósofo Amartya Sen, esse reconhecido autor escocês é conhecido por ter desenvolvido sua teoria dos sentimentos morais com base na simpatia, além disso, ele também reconhece muitas virtudes, semelhante ao sistema de Aristóteles. Portanto, a abordagem de Smith pode ser justificadamente vista como pluralista, com a simpatia fornecendo uma medida comum para este sistema plural (Sen, 1986, p. 89).

Smith foi, de modo geral, bastante crítico ao tentar reduzir todas as virtudes a uma única virtude suprema. Ele critica Epicuro, por exemplo, por tentar ver a virtude inteiramente em termos de prudência. Smith aponta o fato de que os filósofos têm um apreço peculiar por exercícios redutivos, tentando explicar todas as aparências a partir de poucos princípios²¹ (Sen, 1986, p. 31). O pluralismo de Smith é evidente em suas discussões sobre várias virtudes, como prudência, justiça, benevolência e autodomínio, às quais ele atribui importância intrínseca. Pode-se debater se a alegação de Smith de que a simpatia fornece uma medida comum é bem fundamentada, mas é importante lembrar que o objetivo de Smith não era um monismo redutivo, como pode ser o utilitarismo de Bentham²². Em sua teoria das virtudes, Smith leva em conta tanto o interesse pessoal quanto o interesse pelo bem-estar dos outros.

Upon these two different efforts, upon that of the spectator to enter into the sentiments of the person principally concerned, and upon that of the person principally concerned, to bring down his emotions to what the spectator can go along with, are founded two different sets of virtues. The soft, the gentle, the amiable virtues, the virtues of candid condescension and indulgent humanity, are founded upon the one: the great, the awful and respectable, the virtues of self-denial, of self-government, of that command of the passions which subjects all the movements of our nature to what our own dignity and honor, and the propriety of our own conduct require, take their origin from the other (TMS I.i.5.1).

Em seu processo para criar uma teoria das virtudes que levasse em consideração tanto a natureza altruísta quanto a natureza egoísta do ser humano, Smith classificou as virtudes em diferentes categorias. A prudência é a virtude que envolve o cuidado com o bem-estar pessoal - a saúde, a fortuna, o patrimônio e a reputação do indivíduo. Smith enfatiza que a prudência requer a busca por bens externos de uma maneira que esteja alinhada com os objetivos da sociedade comercial e o

²¹ *Ibid.*, p. 31, 1986

²² *Ibid.*, p. 31.

crescimento do comércio. Além disso, ele destaca a importância da moderação como um meio de minimizar os efeitos prejudiciais da busca por honra. A justiça e a beneficência, ao contrário, são virtudes que dizem respeito ao bem-estar dos outros, pois representam a capacidade de uma pessoa de se preocupar com os outros e agir de uma maneira que promova o bem-estar geral. Finalmente, o autodomínio é a virtude que Smith considera fundamental para a concretização das demais virtudes em sua completude (Raphael, 2007, p. 80). Através do autodomínio, uma pessoa é capaz de controlar seus impulsos e desejos, e isso permite que ela aja de acordo com princípios éticos e morais, mesmo quando esses princípios entram em conflito com seus desejos pessoais. As ideias de Smith sobre as virtudes, prudência, justiça, benevolência e autodomínio, são temas recorrentes na TSM. Essas virtudes, segundo esse autor, são essenciais para uma vida ética e moralmente equilibrada.

A prudência é talvez o conceito central na ética de Adam Smith, pois, para este autor britânico, é ela que se entrelaça com o famigerado autointeresse, numa referência a um tipo de cuidado, ou cautela, que aplicamos às nossas vidas pessoais. Ao invés de ser uma abstração, Smith vê a prudência como algo muito prático e ligado à nossa saúde, reputação e riqueza. Um dos elementos fundamentais da prudência, segundo Smith, é a busca por bens externos - isto é, tudo que possa contribuir para o nosso bem-estar material e social. Porém, essa busca não deve ser aleatória ou desregrada, ela deve estar em harmonia com os objetivos mais amplos da sociedade. Por exemplo, na sociedade comercial em que Smith vivia, o crescimento do comércio era um objetivo importante, então uma pessoa prudente buscaria maneiras de contribuir para esse crescimento, seja através do trabalho, do investimento ou do comércio. Outro elemento crucial da prudência é a moderação, especialmente quando se trata de buscar honra ou reputação. A honra pode ser uma coisa boa, mas a busca excessiva por ela pode ser prejudicial, levando a conflitos, ressentimentos e até mesmo ações imorais. Para evitar esses perigos, Smith aconselha que devemos buscar a honra de maneira moderada, evitando excessos e sempre tendo em mente os efeitos potencialmente prejudiciais de nossas ações. Portanto, a prudência, na visão de Smith, envolve uma combinação de ambição e moderação, com um olho no nosso bem-estar pessoal e outro no bem-estar da sociedade.

The care of the health, of the fortune, of the rank and reputation of the individual, the objects upon which his comfort and happiness in this life are supposed principally to depend, is considered as the proper business of that virtue which is commonly called Prudence (TMS VI.i.5).

A prudência, de acordo com Smith, é altamente valorizada pelo espectador imparcial que usamos como guia para nosso comportamento. Isso se sucede pelo fato de o homem prudente agir

com uma consideração equilibrada para consigo mesmo e para com os outros. O espectador imparcial dentro de nós nos recompensa com uma sensação de satisfação e aprovação quando exercemos discernimento. Isso fortalece nosso desejo de demonstrar sensatez no futuro, criando um ciclo virtuoso de comportamento prudente. Smith discorre, relacionando a prudência com as demais virtudes:

Wise and judicious conduct, when directed to greater and nobler purposes than the care of the health, the fortune, the rank, and reputation of the individual, is frequently and very properly called prudence. We talk of the prudence of the great general, of the great statesman, of the great legislator. Prudence is, in all these cases, combined with many greater and more splendid virtues, with valour, with extensive and strong benevolence, with a sacred regard to the rules of justice, and all these supported by a proper degree of self-command. This superior prudence, when carried to the highest degree of perfection, necessarily supposes the art, the talent, and the habit or disposition of acting with the most perfect propriety in every possible circumstance and situation (TMS VI.i.15).

Como já mencionado antes, o impacto de Francis Hutcheson no trabalho de Smith é extensamente reconhecido por vários estudiosos, tais como Edwin Cannan (1996, p. 14) e Taylor (1965, pp. 13-14), que salientam as congruências entre suas obras. Pesciarelli (1999, pp. 532-533) realça que o conceito de homem virtuoso empregado por Hutcheson, que também poderia ser denominado homem prudente, teve influência no conceito de homem prudente forjado por Smith na TSM.

Outra virtude indicada por Smith, é a da justiça, sendo vista como um preceito recíproco que regula as interações entre as pessoas. De acordo com Smith, a justiça é vital para preservar a harmonia social e assegurar que os indivíduos sejam tratados de forma igualitária e justa. Em contraste com outras virtudes que têm uma natureza mais positiva, a justiça possui um caráter preventivo, isto é, o que significa que seu objetivo está em impedir comportamentos que possam infligir danos ou prejudicar o bem-estar de outrem. A justiça envolve respeitar os direitos e propriedades de outros, agindo com honestidade e imparcialidade.

Smith admite que em determinadas situações a coerção ou a penalização podem ser necessárias para assegurar o cumprimento da justiça. Isso ocorre porque algumas pessoas podem agir de maneira injusta, buscando seus próprios interesses em detrimento dos direitos e bem-estar alheios. Nestas situações, a imposição da justiça através da coerção é percebida como legítima, uma vez que serve para proteger a sociedade como um todo. Entretanto, Smith também ressalta a importância da prudência na aplicação da justiça. Ele admite que a punição excessiva ou arbitrária pode ser danosa

e, portanto, defende a necessidade de moderação e equilíbrio ao fazer valer a justiça. Sobre a justiça, Smith entende que:

As the duties of gratitude, however, are perhaps the most sacred of all those which the beneficent virtues prescribe to us, so the general rules which determine them are, as I said before, the most accurate. Those which ascertain the actions required by friendship, humanity, hospitality, generosity, are still more vague and indeterminate. There is, however, one virtue of which the general rules determine with the greatest exactness every external action which it requires. This virtue is justice. The rules of justice are accurate in the highest degree, and admit of no exceptions or modifications, but such as may be ascertained as accurately as the rules themselves, and which generally, indeed, flow from the very same principles with them (TMS III.vi.9-10).

A virtude da benevolência desempenha uma função adicional à justiça na moral de Adam Smith. Se por um lado a justiça concentra-se mais em assegurar relações igualitárias e o respeito pelos direitos pessoais, a benevolência volta-se para o bem-estar comum e o zelo das pessoas. Smith postula que a justiça é o suporte fundamental do arranjo social, sendo crucial para preservar a ordem e assegurar que os indivíduos sejam tratados de forma equânime. A benevolência, por outro lado, é vista como um enfeite que realça tal estrutura e, apesar de não ser o suporte primordial, exerce um papel importante na construção de uma sociedade harmônica e unida. A virtude da benevolência envolve, pois, atos voluntários e intencionais de auxiliar pessoas, sendo capaz de impulsionar o seu bem-estar e levar ao benefício comum.

Mesmo que a benevolência não seja encarada como obrigatória, como no caso da justiça, Smith argumenta que é um elemento vital para a prosperidade de uma sociedade. Ele sustenta que a busca pelo bem-estar comum e o cuidado para com os outros não apenas beneficiam aqueles que são alvo dessas ações, mas também contribuem para o crescimento moral e o aprimoramento do próprio indivíduo que pratica a benevolência. Enquanto a justiça é o pilar central da moral de Smith, a benevolência desempenha um papel adicional ao promover o bem-estar comum e a solidariedade entre os membros da sociedade. Ainda que não seja obrigatória como a justiça, a benevolência é valorizada como um enfeite que realça e robustece a estrutura social, contribuindo para o florescimento humano e a harmonia social. Nesse sentido:

Though Nature, therefore, exhorts mankind to acts of beneficence, by the pleasing consciousness of deserved reward, she has not thought it necessary to guard and enforce the practice of it by the terrors of merited punishment in case it should be neglected. It is the ornament which embellishes, not the foundation which supports the building, and which it was, therefore, sufficient to recommend, but by no means necessary to impose. Justice, on the contrary, is the main pillar that upholds the whole edifice (TMS II.ii.3.4).

A virtude da autodisciplina ou autodomínio é vista por Smith como uma característica essencial na procura pela excelência ética. Esse autor considera que as emoções humanas devem ser reguladas por meio do domínio individual, segundo o exercício da autoridade sobre si mesmo em face dos estímulos emocionais. Smith classifica as emoções em duas categorias: (a) aquelas que são mais desafiadoras de regular e demandam um esforço substancial, tais como o medo e a ira, e (b) aquelas que são mais simples de controlar a curto prazo, mas que necessitam de uma monitorização constante para se manterem sob controle a longo prazo, como o prazer e a satisfação. A autodisciplina é, pois, uma competência que tem um papel primordial na prática de todas as outras virtudes referenciadas na obra de Smith, e pelo fato de ser vista não apenas como uma virtude significativa em si mesma, mas também como a base de todas as outras virtudes.

O equilíbrio entre o autointeresse e o desejo de ser aprovado pelos outros é crucial para o desenvolvimento da autodisciplina. O autocontrole não é uma tarefa simples e demanda um esforço persistente, pois trata-se de um processo contínuo de vigilância e controle sobre nossas emoções e impulsos que visa a alcançar um equilíbrio saudável entre os nossos próprios interesses e a consideração pelos demais. Smith reconhece que a autodisciplina pode ser desafiadora, mas argumenta que é uma virtude que compensa ser cultivada. Ao exercermos o autodomínio, somos capazes de regular nossas ações de modo racional e eticamente apropriado, a fim de que se evite excessos ou comportamentos danosos. Smith ainda afirma:

To act according to the dictates of prudence, of justice, and proper beneficence, seems to have no great merit where there is no temptation to do otherwise. But to act with cool deliberation in the midst of the greatest dangers and difficulties; to observe religiously the sacred rules of justice in spite both of the greatest interests which might tempt, and the greatest injuries which might provoke us to violate them; never to suffer the benevolence of our temper to be damped or discouraged by the malignity and ingratitude of the individuals towards whom it may have been exercised; is the character of the most exalted wisdom and virtue. Selfcommand is not only itself a great virtue, but from it all the other virtues seem to derive their principal luster. The command of fear, the command of anger, are always great and noble powers. When they are directed by justice and benevolence, they are not only great virtues, but increase the splendor of those other virtues (TMS VI.iii.11-12).

Certamente, aqui já é possível observar uma tensão entre a visão predominante de Adam Smith como um componente do egoísmo advindo de sua defesa dos mercados livres e da mão invisível presentes na WN e nas nuances de sua teoria das virtudes, especialmente em sua ênfase no autodomínio. Contrariamente à interpretação simplista de que Smith teria promovido o egoísmo desregrado, sua defesa da autodisciplina implica os fundamentos ético e moral de sua obra, além de

evidenciar que, para esse autor, a busca do interesse próprio não pode ser dissociada da consideração que faz das consequências de nossas ações frente a outras pessoas. Ao destacar a necessidade de equilibrar autointeresse e consideração pelos outros por meio da prática da autodisciplina, Smith desmantela a ideia de que ele apoia uma perspectiva puramente egoísta da conduta humana, apresentando um argumento sofisticado para uma espécie de egoísmo ético e regulado, onde a excelência moral é alcançada não através da promoção do interesse próprio desenfreado, mas através de um equilíbrio calculado e consciente entre o autocuidado e a responsabilidade mútua.

Por fim, Smith incorpora também a sua obra elementos da filosofia estoica em suas análises sobre as virtudes morais. Assim como os estoicos, ele reconhece a importância da busca pela sabedoria, justiça, firmeza e temperança como caminho para alcançar a felicidade. No entanto, Smith também reconhece que seguir essas virtudes não oferece uma garantia absoluta de imunidade contra os infortúnios da vida. Na verdade, ele observa que aqueles que seguem essas virtudes podem até enfrentar o desprezo da sociedade. Apesar dessas adversidades, Smith compartilha com os estoicos a crença de que a natureza não abandonará aqueles que adotam essas virtudes como princípios de vida. Embora possam enfrentar desafios e dificuldades, aqueles que seguem o caminho das virtudes morais encontrarão consolo e satisfação em viver de acordo com princípios elevados.

Smith enfatiza que o desenvolvimento das virtudes morais não é um meio de alcançar uma vida livre de sofrimento ou dificuldades externas. Em vez disso, as virtudes são um guia para viver uma vida plena e significativa, mesmo diante dos desafios inevitáveis. Ao adotar essas virtudes como regras de vida, os indivíduos se tornam capazes de enfrentar os altos e baixos da existência com dignidade e resiliência. Smith discorre:

The virtuous man might still enjoy the complete approbation of his own breast; and might still feel that, how untoward soever things might be without, all was calm and peace and concord within. He might generally comfort himself, too, with the assurance that he possessed the love and esteem of every intelligent and impartial spectator, who could not fail both to admire his conduct, and to regret his misfortune (TMS VII.ii.1.28).

2.3 Autointeresse

O termo “autointeresse” descreve um traço presente em todo ser humano que busca a autoconservação e a concretização dos próprios objetivos pessoais. Neste caso, é importante considerar desde já que Smith não vê o autointeresse como uma forma de egoísmo que exclui o

altruísmo. Assim, já deixamos de lado uma suposição sobre a maneira como o interesse próprio opera na RN:

It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages (WN I.ii.2).

Neste excerto, vemos a sugestão de há uma ausência de preocupações éticas e/ou morais nesta obra, o que será aprofundado no próximo capítulo. Por hora, portanto, o objetivo é delinear o conceito de autointeresse na filosofia moral de Adam Smith, uma proposta anterior a qualquer outra proposição presente na *Riqueza das nações*, ou seja, ainda que existisse nessa obra alguma forma de defesa do egoísmo - o que não é feito - a delimitação dessa característica na sociedade já estaria contida na TSM, na qual o autor escocês argumenta que temos uma propensão natural a simpatia.

Para Smith, o autointeresse não é um interesse isolado e solitário, mas enraizado na nossa condição social e nos nossos laços com os outros. O autointeresse, segundo Smith, não é o mero egoísmo que destrói o tecido social, mas sim uma força que, se devidamente canalizada, pode promover a prosperidade e o bem-estar de todos: “Every man is, no doubt, by nature, first and principally recommended to his own care; and as he is fitter to take care of himself than of any other person, it is fit and right that it should be so” (TMS II.ii.2.1).

Apesar de aqui observarmos uma indicação de Smith da composição da natureza humana, *a priori*, suas intenções não eram ancorar-se na dissecação da desta em si mesma, mas sim investigar e compreender os motores que possibilitam manifestações específicas de nossa conduta. Em suas obras, Smith exerce uma exploração das nuances da moralidade e da economia que são guiadas, indubitavelmente, pelas correntes de nossa natureza. Porém, ele não deseja rotular ou resumir a humanidade a uma série de traços ou características fundamentais. Ao invés disso, suas perguntas direcionam-se para entender como a nossa natureza pode florescer em variados contextos e, com isso, permitir a manifestação da virtude, a construção da moralidade e a propulsão do desejo por riqueza e honra.

Embora a descrição de Smith ofereça uma luz sobre a composição da natureza humana – tal como sua inclinação para o autocuidado e para a autopreservação – é imperativo sublinhar que esses *insights* são resultados e não as metas de sua investigação. Comentadores e estudiosos, então, se veem imersos na tarefa de destrinchar os sentidos de suas palavras e assim poder buscar maior clareza de

sua visão da “essência humana”, mesmo que esta não pareça ter sido a intenção inicial da jornada empreendida por Smith (Mehta, 2006, p. 245).

Portanto, a busca de Smith não se inclina para uma interpretação da natureza humana em termos de um único motivo ou característica predominante. Ao contrário, ela revela-se um emaranhado de movimentos complexos e multifacetados que abraça a diversidade e a complexidade que permeia o ser humano. Seus questionamentos principais, centrados que são em nossa natureza, permite-nos cultivar virtude e estabelecer moralidade, além de perseguir riqueza e honra, elementos que refletem essa perspectiva. Em vez de adotar uma abordagem redutiva ou unilateral sobre a humanidade, Smith nos oferece uma visão prismática, em que várias facetas do humano são iluminadas, compreendidas e, finalmente, celebradas em sua multiplicidade.

Tendo isso em vista, o estudo sobre Smith torna-se uma jornada não de busca do entendimento de suas definições de “humanidade”, mas sim de uma exploração sobre como esse autor percebe nossa natureza se manifestar em diversos cenários sociais, econômicos e morais, e, a partir disso, podermos refletir sobre nossas motivações e comportamentos em geral (Mehta, 2006, p. 246). Além disso, vemos do próprio Smith que:

And hence it is, that to feel much for others and little for ourselves, that to restrain our selfish, and to indulge our benevolent affections, constitutes the perfection of human nature; and can alone produce among mankind that harmony of sentiments and passions in which consists their whole grace and propriety. As to love our neighbour as we love ourselves is the great law of Christianity, so it is the great precept of nature to love ourselves only as we love our neighbour, or what comes to the same thing, as our neighbour is capable of loving us (TMS I.i.5.5).

Ao tratarmos de analisar o autointeresse em Smith, faz sentido voltarmos à Bernard Mandeville, cuja influência em suas obras é um ponto de discussão. Mandeville, é frequentemente citado por sua visão provocante, segundo a qual os vícios privados podem gerar benefícios públicos; o autor holandês via o autointeresse humano como uma força incontável e inevitável, uma paixão que nos governa e que, em sua dinâmica própria, pode levar a resultados sociais positivos. No entanto, quando examinamos a obra de Adam Smith, encontramos uma análise mais matizada e elaborada do autointeresse. Smith não nega a importância do autointeresse, mas aponta que há uma dimensão mais profunda na natureza humana. Ele argumenta que o ser humano não busca apenas a aprovação dos outros, mas também aspira a ser digno dessa aprovação. Ou seja, não basta para nós sermos elogiados, há um desejo intrínseco ao fato de sermos elogiáveis, de merecer os elogios que recebemos. Essa diferenciação é crucial porque, para Smith, o autointeresse não é apenas a busca

cega por benefícios pessoais, mas sim moderado por um senso moral interno, um desejo de integridade e de reconhecimento moral.

Enquanto Mandeville enfatiza os aspectos mais “egoístas” do autointeresse e como eles podem, ironicamente, servir ao bem comum sob a direção correta, Smith reconhece que o autointeresse pode ser alinhado a princípios morais elevados e com o bem-estar da sociedade. Através dessa lente, Smith oferece uma compreensão mais otimista e ética do papel do autointeresse na vida econômica e social. Conforme já mencionado anteriormente:

[...] but this desire of the approbation, and this aversion to the disapprobation of his brethren, would not alone have rendered him fit for that society for which he was made. Nature, accordingly, has endowed him, not only with a desire of being approved of, but with a desire of being what ought to be approved of; or of being what he himself approves of in other men. The first desire could only have made him wish to appear to be fit for society. The second was necessary in order to render him anxious to be really fit. The first could only have prompted him to the affectation of virtue, and to the concealment of vice. The second was necessary in order to inspire him with the real love of virtue, and with the real abhorrence of vice. In every well-formed mind this second desire seems to be the strongest of the two. It is only the weakest and most superficial of mankind who can be much delighted with that praise which they themselves know to be altogether unmerited. A weak man may sometimes be pleased with it, but a wise man rejects it upon all occasions (TMS III.ii.7).

No entanto, havia aspectos importantes em que a afirmação de Mandeville possuía um ar de verdade e probabilidade.

There is, however, another system which seems to take away altogether the distinction between vice and virtue, and of which the tendency is, upon that account, wholly pernicious: I mean the system of Dr. Mandeville. Though the notions of this author are in almost every respect erroneous, there are, however, some appearances in human nature, which, when viewed in a certain manner, seem at first sight to favour them. These, described and exaggerated by the lively and humorous, though coarse, and rustic eloquence of Dr. Mandeville, have thrown upon his doctrines an air of truth and probability which is very apt to impose upon the unskillful (TMS VI.ii.4-6).

Smith reconhecia a existência e o papel o autointeresse:

The mixture of a selfish motive, it is true, seems often to sully the beauty of those actions which ought to arise from a benevolent affection. The cause of this, however, is not that selflove can never be the motive of a virtuous action, but that the benevolent principle appears in this particular case to want its due degree of strength, and to be altogether unsuitable to its object. The character, therefore, seems evidently imperfect, and upon the whole to deserve blame rather than praise. The mixture of a benevolent motive in an action to which self-love alone ought to be sufficient to prompt us, is not so apt indeed to diminish our sense of its propriety, or of the virtue

of the person who performs it. We are not ready to suspect any person of being defective in selfishness. This is by no means the weak side of human nature, or the failing of which we are apt to be suspicious. If we could really believe, however, of any man, that, was it not from a regard to his family and friends, he would not take that proper care of his health, his life, or his fortune, to which self-preservation alone ought to be sufficient to prompt him, it would undoubtedly be a failing, though one of those amiable failings, which render a person rather the object of pity than of contempt or hatred (TMS VII.ii.3.15).

Smith sugere que não estamos prontos para suspeitar que uma pessoa seja desprovida de egoísmo, pois isso é uma característica inerente da natureza humana. Todos nós temos um certo grau de amor-próprio. A ideia é que a benevolência, quando mesclada com o amor-próprio, não diminui a virtude de uma ação, e que a falta de egoísmo (ou excesso de altruísmo) em uma pessoa pode ser vista como uma fraqueza amável, digna de piedade. No entanto, esse fato não justifica, como Mandeville havia feito, o apagamento completo da distinção entre virtude e vício. Retomando a passagem já citada, Smith afirma que:

There is, however, another system which seems to take away altogether the distinction between vice and virtue, and of which the tendency is, upon that account, wholly pernicious: I mean the system of Dr. Mandeville” (TSM VII.ii.4-6).

Para Smith, havia, portanto, limites para o amor-próprio:

Though it may be true, therefore, that every individual, in his own breast, naturally prefers himself to all mankind, yet he dares not look mankind in the face, and avow that he acts according to this principle. He feels that in this preference they can never go along with him, and that how natural soever it may be to him, it must always appear excessive and extravagant to them. When he views himself in the light in which he is conscious that others will view him, he sees that to them he is but one of the multitude in no respect better than any other in it. If he would act so as that the impartial spectator may enter into the principles of his conduct, which is what of all things he has the greatest desire to do, he must, upon this, as upon all other occasions, humble the arrogance of his self-love, and bring it down to something which other men can go along with. They will indulge it so far as to allow him to be more anxious about, and to pursue with more earnest assiduity, his own happiness than that of any other person. Thus far, whenever they place themselves in his situation, they will readily go along with him. In the race for wealth, and honours, and preferments, he may run as hard as he can, and strain every nerve and every muscle, in order to outstrip all his competitors. But if he should justle, or throw down any of them, the indulgence of the spectators is entirely at an end. It is a violation of fair play, which they cannot admit of. This man is to them, in every respect, as good as he: they do not enter into that self-love by which he prefers himself so much to this other, and cannot go along with the motive from which he hurt him. They readily, therefore, sympathize with the natural resentment of the injured, and the offender becomes the object of their hatred and indignation. He is sensible that he becomes so, and feels

that those sentiments are ready to burst out from all sides against him. As the greater and more irreparable (TMS II.ii.2.1).

Neste ponto, novamente nos deparamos com a indicação de Smith da tendência natural ao amor-próprio. Para ele, é natural que os indivíduos priorizem seus próprios interesses e bem-estar, mas essa inclinação é geralmente moderada pelo desejo de ser aceito e respeitado pelos outros. Na busca por realizações pessoais, como riqueza e honra, um esforço ardente é tolerável, mas qualquer ação que prejudique os outros é condenada pela sociedade. Assim, para uma convivência harmoniosa, é crucial encontrar um equilíbrio entre buscar o próprio benefício e manter o respeito e a equidade, evitando assim tornar-se objeto de repúdio social. No mesmo momento em que ele descreve um tipo de “egoísmo” natural, o autor nos descreve também uma natureza humana social, firmada na simpatia e no espectador imparcial, que tende a controlar esse egoísmo. Além disso, o amor-próprio tinha, por si só, fortes conotações morais, uma vez que se referia a uma gama mais ampla de preocupações do que simplesmente o interesse material próprio.

According to Zeno, the founder of the Stoical doctrine, every animal was by nature recommended to its own care, and was endowed with the principle of self-love, that it might endeavour to preserve, not only its existence, but all the different parts of its nature, in the best and most perfect state of which they were capable (TMS VII.ii.1.15).

Os estoicos consideravam que as escolhas adequadas para um indivíduo eram aquelas que lhe permitissem manter a existência e suas faculdades para viver da melhor maneira possível. Itens como riqueza, poder, estima e conforto eram naturalmente desejáveis, enquanto a pobreza, falta de autoridade e dificuldades externas eram consideradas escolhas inadequadas. No entanto, isso não significa que os estoicos defendiam o egoísmo como estilo de vida. De acordo com Smith, os estoicos acreditavam que cada pessoa era apenas uma entre muitas e que, sempre que a busca pela prosperidade individual pudesse prejudicar a sociedade, o indivíduo deveria abster-se de seus interesses imediatos. Essa visão está em consonância com a perspectiva de Smith, que também enfatiza a importância de equilibrar os interesses individuais com os interesses coletivos. Além disso, os estoicos defendiam a aceitação das circunstâncias da vida, incluindo as questões cotidianas que, segundo eles, deveriam ser consideradas como indiferentes pelos indivíduos. Essa perspectiva os levava a buscar a sabedoria e a desenvolver virtudes como a serenidade e a resignação diante das adversidades. Para essa corrente de pensamento filosófico, a única coisa que restava ao indivíduo era seguir sem se apegar emocionalmente ao sucesso ou fracasso de seus esforços. E embora os estoicos

reconhecessem a busca legítima pela prosperidade pessoal, eles destacavam a necessidade de agir com responsabilidade e consideração pelos outros, evitando prejudicar a sociedade em prol de interesses individuais imediatos.

Human life, with all the advantages which can possibly attend it, ought, according to the Stoics, to be regarded but as a mere two-penny stake; a matter by far too insignificant to merit any anxious concern (TMS VII.ii.1.24).

Desde o primeiro momento da TSM, Smith deixa claro a existência dessa tendência autointeressada dos seres humanos:

How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it (TMS I.i.1.1).

Essa visão está em consonância com a de seu professor, Hutcheson. Segundo Pesciarelli (1999, pp. 527-528), Hutcheson propôs que a motivação por trás das ações humanas poderia ser dividida em duas categorias: egoísmo e benevolência. A primeira refere-se à busca individual pelo que é bom para si mesmo ou para evitar o que é prejudicial, enquanto a segunda se refere à busca desinteressada pela melhoria das condições de vida dos demais agentes sociais ou para evitar que outros sejam prejudicados. Hutcheson afirmava que nenhum ser humano, em sua consciência, negaria que as pessoas têm um real desejo de observar o bem-estar de seus semelhantes. Além disso, o desejo comedido pelo bem privado, embora não seja considerado uma virtude, está longe de ser considerado um vício. Nenhum dos apetites e paixões verdadeiramente naturais e egoístas é condenado por si só como algo maligno, embora esse prazer seja claramente diferente da aprovação moral (Pesciarelli, 1999, p.529). Assim, para Smith, o autointeresse não é considerado vício *em si*, mas somente pode ser considerado como tal se ultrapassar o nível de tolerância estipulado pelo espectador imparcial. Nesse sentido, esse autor esclarece o seguinte:

The preservation and healthful state of the body seem to be the objects which Nature first recommends to the care of every individual. The appetites of hunger and thirst, the agreeable or disagreeable sensations of pleasure and pain, of heat and cold, etc. may be considered as lessons delivered by the voice of Nature herself, directing him what he ought to choose, and what he ought to avoid, for this purpose. The first lessons which he is taught by those to whom his childhood is entrusted, tend, the greater part of them, to the same purpose. Their principal object is to teach him how to keep out of harm's way. As he grows up, he soon learns that some care and foresight are necessary for providing the means of gratifying those natural appetites, of procuring pleasure and avoiding pain, of procuring the agreeable and avoiding the disagreeable temperature of heat and cold. In the proper direction of this care and

foresight consists the art of preserving and increasing what is called his external fortune. Though it is in order to supply the necessities and conveniences of the body, that the advantages of external fortune are originally recommended to us, yet we cannot live long in the world without perceiving that the respect of our equals, our credit and rank in the society we live in, depend very much upon the degree in which we possess, or are supposed to possess, those advantages. The desire of becoming the proper objects of this respect, of deserving and obtaining this credit and rank among our equals, is, perhaps, the strongest of all our desires, and our anxiety to obtain the advantages of fortune is accordingly much more excited and irritated by this desire, than by that of supplying all the necessities and convenience of the body, which are always very easily supplied. Our rank and credit among our equals, too, depend very much upon, what, perhaps, a virtuous man would wish them to depend entirely, our character and conduct, or upon the confidence, esteem, and good-will, which these naturally excite in the people we live with. The care of the health, of the fortune, of the rank and reputation of the individual, the objects upon which his comfort and happiness in this life are supposed principally to depend, is considered as the proper business of that virtue which is commonly called Prudence (TMS VI.i.1-5).

Smith afirma que uma consideração prudente de seus próprios assuntos poderia ser uma virtude e que era possível distinguir uma prudência voltada para si mesmo do egoísmo desenfreado ou do vício inalterado. A prudência era a virtude que nos direcionava a cuidar de nós mesmos. A virtude não é uma questão do que é bom para o homem, ou da obediência às leis ou da satisfação de desejos. É uma questão do que o espectador imparcial aprovaria. A prudência é a virtude cujo cultivo é instrumental para a nossa própria felicidade, a benevolência para a felicidade dos outros (Mehta, 2006, p. 248). Nesse sentido, a prudência é dupla:

The qualities most useful to ourselves are, first of all, superior reason and understanding, by which we are capable of discerning the remote consequences of all our actions, and of foreseeing the advantage or detriment which is likely to result from them: and secondly, self-command, by which we are enabled to abstain from present pleasure or to endure present pain, in order to obtain a greater pleasure or to avoid a greater pain in some future time. In the union of those two qualities consists the virtue of prudence, of all the virtues that which is most useful to the individual (TMS IV.ii.6).

O espectador aprova a prudência porque, de um ponto de vista imparcial, nosso prazer futuro é tão importante quanto o presente, portanto, desaprova nosso sacrifício do futuro pelo presente. O que o espectador realmente aprova não é o ganho em si, mas o adiamento do prazer, o trabalho físico e mental que o adiamento expressa:

Hence arises that eminent esteem with which all men naturally regard a steady perseverance in the practice of frugality, industry, and application, though directed to no other purpose than the acquisition of fortune. The resolute firmness of the person who acts in this manner, and in order to obtain a great though remote

advantage, not only gives up all present pleasures, but endures the greatest labour both of mind and body, necessarily commands our approbation (TMS IV.ii.8).

Podemos ir além, e dizer que, a virtude da prudência, exige, por necessidade, o autointeresse. É impossível, do ponto de vista de Smith, que exista um tipo bom de autointeresse e um correspondente tipo ruim de autointeresse. O autointeresse é bom e uma virtude. O egoísmo é ruim e um vício. Um erro muito comum é para um economista afirmar, com base na discussão de Smith sobre o padeiro, cervejeiro, açougueiro sobre o papel do autointeresse da WN, que a virtude da benevolência não é aplicável na economia. Na verdade, o oposto é o caso. Smith esperava que um leitor da WN já tivesse lido seu TSM. A TSM é a base para a RN. Smith não vai reescrever partes do TSM para incluir na RN. Ele deixa bem claro no TSM que a benevolência, ou qualquer outra virtude, é impossível sem primeiro ter a prudência (autointeresse - amor-próprio), porque é impossível ajudar os outros se você não cuidou de si mesmo primeiro.

Pode-se imaginar a parábola de Jesus Cristo do Bom Samaritano sendo reescrita para lidar com o caso de um Bom Samaritano pobre e doente, sem cavalo, vinho, azeite ou saco de moedas de prata. O Bom Samaritano pode ajudar na estrada perigosa para Jericó porque primeiro cuidou de si mesmo prosperando por meio de conduta prudente. O comportamento do Bom Samaritano não tem nada a ver com a regra de Maximização de Utilidade de Bentham (Brady, 2018, p. 1).

Smith reconheceu que ninguém pode fazer progresso em qualquer aspecto de sua vida, seja no âmbito conjugal, familiar, econômico, social, educacional, seja em questões relacionadas à saúde, carreira, longevidade e vitalidade, sem ser prudente. Todo praticante de Ética da Virtude, desde os profetas do Antigo Testamento até Confúcio e Gandhi, reconhece esse fato (Brady, 2018, p. 1). Um olhar detalhado sobre a compreensão de Smith sobre importância da prudência como cuidado consigo mesmo mostra por que o autointeresse e o amor-próprio são comportamentos prudentes. Assim como você não pode cavar um buraco no chão de maneira eficaz e eficiente sem uma pá, você não pode estabelecer a base básica para viver uma vida virtuosa sem considerar como cuidar adequadamente de si mesmo antes de pensar em como ajudar os outros. Ainda que, para o autor escocês, com base em Epicuro, ele reafirmará a prudência como valor não virtuoso por si mesmo.

Como nesse “relativismo” é que Smith realçará a prudência como um fundamento para a busca do bem-estar, isto é, não se trata de um autointeresse cego, mas de uma habilidade em avaliar os resultados de longo prazo e agir de acordo com o que pode promover o maior bem. Para isso, o autor verá na temperança uma forma de não se deixar levar pelos prazeres, ou seja, esta é uma forma prática de prudência em relação ao prazer.

Smith sugere então que a temperança não seja uma negação dos prazeres da vida, mas uma moderação deles, alinhada à prudência. Em outras palavras, o autointeresse, quando controlado pela temperança, não procura gratificação imediata, mas uma satisfação duradoura e equilibrada. Em seguida, Smith aborda a firmeza e como ela se encaixa nesta tapeçaria de virtudes guiadas pela prudência:

To support labour, to endure pain, to be exposed to danger or to death, the situations which fortitude would often lead us into, were surely still less the objects of natural desire. They were chosen only to avoid greater evils. We submitted to labour, in order to avoid the greater shame and pain of poverty, and we exposed ourselves to danger and to death in defence of our liberty and property, the means and instruments of pleasure and happiness; or in defence of our country, in the safety of which our own was necessarily comprehended. Fortitude enabled us to do all this cheerfully, as the best which, in our present situation, could possibly be done, and was in reality no more than prudence, good judgment, and presence of mind in properly appreciating pain, labour, and danger, always choosing the less in order to avoid the greater (TSM VII.ii.2.10).

Neste contexto, a firmeza representa a capacidade de enfrentar adversidades, não por masoquismo, mas porque, muitas vezes, enfrentar um desafio no presente pode ser uma forma de se evitar um mal maior no futuro. Novamente, a prudência é a bússola moral que guia essa virtude.

Retornando à ideia de que a benevolência não estaria presente na descrição que faz da natureza humana no ambiente mercantil - haja vista a citação de que não é da benevolência do padeiro - Smith mostrou cuidadosamente que esta é impossível de se praticar caso a prudência não tenha sido praticada primeiramente. Assim, a prudência é o autointeresse e o amor-próprio. Você deve cuidar de si mesmo primeiro antes de cuidar de qualquer outra pessoa. A menos que se esteja disposto a tentar examinar a RN e o TSM em profundidade, não se tem escolha senão concordar com a interpretação utilitarista de Bentham de Adam Smith, na qual está sendo doutrinado pela profissão de economia (Brady, 2018, p. 7). A análise detalhada de Smith no TSM, da importância da prudência como a virtude básica e fundamental, também é mantida na RN. Em nenhum lugar na RN Smith se contradiz.

Além da prudência, Smith destaca o conceito de “autodomínio”, apresentado anteriormente, que ele descreve como o domínio das paixões que submete todos os movimentos da nossa natureza àquilo que a nossa dignidade e honra e a propriedade da nossa conduta requerem: “that command of the passions which subjects all the movements of our nature to what our own dignity and honor, and the propriety of our own conduct require” (TMS I.i.5.1). Para Smith, a vida em sociedade exige a moderação das paixões individuais, incluindo o autointeresse, que é regulado pelo espectador imparcial. Tal figura atua como um juiz moral, equilibrando os interesses individuais com os

interesses coletivos e privilegiando a virtude da justiça, que é essencial para uma convivência harmoniosa na sociedade. O espectador imparcial, como mencionado anteriormente, é capaz de se colocar na posição dos outros e avaliar as ações de maneira imparcial, sem ser influenciado por interesses pessoais ou emoções. Ele desempenha um papel vital no controle do autointeresse e na busca pelo equilíbrio entre as necessidades individuais e o bem-estar coletivo. É através do controle das paixões e da busca pelo interesse geral que os indivíduos são capazes de contribuir para a harmonia e o funcionamento adequado da sociedade. O autodomínio permite que o autointeresse seja canalizado de maneira virtuosa, levando em conta os interesses dos outros e o bem comum.

Para Smith, a prática do autodomínio pertence à classe das virtudes terríveis. Quando alcançar um sentimento moralmente correto é difícil, chamamos essa conquista de virtuosa, caso contrário, descrevemos as pessoas como agindo ou deixando de agir dentro dos limites da prudência. Assim, as normas e ideais morais e os julgamentos pelos quais nos guiamos em direção a princípios, surgem do processo pelo qual tentamos alcançar a simpatia mútua. Esse processo de ajuste emocional mútuo é responsável pelo surgimento da virtude: as virtudes “terríveis” do autocontrole, que envolvem a abstenção de sentir, ou pelo menos de expressar, o fluxo completo de emoções como tristeza ou alegria, e as virtudes “amáveis” da compaixão e da humanidade, que incluem o esforço dos espectadores em participar das alegrias e dos sofrimentos dos outros.

E segundo Smith, para controlar esses interesses privados, os hábitos são essenciais. Ele afirma que cada indivíduo, dependendo da profissão e das circunstâncias de vida deste, está familiarizado com diferentes objetos e contextos. Essas diferenças moldam as paixões e características dessas pessoas, criando assim personalidades e comportamentos distintos (Pesciarelli, 1999, p. 529). Smith acredita que temos muitos instintos básicos que influenciam nosso comportamento. Esses instintos podem combinar-se de várias formas para produzir tendências comportamentais estáveis. Ele chama a atenção para esses hábitos como reflexão habitual, sugerindo que hábitos podem agir como um tipo de regulação do comportamento.

Essas regras gerais de conduta, formadas por reflexão habitual, são úteis para corrigir desvios de atitudes que são guiados pelo autointeresse e para entender o que é apropriado para a nossa situação específica. Smith propõe então que quando vemos ações de outros que contradizem nossos sentimentos naturais, e outros também compartilham dessa rejeição, confirmamos que nossa reprovação foi justa. Então, instintivamente criamos uma regra geral de que tais ações devem ser evitadas, pois nos fazem parecer odiosos, desprezíveis ou dignos de punição. Através da reflexão habitual, esforçamo-nos para internalizar essa regra geral, de modo a corrigir desvios do autointeresse

quando precisamos agir em circunstâncias semelhantes no futuro. “Those general rules of conduct, when they have been fixed in our mind by habitual reflection, are of great use in correcting the misrepresentations of self-love concerning what is fit and proper to be done in our particular situation” (TMS III.iv.12).

Mais uma vez fica evidente que a interpretação clássica de Adam Smith como um defensor do egoísmo não captura totalmente a complexidade e a profundidade de suas ideias. Essa perspectiva restrita e equivocada ignora que as famosas ideias de Smith sobre a mão invisível e os benefícios do livre mercado não são um chamado para um egoísmo desenfreado, mas sim um argumento sofisticado que reconhece que o autointeresse pode, sob certas circunstâncias, contribuir para o bem comum. Este argumento é firmemente ancorado nas virtudes da prudência, justiça, benevolência e autodomínio, que ele argumenta serem essenciais para uma sociedade harmoniosa. Ao situar estas ideias dentro do quadro maior de sua obra, torna-se claro que a suposta defesa de Smith ao egoísmo é, na verdade, um mal-entendido profundo de sua advocacia para um sistema onde o autointeresse é equilibrado e moderado através de um compromisso sério com a virtude e o bem-estar coletivo. Portanto, é crucial reavaliar e reinterpretar as teorias de Smith com um olhar mais atento, de modo a reconhecer que sua defesa do autointeresse sempre existiu dentro de um contexto de responsabilidade moral e ética coletiva.

Cerca de sete anos após a publicação de sua obra TSM, um tratado sobre filosofia moral, Smith mudou-se para a França. Durante esse período, observou e estudou os sistemas de comércio e economia. Quando retornou ao Reino Unido, ele integrou suas observações e aprendizados em sua obra mais ilustre, *A riqueza das nações*.

3. SMITH NA ECONOMIA POLÍTICA

Adam Smith lançou *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, em Londres em março de 1776. A obra foi disponibilizada inicialmente em dois volumes. Embora os registros da primeira edição não tenham sobrevivido, acredita-se que tenham sido produzidas entre 500 e 750 cópias. A complexidade do tema não impediu o sucesso do livro, que viu uma segunda edição de 500 cópias ser publicada em fevereiro de 1778. Em novembro de 1784, a terceira edição chegou às prateleiras, marcando a primeira e única grande revisão textual da obra. Esta edição incorporou modificações substanciais, incluindo adições e correções que foram publicadas separadamente. Além das próprias revisões de Smith, a terceira edição foi a primeira a ser publicada

em um formato mais acessível, dividida em três volumes. O interesse contínuo pela obra levou a um aumento progressivo na tiragem das edições posteriores. A quinta edição, a última publicada durante a vida de Smith, teve uma tiragem de 1.500 cópias. A sexta edição contou com 2.000 cópias, e a sétima e a oitava, com 2.500 cada (Tribe, 2002, pp. 19-21).

Conforme mencionado anteriormente, Adam Smith é frequentemente creditado como o fundador da economia moderna, o pioneiro da economia política e o criador de uma metodologia inovadora para as ciências econômicas. Ele é reconhecido por sua adoção do método empírico em suas investigações econômicas e por sua inovação no uso extensivo de proposições lógicas. No entanto, a contribuição de Smith para a economia não se limita apenas às suas teses e argumentos. Sua relevância reside na maneira como ele fundamentou suas proposições, na estrutura de seu raciocínio e nas ferramentas que utilizou em suas deliberações. Joseph Schumpeter afirma que:

The Wealth of Nations de A. Smith foi, de fato, como pretendido, um sistema de economia política no sentido recém-definido, e como tal, não nos interessa. O que nos interessa ainda mais é o fato de que os princípios políticos e abordagens de A. Smith - sua defesa cautelosa do livre comércio e o restante - são apenas o disfarce de uma grande conquista analítica. Em outras palavras, não estamos tão interessados no que ele argumentou, mas em como ele argumentou e quais ferramentas de análise ele usou para isso. Seus próprios princípios políticos e abordagens eram, sem dúvida, o que mais importava para ele e para seus leitores e, além disso, o que explica principalmente o sucesso de seu trabalho junto ao público e, nesse sentido, sua posição orgulhosa na história do pensamento humano (Schumpeter, 1954, p. 36).

De fato, na WN, não se encontra nenhuma ideia econômica absolutamente nova ou revolucionária, pois os principais argumentos expostos na doutrina econômica de Smith já haviam sido expostos por outros pensadores antes dele. Na obra *República*, por exemplo, Platão reconhece que a presença de uma divisão do trabalho na sociedade dá origem à necessidade de trocas de mercadorias entre seus cidadãos. Essa ideia está alinhada ao conceito de divisão do trabalho de Adam Smith, em que cada pessoa, ao produzir bens ou serviços necessários para os outros membros da sociedade, especializa-se em uma atividade específica. Platão menciona a necessidade de agricultores, artesãos, importadores e exportadores (comerciantes) para suprir as demandas da sociedade, e também destaca a importância da interdependência e da troca de bens (Platão, 1892, p. 53-56).

Embora os objetivos e contextos sejam diferentes, essas passagens mostram uma convergência de pensamento sobre a importância da divisão do trabalho e das trocas econômicas na organização social. Apesar dos elogios, Schumpeter afirma que RN não continha ideias verdadeiramente inovadoras e não poderia ser comparada ao *Principia* de Newton ou à *Origem das Espécies* de Darwin

(Schumpeter, 1954, p. 180). Inclusive, conforme já mencionado no primeiro capítulo desse trabalho, até mesmo o princípio pelo qual Smith é amplamente reconhecido, mão invisível, havia sido descrito com outras palavras por Bernard Mandeville em sua *Fabula das Abelhas*.

Tal como ocorreu na TSM, não há como negar que as ideias econômicas de Smith foram influenciadas por vários pensadores do círculo de Edimburgo-Glasgow. Por exemplo, Hutcheson já havia desenvolvido uma teoria do valor em sua *System of Moral Philosophy* (Pesciarelli, E. 1999. p.539), tema abordado por Smith posteriormente na WN, ainda que com enfoques diferentes. Porém, além de seu contato com os pensadores sentimentistas escoceses, Smith recebeu a influência das ideias fisiocratas dos franceses, na época em que viveu na França, após a publicação da TSM. Isso permitiu a esse autor abordar a economia de uma maneira diferente, superando e distinguindo-se de seus contemporâneos e predecessores na Grã-Bretanha. Para Shumpeter,

Adam Smith realizou a tarefa de criar *The Wealth of Nations* com notável competência. Parecia que ele havia sido feito para isso pela natureza: era uma tarefa que apenas um professor metucioso poderia ter realizado. Ele deu o seu melhor: *A Riqueza é o resultado de um trabalho dedicado e incansável, que durou mais de 25 anos, sendo que cerca de dez desses anos foram exclusivamente dedicados a isso. Sua habilidade mental estava à altura do desafio de controlar e organizar o vasto e complexo material proveniente de várias fontes, e de submetê-lo à disciplina de um pequeno conjunto de princípios coerentes. Smith, o construtor que edificou solidamente, sem se importar com o custo, mostrou-se também um grande arquiteto. Sua obra funcionou como o canal pelo qual as ideias do século XVIII sobre a natureza humana chegaram aos economistas* (Schumpeter, 1954, p. 180).

Além disso, a RN apresentou ao mundo uma ruptura abrupta na maneira como o fenômeno da troca era concebido até então. Antes de Smith, de acordo com a política econômica mercantilista, que era o *mainstream* da época, a troca, especialmente a internacional, era vista como um negócio que beneficiava apenas uma das partes. Ao buscar exportar mais do que importar e acumular ouro, os mercantilistas visavam a vantagem nacional e o aumento de sua força relativa aos outros países (Keynes, 2008, p. 167). Em contraste, Smith enfatizou que ambas as partes se beneficiam da troca. Em qualquer troca justa, todos se beneficiam, pois o ato de trocar traz benefícios mútuos. Nesse sentido, a conquista e o mérito de Adam Smith foram tornar essa “ideia básica” amplamente conhecida e reconhecida na RN (Buchanan, 1999, p. 183).

Adam Smith e os primeiros economistas enfatizaram o interesse individual como o motor da economia, propuseram assim um sistema econômico autorregulado, orientado por leis econômicas específicas. Essa visão, ao sublinhar o valor do interesse individual, evoca a noção de "vícios privados, virtudes públicas", ainda que o próprio Smith tenha sido crítico dessa ideia (Dobb, 1977, p.

55). O autor escocês inovou ao argumentar que a interferência indevida do Estado contraria a eficácia de um sistema que naturalmente regula a sociedade e, desse modo, promove a liberdade individual e a ordem econômica emergentes da livre interação entre os indivíduos. Simultaneamente, destacou a relevância da política econômica e como esta molda e é moldada pela ordem econômica, alinhando-se parcialmente aos Fisiocratas, que viam a agricultura como essencial, mas diferindo na abrangência do potencial produtivo para além desta (Dobb, 1977, p. 58).

A abordagem de Smith expande-se na importância da divisão do trabalho e do capital, vistos como fundamentos para o avanço econômico, enquanto critica a visão limitada da agricultura como única fonte de riqueza. Ele reconheceu a produtividade da agricultura, mas viu todas as formas de trabalho produtivo como diferentes formas de contribuição para a riqueza nacional, uma ideia que se desenvolveu ainda mais ao interagir com os Fisiocratas em suas viagens pela França e Suíça (Dobb, 1977, p. 61). Estas interações enriqueceram seu pensamento, que se tornou fundamental para a economia política clássica ao focar na autorregulação do mercado, na concorrência, na oferta e na demanda como determinantes dos preços e valores econômicos (Dobb, 1977, p. 63).

Dentro da economia política clássica, Smith posicionou-se contra intervenções que distorcem os valores de mercado, como monopólios e regulamentações excessivas, defendendo a liberdade econômica. Sua teoria sobre distribuição de renda, salários, e lucros, ressalta como a oferta e demanda de trabalho, capital, e terra influenciam estas variáveis, uma vez que, segundo esse autor, o bem-estar dos trabalhadores está intrinsecamente ligado ao crescimento econômico. Ele criticou também mercadores e industriais que tentavam restringir a concorrência, uma vez que esta ação tendia ao equilíbrio entre as vantagens e desvantagens de diferentes empregos sob total liberdade econômica, o que introduzia certa complexidade na teoria do valor, o que desafiaria e inspiraria futuros economistas.

Finalmente, Smith atacou os fundamentos do mercantilismo, argumentando que a verdadeira riqueza de uma nação vem da liberdade comercial e não da acumulação de metais preciosos (Dobb, 1977, p. 79). Ele destacou a importância do equilíbrio no comércio internacional e defendeu o consumo como o propósito final da produção, estabelecendo uma distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Sua análise sobre o rendimento líquido, que inclui tanto lucros quanto salários, reflete sua visão do bem-estar geral, na forma de uma contraposição tanto às ideias fisiocratas quanto às ideias críticas de Ricardo, o que ilustra sua abordagem inovadora, a qual valoriza o livre comércio, o papel do consumidor e a contribuição de todos os tipos de trabalho para a riqueza nacional (Dobb, 1977, p. 85).

3.1 Divisão do Trabalho, Troca, Valor e Mão Invisível

A WN procura examinar, por meio de evidências históricas e contemporâneas ensejadas por Smith, quais são os fatores que podem tornar uma nação rica. No cerne dessa investigação, o autor elenca alguns conceitos centrais como: divisão do trabalho, *fair play*²³ nas transações comerciais, valor do trabalho e mão invisível.

A divisão do trabalho refere-se à especialização de tarefas dentro do processo de produção. Em uma sociedade moderna, essa especialização leva a um aumento substancial na quantidade e qualidade da produção. Contudo, à medida que a produção se torna mais especializada, essa eficiência vem com uma certa contradição: os trabalhadores – agentes diretos do processo produtivo – distanciam-se cada vez mais do produto do seu trabalho. Smith exemplifica esse fenômeno com a fabricação de alfinetes, pela qual, numa situação sem divisão de trabalho, um único trabalhador sem treinamento específico e sem conhecimento sobre as ferramentas utilizadas, provavelmente levaria um dia inteiro para produzir apenas um único alfinete, ou talvez, com um esforço considerável, produzisse 20 alfinetes. No entanto, quando o trabalho é dividido entre vários trabalhadores, em que cada um esteja focado em uma etapa específica da produção, o resultado é sensivelmente diferente. Smith relata uma fábrica onde dez trabalhadores – em que cada um deles seja especializado em um aspecto específico da produção - conseguem produzir mais de 48 mil alfinetes por dia. Isso equivale a, em um determinado período, uma média diária de 4.800 alfinetes produzidos por trabalhador.

Este exemplo mostra o impacto que a divisão do trabalho pode ter na produtividade, ao transformar um processo laboral comum em uma produção em massa altamente eficiente. Segundo Smith, o processo de divisão do trabalho é viável devido a três circunstâncias:

This great increase of the quantity of work, which, fin consequence of the division of labour, the same number of people are capable of performing, is owing to three different circumstances; first, to the increase of dexterity in every particular workman; secondly, to the saving of the time which is commonly lost in passing from one species of work to another; and lastly, to the invention of a great number of machines which facilitate and abridge labour and enable one man to do the work of many (WN I.i.5).

É fundamental, pois, destacar que a segmentação das tarefas é orientada e possibilitada pela presença de recursos. Um artesão têxtil não consegue focar completamente em seu trabalho, a não ser que haja, antecipadamente, uma quantidade adequada de mercadorias acumuladas em algum ponto,

²³ Jogo limpo (tradução nossa)

esteja este em seu domínio ou sob o controle de outrem, para mantê-lo e prover-lhe os insumos e instrumentos essenciais com vistas à finalização e venda do produto têxtil. Evidentemente, este acúmulo precisa acontecer antes de seu engajamento ao ofício particular. Assim como o acúmulo de capital, por sua natureza, deve antecipar a divisão do trabalho, as tarefas só podem ser progressivamente subdivididas à medida que haja uma acumulação de capital prévia e ascendente. Nesse sentido:

The annual produce of the land and labour of any nation can be increased in its value by no other means, but by increasing either the number of its productive labourers, or the productive powers of those labourers who had before been employed. The number of its productive labourers, it is evident, can never be much increased, but in consequence of an increase of capital, or of the funds destined for maintaining them. The productive powers of the same number of labourers cannot be increased, but in consequence either of some addition and improvement to those machines and instruments which facilitate and abridge labour; or of a more proper division and distribution of employment. In either case an additional capital is almost always required. It is by means of an additional capital only that the undertaker of any work can either provide his workmen with better machinery or make a more proper distribution of employment among them (WN II.iii.32).

A análise histórica do desenvolvimento das ideias de Adam Smith sobre a divisão do trabalho, antes da publicação de RN, tem sido tradicionalmente baseada em suposições sobre a datação de documentos-chave, incluindo um Rascunho Preliminar e fragmentos específicos relacionados à divisão do trabalho. No entanto, a descoberta de um novo conjunto de anotações de palestras de Smith na Glasgow University, datadas entre os anos acadêmicos de 1762 a 1763, oferece uma nova perspectiva que desafia essas suposições anteriores. Embora um dos argumentos do presente trabalho, considerando essas novas evidências, é de que, muito provavelmente, a cronologia dos documentos e a compreensão do desenvolvimento das ideias de Smith sobre a divisão do trabalho ainda necessitem de uma significativa revisão, além de uma análise mais apurada da evolução complexa e gradual do pensamento de Smith, diferentemente do que é comumente aceito pela visão tradicional (Meek, 1977, p. 33-34).

O exame detalhado dos documentos e fragmentos revela uma cronologia e um desenvolvimento das ideias de Smith que diferem dos entendimentos anteriores. Por exemplo, a análise das notas de palestras compiladas por Edwin Cannan, que foram inicialmente atribuídas nos anos acadêmicos de 1762 e 1763, e a revisão do chamado Rascunho Preliminar, sugerem que este último foi provavelmente escrito antes de abril de 1763. Essa reavaliação, baseada na comparação com os novos materiais descobertos, indica que Smith já estava engajado em um exame sofisticado

da divisão do trabalho e de seus efeitos econômicos em um estágio anterior do que se acreditava anteriormente, contradizendo a noção de que as ideias fundamentais de Smith surgiram plenamente formadas apenas no período imediatamente anterior à publicação de sua obra seminal (Meek, 1977, p. 35).

As novas anotações das palestras de Smith, mais detalhadas do que as previamente conhecidas, e os documentos FA e FB iluminam como Smith explorou a divisão do trabalho, seu impacto na eficiência e produção, e a importância do tamanho do mercado e dos meios de transporte na expansão econômica. Esta análise revela que Smith considerava a divisão do trabalho como um fator crucial para a produtividade e RN, uma visão que ele desenvolveu e refinou ao longo do tempo. Esses documentos sugerem uma progressão contínua no pensamento de Smith, ao invés de um conjunto de ideias estagnadas, refletindo uma sofisticação crescente em sua abordagem à economia (Meek, 1977, p. 43).

Em conclusão, a revisão das suposições cronológicas e a análise dos documentos relacionados ao desenvolvimento das ideias de Smith sobre a divisão do trabalho revelam um processo evolutivo em seu pensamento econômico. Ao invés de emergir de forma abrupta, as concepções de Smith sobre a divisão do trabalho, seu impacto na economia, e a interação com o tamanho do mercado e o transporte, desenvolveram-se gradualmente, refletindo uma análise econômica cada vez mais complexa e sistemática. Esse refinamento contínuo de suas ideias até a publicação de RN destaca o rigor e a profundidade do compromisso de Smith em desenvolver uma teoria econômica abrangente que explicasse os mecanismos subjacentes à riqueza e ao progresso das nações (Meek, 1977, p. 49).

Outro princípio fundamental na obra de Smith é o *fair play* nas operações comerciais, numa referência que esse autor faz ao momento decisivo de comercialização dos bens e dos serviços criados. Esta fase é absolutamente vital para que o valor criado durante o período de produção seja efetivamente materializado, transformado em capital. Em uma sociedade orientada ao comércio, a manufatura e a troca estão profundamente interligadas, funcionando como as duas faces da mesma moeda, em que uma não pode operar corretamente sem a outra. Nesse cenário, os produtores não estão focados apenas em atender às suas próprias necessidades, em vez disso, dedicam-se à criação de produtos e serviços que possam ser trocados no mercado, num espaço onde os frutos de seu trabalho possam ser trocados por outros bens de que necessitam, sabendo-se que estes possuem a capacidade, ou o desejo de criar por conta própria. Desse modo, constrói-se uma teia complexa e interdependente de produção voltada para o mercado, a qual busca atender não apenas suas necessidades, mas as demandas e desejos de uma coletividade.

Embora o estímulo individual em uma sociedade comercial seja frequentemente direcionado para a melhoria das condições de vida pessoais, é através da satisfação das necessidades e desejos dos outros - os consumidores - que esse objetivo é alcançado. Neste contexto, ao atender aos seus próprios interesses, o produtor encontra-se paradoxalmente servindo aos outros. É uma dinâmica em que, para satisfazer seus próprios desejos e necessidades, eles devem primeiro atender às demandas do mercado. Importa salientar que esta dinâmica é viabilizada especialmente em um contexto específico: o do livre comércio, o qual será meticulosamente explorado em momentos subsequentes. Assim, Isso não é uma indicação de que Smith entende o autointeresse como a única força motriz da ação humana, como se é convencionalmente, mas sim um testemunho da complexidade e da multifacetada natureza das interações humanas em uma sociedade comercial. Nesta estrutura, as transações comerciais assumem um caráter distintivo, criando um ciclo virtuoso onde, para atingir seus próprios objetivos, é necessário primeiro satisfazer as necessidades dos consumidores, estabelecendo assim uma relação de reciprocidade e benefício mútuo.

Nesse sentido, o mercado, por sua vez, é o cenário ou o palco onde se dá esse comércio de mercadorias. E uma das características centrais desse ambiente é que as transações ocorrem em termos de equivalência. Existe uma garantia tácita de que cada participante na comercialização obterá algo de valor equiparável ao que disponibilizou. Esta paridade é o que possibilita a troca e a torna benéfica para ambos os lados. Sem esse *fair play* nas operações, o comércio de bens e serviços simplesmente não se daria, pois nenhum dos envolvidos estaria disposto a participar de uma comercialização que o percebesse como prejudicial. Assim, Smith afirma o seguinte a esse respeito:

It is the great multiplication of the productions of all the different arts, in consequence of the division of labour, which occasions, in well governed society, that universal opulence which extends itself to the lowest ranks of the people. Every workman has a great quantity of his own work to dispose of beyond what he himself has occasion for; and every other workman being exactly in the same situation, he is enabled to exchange a great quantity of his own goods for a great quantity, or, what comes to the same thing, for the price of a great quantity of theirs (WN I.i.10).

Contudo, é importante notar que, embora sejam conceitos complementares na esfera teórica, essas duas ideias mencionadas anteriormente, a produção mediante a divisão do trabalho e a paridade nas transações, não emergem simultaneamente na esfera natural, sendo, pois, a noção de divisão do trabalho anterior a noção de *fair play* nas trocas. O mercado, como o ambiente em que os compradores procuram pelos bens que precisam e não conseguem fabricar, é também o local onde os fabricantes oferecem aquilo que falta a esses consumidores. Simultaneamente, a paridade nas transações exige

que os consumidores também sejam produtores, a fim de poderem consumir. Se a demanda por consumo ultrapassar a capacidade de produção, haverá escassez; e se a capacidade de produção superar a demanda por consumo, haverá excesso de produção.

Assim sendo, cada participante econômico é consumidor dos bens produzidos pelos demais, e somente através da concretização de transações recíprocas é possível adquirir bens que não foram produzidos individualmente. Neste contexto, o mercado é um elemento indispensável e necessário desse tipo de sociedade, embora sua existência só faça sentido após a solidificação da divisão do trabalho. Essa divisão do trabalho, por sua vez, floresce organicamente em um cenário em que a produção excede as necessidades imediatas, pavimentando o caminho para uma estabilidade nas transações que só pode ser alcançada quando as trocas regulares no mercado se solidificam como uma norma consolidada. Nessa interação econômica, a concepção do valor dos bens que circulam no mercado torna-se um aspecto crucial algumas ponderações.

Ao discutir a essência das transações mercantis, Smith diferencia com clareza o valor de troca do valor de uso de um produto, dois conceitos que se entrelaçam e coexistem, ditando não apenas a viabilidade de um bem no mercado, mas também sua relevância e desejabilidade na esfera mais ampla da economia:

The word VALUE, it is to be observed, has two different meanings, and sometimes expresses the utility of some particular object, a sometimes the power of purchasing other goods which the possession of that object conveys. The one may be called 'value in use;' the other, 'value in exchange.' The things which have the greatest value in use have frequently little or no value in exchange; and, on the contrary, those which have the greatest value in exchange have frequently little or no value in use. Nothing is more useful than water: but it will purchase scarce anything; scarce anything can be had in exchange for it. A diamond, on the contrary, has scarce any value in use; but a very great quantity of other goods may frequently be had in exchange for it (WN I.iv.13).

Neste momento, Smith nos apresenta o paradoxo da água e do diamante, uma ilustração que revela a inconsistência de se utilizar o valor utilitário como o único indicador para determinar o valor de um bem no mercado. Ele postula que, apesar da água ser essencial à vida - uma necessidade básica - ela é muitas vezes menos valorizada, em termos de mercado, do que um diamante, um item de luxo cuja utilidade é essencialmente ornamental.

Em resposta a essa incongruência, Smith propõe uma abordagem revolucionária: a teoria do valor-trabalho. Esta teoria busca estabelecer uma métrica mais estável e confiável para determinar o valor dos bens, situando a quantidade de trabalho necessária para sua produção como o principal determinante de seu valor de troca. A ideia central é que o verdadeiro valor de um bem está

intrinsecamente ligado à quantidade de trabalho humano investido em sua criação, uma perspectiva que realinha o foco da avaliação do valor, da utilidade percebida para a energia e o esforço empregados na sua produção. Esta perspectiva redireciona a análise econômica para uma avaliação mais tangível e mensurável, onde o valor não é determinado meramente pela utilidade subjetiva ou pela escassez, mas pela confluência de tempo, esforço e habilidade investidos na manufatura de um bem.

Assim, a teoria do valor-trabalho reconhece o trabalho humano como uma moeda de troca universal, unificando a esfera comercial através de uma compreensão mais coerente do processo de determinação do valor. Sob essa ótica, o paradoxo da água e do diamante ganha uma nova perspectiva, em que os diamantes, que necessitam de um processo de extração e lapidação altamente trabalhoso e especializado, teriam um valor mais alto em comparação com a água, que em muitos casos pode ser coletada e distribuída com relativa facilidade. Smith afirma o seguinte a esse respeito:

Every man is rich or poor according to the degree in which he can afford to enjoy the necessaries, conveniences, and amusements of human life. But after the division of labour has once thoroughly taken place, it is but a very small part of these with which a man's own labour can supply him. The far greater part of them he must derive from the labour of other people, and he must be rich or poor according to the quantity of that labour which he can command, or which he can afford to purchase. The value of any commodity, therefore, to the person who possesses it, and who means not to use or consume it himself, but to exchange it for other commodities, is equal to the quantity of labour which it enables him to purchase or command. Labour, therefore, is the real measure of the exchangeable value of all commodities (WN I.v.1).

Assim, o que ele propõe é que o valor de algo que alguém possua, mas que não planeja utilizar (uma mercadoria), é avaliado pelo trabalho que se pode adquirir em retorno dessa mercadoria. Ou seja, se alguém detém algo, o valor daquilo que é detido é o quanto de esforço de outras pessoas alguém possa adquirir com ele. Smith também examina o valor das mercadorias em uma ordem histórica.

In that early and rude state of society which precedes both the accumulation of stock and the appropriation of land, the proportion between the quantities of labour necessary for acquiring different objects seems to be the only circumstance which can afford any rule for exchanging them for one another. If among a nation of hunters, for example, it usually costs twice the labour to kill a beaver which it does to kill a deer, one beaver should naturally exchange for or be worth two deer (WN I.vi.1).

Nesse sentido, suponhamos um marceneiro que confecciona mesas. Cada mesa que ele produz demanda 5 horas de trabalho. Paralelamente, existe um padeiro em sua cidade que faz pães, e cada pão demanda 1 hora para ser confeccionado. Se ele conseguir negociar uma de suas mesas por 5 pães do padeiro, então, conforme a perspectiva de Adam Smith, o valor de troca de sua mesa é equivalente ao valor de 5 pães. Isso acontece porque a quantidade de trabalho (5 horas) que ele investiu na fabricação da mesa é igual à quantidade de trabalho (5 horas) que o padeiro investiu na elaboração de 5 pães. Portanto, a mesa que ele fabricou e o labor do padeiro que resultou em 5 pães possuem o mesmo valor de acordo com a teoria de Adam Smith. Logo, podemos afirmar que o valor de sua mesa é determinado pela quantidade de trabalho que ela pode adquirir, neste caso, o esforço do padeiro em confeccionar 5 pães. Esta teoria é relevante para assegurar que as transações sejam realizadas por bens equivalentes.

A teoria do valor-trabalho de Smith também é uma maneira de compreender os fatores de produção: capital, trabalho e rendimento da terra. Em qualquer economia, os produtos ou resultados do trabalho são distribuídos entre os diferentes participantes ou fatores de produção. No exemplo que citamos, é representado o trabalho, que é um dos fatores de produção. Você negocia o produto do seu trabalho (a mesa) pelo produto do trabalho do padeiro (os pães). Os demais fatores de produção, além do trabalho, são o capital (representado, por exemplo, pelas ferramentas e materiais que você e o padeiro utilizam para fabricar suas mercadorias) e o rendimento da terra (representado pelo valor do terreno utilizado para produzir os materiais ou o local onde o trabalho é executado).

Seguindo em sua obra de economia política, Smith entra em uma seara delicada, ao mergulhar nas engrenagens que impulsionam a economia, é impossível para Smith não se entrelaçar com as facetas mais intrínsecas da natureza humana. Neste contexto, emerge aquela citação muitas vezes usada para sustentar a noção de que Smith possuía uma interpretação da natureza humana baseada no egoísmo. Neste fragmento, Smith está se referindo à natureza reciprocamente benéfica das negociações:

In civilized society he stands at all times in need of the cooperation and assistance of great multitudes, while his whole life is scarce sufficient to gain the friendship of a few persons. In almost every other race of animals each individual, when it is grown up to maturity, is entirely independent, and in its natural state has occasion for the assistance of no other living creatures. But man has almost constant occasion for the help of his brethren, and it is in vain for him to expect it from their benevolence only. He will be more likely to prevail if he can interest their self-love in his favor and shew them that it is for their own advantage to do for him what he requires of them. Whoever offers to another a bargain of any kind, proposes to do this. Give me that which I want, and you shall have this which you want, is the meaning of every such offer; and it is in this manner that we obtain from one another the far greater

part of those good offices which we stand in need of. It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages. Nobody but a beggar chooses to depend chiefly upon the benevolence of his fellow citizens. Even a beggar does not depend upon it entirely. The charity of well-disposed people, indeed, supplies him with the whole fund of his subsistence. But though this principle ultimately provides him with all the necessaries of life which he has occasion for, it neither does nor can provide him with them as he has occasion for them. The greater part of his occasional wants are supplied in the same manner as those of other people, by treaty, by barter, and by purchase (WN I.ii.2).

Nesta passagem, Adam Smith evidencia a natureza interdependente da sociedade humana, destacando que, ao contrário de outras espécies que alcançam autonomia ao atingir a maturidade, os seres humanos estão em uma constante necessidade de colaboração e auxílio mútuo. Smith aponta que esta cooperação não é motivada por uma benevolência inerente, mas sim por um interesse pessoal bem definido - uma troca de favores onde cada parte busca satisfazer suas próprias necessidades e desejos. Assim, Smith esclarece que na sociedade humana, a maioria das nossas necessidades são atendidas através de negociações e barganhas, não como um ato de caridade ou generosidade, mas como uma forma de atender ao próprio interesse.

No entanto, é vital destacar que, mesmo que Smith ressalte a propensão natural dos seres humanos à atividade mercantil e às transações que ocorrem de maneira um tanto impessoal, isso não implica que ele categoricamente afirme que a natureza humana seja fundamentalmente egoísta. Apesar de suas observações poderem levar a uma dedução precipitada de que ele está promovendo uma visão puramente autointeressada da natureza humana, Smith está, na verdade, delineando os mecanismos pragmáticos que governam as transações comerciais na sociedade humana. Em sua obra completa, especialmente na TSM, conforme já apresentado, Smith apresenta assim uma visão mais complexa e equilibrada da natureza humana, ao sustentar que o indivíduo, ainda que motivado por interesses próprios, detém o potencial para a virtuosidade e a autodomínio. Essa qualidade é percebida como um elemento equilibrador capaz de refrear o egoísmo para que não se torne em avidez excessiva ou exploração abusiva.

Assim, é essencial, ao se interpretar a perspectiva smithiana, considerar a totalidade de seu trabalho, no qual ele não pretende definir a natureza humana como exclusivamente auto interessada. O autor escocês certamente reconhece essa característica inata ao ser humano, mas não a eleva a um nível absoluto, indicando que deve estar sob o domínio de um sentido mais abrangente de moralidade e controle pessoal. Portanto, qualquer análise que vise entender a posição de Smith sobre a natureza

humana deve abordar seu pensamento de maneira inteira, integrando as nuances e complexidades que ele atribui à condição humana em uma sociedade comercial. Nesse contexto, Smith continua:

As every individual, therefore, endeavours as much as he can both to employ his capital in the support of domestick industry, and so to direct that industry that its produce may be of the greatest value; every individual necessarily labours to render the annual revenue of the society as great as he can. He generally, indeed, neither intends to promote the publick interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support of domestick to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention. Nor is it always the worse for the society that it was no part of it. By pursuing his own interest, he frequently promotes that of the society more effectually than when he really intends to promote it (WN IV.ii.9).

Smith articula uma visão em que o fomento às indústrias locais e a orientação da produção para maximizar os lucros, podem inadvertidamente elevar a renda anual de uma sociedade. Este fenômeno, alimentado por aspirações pessoais de segurança e prosperidade, é orquestrado por uma mão invisível, que guia os indivíduos a favorecer o bem público, mesmo quando tal objetivo não está conscientemente em sua agenda inicial.

Conforme já adiantado e destacado nesse trabalho, esse conceito encontra ecos na *Fábula das Abelhas* de Mandeville. Nesse cenário, Mandeville destaca que o autointeresse pode, frequentemente, servir como um catalisador eficaz para promover o bem-estar social. No entanto, é crucial notar e frisar novamente que, enquanto a teoria da mão invisível de Smith compartilha semelhanças com a noção de Mandeville sobre vícios privados gerando benefícios públicos, num ponto articulado no primeiro capítulo, Smith oferece uma interpretação significativamente diferente desta ideia. Ao contrário de Mandeville, Smith adota uma abordagem mais equilibrada. O autor critica a perspectiva de Mandeville, argumentando que nem todas as paixões humanas podem ser classificadas como puramente viciosas. E vai além para desconstruir o argumento de Mandeville, sugerindo que considerar cada paixão humana como intrinsecamente prejudicial é uma falácia. Dessa forma, Smith refuta a ideia de Mandeville de que os vícios privados designem necessariamente benefícios públicos. Ele denuncia a visão extremista de Mandeville, que retrata cada paixão como inerentemente viciosa, independentemente do contexto.

Em sua obra TSM, Smith esclarece sua posição, destacando que, apesar da natureza egoísta percebida dos seres humanos, existem princípios inatos que incentivam a preocupação genuína com o bem-estar dos outros, demonstrando assim a complexidade e a multifacetada natureza da condição

humana em uma sociedade comercial. Na visão de Smith, a mão invisível não é um aval para a indulgência desmedida em paixões viciosas, mas uma representação de um sistema em que a busca individual por prosperidade pode, de fato, coincidir com o bem-estar da coletividade. Smith argumenta que, embora os indivíduos possam ser guiados por seus próprios interesses, esse percurso não é destituído de uma consideração intrínseca pelo bem-estar dos outros, uma tendência que é inata à condição humana.

Além disso, Smith reconhece e defende a existência de princípios morais inatos que guiam o comportamento humano, atuando como reguladores naturais que evitam o surgimento de uma sociedade orientada unicamente pelo egoísmo e pelo ganho pessoal. A teoria da mão invisível de Smith pode ser vista como uma representação da interdependência complexa e multifacetada que caracteriza as interações humanas em uma sociedade comercial, uma que celebra não apenas a busca individual por prosperidade, mas também a conexão inerente e a reciprocidade que existem entre os indivíduos, incentivando uma colaboração mutuamente benéfica e sustentável que vai além do mero egoísmo.

Por fim, as ideias centrais da RN, divisão do trabalho, *fair play* nas trocas, alicerçadas na teoria do valor-trabalho e na mão invisível, exemplificam como Smith, ao adotar uma abordagem única em contraste com as visões predominantes em sua época, constrói seus conceitos e argumentos. Enquanto os mercantilistas consideravam o comércio e o acúmulo de metais preciosos como fonte de riqueza, Smith defendia que a verdadeira prosperidade de uma nação está em sua capacidade produtiva, que é incrementada pela divisão do trabalho e mediada pela teoria do valor-trabalho.

Smith também difere parcialmente dos fisiocratas, que acreditavam que a terra era a única fonte de riqueza. Apesar de reconhecer a importância da terra, Smith enfatizou também o papel do trabalho e do capital na geração de riqueza. Ao mesmo tempo, concordou com os fisiocratas na concepção de que a economia funcionaria melhor se deixada operar de acordo com suas próprias leis naturais, sem intervenção governamental. No geral, as concepções propostas por Adam Smith representaram um marco revolucionário na forma como a sociedade entendia e abordava questões econômicas. A sua nova perspectiva apresentou-se como um notável contraponto às teorias econômicas precedentes, rompendo com paradigmas e introduzindo conceitos nunca explorados no campo econômico. A originalidade e profundidade da abordagem de Smith não apenas diferenciou seu trabalho, mas também foi fundamental para a consolidação da economia como uma disciplina acadêmica independente, dotada de uma metodologia própria e focada em um objeto de estudo

especificamente delineado. Seus pensamentos e postulações ajudaram a definir a estrutura conceitual e a base teórica que ainda caracterizam a economia como conhecemos atualmente.

É importante notar que a recepção das ideias de Adam Smith não foi unânime nem inquestionável. As críticas e análises à época foram bastante variadas, evidenciando uma mistura de ceticismo, apreciação e desconcerto frente às propostas desse pensador iluminista. Essa diversidade de respostas reflete o caráter disruptivo e inovador de suas ideias, que desafiavam e reformulavam as convenções econômicas da época. Quando em 1776 RN foi publicada, Smith já era um autor respeitado e reconhecido em grande parte graças à sua obra TSM. Este livro, que estava em sua quarta edição em 1774, já tinha estabelecido Smith como uma figura proeminente no campo da filosofia moral. No entanto, um questionamento emerge: como e por que Smith operou a transição da filosofia moral para a economia política?

3.2 O Problema de Adam Smith

Se é possível falar em um conhecimento mais apurado da obra smithiana, esse conhecimento certamente guardará relação direta com a necessidade de uma leitura mais apurada e crítica da RN. Notavelmente, citações famosas como "Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de seu interesse próprio" e a referência de Smith à mão invisível são retiradas de seu contexto local no texto circundante e de seu contexto mais amplo na metodologia e preocupações de Smith, e depois infladas para o status de fatos estilizados sobre a economia de Smith como um todo, não apenas sobre trocas, mas também em todos os aspectos da produção, distribuição e consumo. Tal quadro apresenta Smith de uma maneira grosseira, como se argumentasse que os benefícios públicos dependem dos vícios privados. Isso tem o efeito pernicioso de desviar o interesse de Smith de sua ética supostamente primitiva e não original de volta para suas realizações reais na teoria econômica. A interpretação Mandeville funciona ainda mais prejudicando, uma vez que Mandeville, ao contrário de Smith, reduziu todas as motivações ao interesse próprio e todo interesse próprio ao vício do egoísmo. Assim, Smith é apresentado como promovendo não apenas uma economia amoral, mas antimoral, e uma que é convenientemente compatível com o *Homo Economicus*.

Essa interpretação popular da ética econômica de Smith mostra-se, é claro, muito difícil de ser sustentada em qualquer leitura cuidadosa da WN, e certamente entra em conflito com o sistema ético que Smith delineou na TSM. Sua perniciosidade repousa em parte em um desejo compreensível

da maioria dos leitores modernos de resumir a contribuição de Smith em termos modernos e sem ter que lê-lo na íntegra. Porém, as origens e a legitimidade desse Smith estilizado particular relacionam-se a uma tese acadêmica enraizada, embora já amplamente desacreditada, que separa essas duas obras de Smith e distorce sua interpretação individual. O cerne desse chamado problema de Adam Smith é a alegação de que existe uma grave descontinuidade na ética de Smith entre suas duas principais obras. Na TSM, os atores são motivados pela simpatia, enquanto na RN, eles são motivados pelo egoísmo. A versão mais extrema vê Smith mudando de opinião entre a publicação da TSM em 1759 e a posterior RN em 1776, com a implicação de que o endosso de RN à ganância individual representava o pensamento maduro de Smith sobre ética e suplantava o que quer que ele tivesse dito anteriormente.

O primeiro problema com a tese é que há evidências abundantes de rascunhos, correspondência e anotações de estudantes de suas palestras de filosofia moral em Glasgow de que Smith já estava desenvolvendo as linhas principais da análise que apareceria na RN antes mesmo da primeira publicação da TSM. O segundo problema é que RN e TSM não parecem se contradizer, como afirma a tese, embora haja tensões, como será demonstrado adiante.

Em RN, Smith encontra-se particularmente preocupado com a questão da motivação pelo interesse próprio, mas, conforme o que vimos, isso não é o mesmo que egoísmo, a respeito do que ele foi bastante crítico. O interesse próprio também é defendido de forma positiva em TSM como algo natural e moralmente louvável, em seu devido lugar, sob a virtude da prudência, e como um dos outros motivos.

Entre os anos de 1764 e 1766, Adam Smith, empreendeu uma viagem à França, no papel de tutor do jovem Duque de Buccleuch. Durante esse período de imersão intelectual, Smith dedicou os primeiros dezoito meses à cidade de Toulouse, seguindo-se uma estadia de dez meses na capital, Paris. Nesse ínterim, ele teve a oportunidade de integrar-se a círculos sociais eruditos, onde foi influenciado por figuras notáveis do Iluminismo continental. A sua estadia nesse ambiente propiciou encontros memoráveis, especialmente com François Quesnay, uma figura central da escola econômica fisiocrata, que era amplamente respeitada naquele tempo. Estes encontros aguçaram sua compreensão sobre os intrincados meandros da economia.

Diante disso, surgiu no meio acadêmico alemão do séc. XIX, uma ideia de que a influência da escola fisiocrata foi um divisor de águas, instigando uma metamorfose palpável nas convicções de Smith. Antes um ardente defensor de uma visão moralista e idealizada da sociedade, como explicitado em sua obra TSM, Smith teria encontrado, através de suas experiências na França, um caminho mais

pragmático e realista de analisar as nuances do comportamento humano e da estrutura econômica. Este período de aprendizado teria culminado em uma mudança profunda de seu pensamento, direcionando-o para o *laissez-faire* dos fisiocratas, e o afastamento do sentimentalismo dos escoceses.

Um século depois da publicação da RN, Bruno Hildebrand e Karl Knies e, posteriormente, Witold Von Skarzynski, inauguram a crítica à obra de Adam Smith. Para eles, o como e o porque Smith fez a transição da filosofia moral para a economia política era claro, Adam Smith havia tido contato com uma visão mais realista e pragmática do ser humano em sua viagem à França. Assim, aquele Smith que escreveu a TSM já não era o mesmo que escreveu a RN, teria ocorrido um processo de mudança em suas concepções acerca da natureza humana.

Para eles, parecia que Adam Smith havia escrito dois livros muito diferentes. A interpretação deles (agora contestada) era que RN se fundamentava em uma teoria egoísta do comportamento, mostrando como a interação de indivíduos auto-interessados poderia levar a benefícios para todos. Em contraste, a TSM não apenas preconiza uma teoria da natureza humana na qual temos múltiplas motivações, especialmente a simpatia, que pode fundamentar julgamentos morais e ações virtuosas, mas Smith argumenta que não deveríamos ser puramente auto-interessados.

Skarzynski criticou Smith ao afirmar que, sequer a TSM, quanto menos a RN seriam consequências do esforço de um pensador original. E, que ambas as obras nada mais eram do que reflexos de influências externas sobre Smith. Por tal ótica, a TSM seria reflexo do contato de seu ator com Hume, enquanto a RN seria consequência do conhecimento que Smith havia adquirido com os fisiocratas, em sua temporada na França. Nesse sentido:

Smith era um idealista no período em que ele vivera na Inglaterra sob a influência de Hutcheson e de Hume. Depois de viver por três anos na França e tendo contato próximo com o Materialismo que predominava lá, ele retornou à Inglaterra um Materialista. Essa é a simples explicação para o contraste existente entre sua Teoria de 1759, escrita antes de sua viagem à França, e a sua Riqueza das Nações de 1776, escrita após seu retorno (Glaze, 2009, p. 53, Tradução nossa).

A observação de outro estudioso alemão, Knies, também é relevante, já que foi ele quem sugeriu (Montes, 2013, p. 71) que Smith teria sido seduzido pelo pensamento dos fisiocratas franceses. Ele ainda afirma que “parece mais do que coincidência que Smith tenha estado na França entre a publicação da TSM e seus escritos sobre economia” (Montes, 2003, p. 71). Simultaneamente, Hildebrand, postulou que Adam Smith procurava simplificar a economia política, reduzindo-a a uma mera manifestação do egoísmo humano. Nesta leitura, Smith é visto como alguém que desvinculou completamente os argumentos econômicos de quaisquer considerações éticas ou morais.

Este ponto de vista, segundo Knies e Hildebrand nas palavras de Montes, faz uma distinção clara entre a economia e a moralidade na obra de Smith. E eles ainda vão além, postulam que a postura proeminente do Reino Unido no cenário econômico global da época foi um vetor significativo na maneira como a obra de Smith foi recepcionada e interpretada na Alemanha. A política britânica de promoção do livre comércio e da adoção da doutrina *laissez-faire* não apenas formou o pano de fundo para o trabalho de Smith, mas também se tornou uma fonte de resistência e crítica, principalmente de nações que viam essa abordagem como uma forma de monopolizar o progresso e a prosperidade. Isto pode ser melhor ilustrado com a seguinte metáfora:

É uma artimanha inteligente: quando alguém chega ao topo, ele chuta para longe a escada por meio da qual fizera uso para subir, de modo a retirar dos outros a possibilidade e os meios de ascenderem também. Este é o segredo que subjaz por trás da cosmopolita doutrina de Adam Smith e de todos os seus sucessores (Montes, 2003, p. 71).

No período histórico sob análise, a Europa estava atravessando uma fase de transição significativa. Enquanto a Alemanha estava fragmentada, sem um comando central robusto para orientar uma estratégia econômica unificada, a Inglaterra, por outro lado, emergia como o núcleo da Revolução Industrial, inaugurando uma era de crescimento econômico sem precedentes. Essa discrepância marcante nas trajetórias de desenvolvimento dos dois países poderia ter colorido a percepção alemã da filosofia de Smith, retratando-o primordialmente como um advogado dos interesses britânicos, uma visão que talvez tenha amplificado as críticas ao seu trabalho.

Conforme essa linha de análise, um exame meticuloso de suas obras, revela nuances distintas, demonstrando uma progressão significativa em seu pensamento, a qual é baseada na divergência estilística e temática entre RN e TSM, uma transformação que ficaria ainda mais evidente com a adição de um novo capítulo na sexta edição de TSM, intitulado *Da corrupção de nossos sentimentos morais*. Nessa parte, Smith aprofunda-se na ideia de que a aspiração por reconhecimento social poderia estar intimamente ligada à acumulação de riqueza, indicando assim uma maturação em sua compreensão das dinâmicas entre moralidade, economia e a teia social. A inserção deste capítulo em TSM poderia sugerir um reconhecimento por parte de seu autor de uma possível dissonância entre o foco no individualismo e autointeresse que ele delineou em RN e o arcabouço moral que ele havia esboçado anteriormente em TSM. Charles Girlsworld comenta o seguinte:

Ao isolar as ideias expostas em RN das apresentadas em TSM, alguns analistas, talvez sem um conhecimento integral de toda a sua obra, sentiram-se livres para interpretar seu pensamento sem as restrições impostas pelo contexto mais amplo de sua filosofia. Essa separação tornou-se um ponto focal em debates econômicos,

fornecendo terreno fértil para a teoria de uma ruptura na evolução do pensamento de Smith (Girlsworld, 1999, p. 61).

Esse debate específico sobre uma possível divergência nas obras de Smith é, frequentemente, utilizado para sustentar a noção de que, em RN, Smith estaria endossando valores como individualismo, egoísmo e ganância desmedida. A ideia de que sua viagem à França teria catalisado essa presumida metamorfose intelectual é uma dentre várias interpretações que buscam elucidar como Smith percebeu a essência humana em cada uma de suas obras. Sem dúvida, essa leitura representa o nascedouro do que foi cunhado como o *Das Adam Smith Problem*.

No século XXI, poucos estudiosos ainda acreditam que há uma contradição entre os dois livros e, apesar de na discussão moderna não haver consenso sobre a maneira correta de resolver o *Das Adam Smith Problem*, essa antiga questão tem sido utilizada apenas como referência em estudos que indicam uma unidade na obra de Smith, como será apresentado posteriormente. A publicação de RN foi de fato um ponto disruptivo, não em relação à sua concepção da natureza humana, ou à sua filosofia moral, mas essa obra marca o início de uma nova fase na análise econômica. Isso não implica o abandono de Adam Smith de suas premissas filosóficas anteriores ou que tenha mudado sua perspectiva de uma obra para outra. O fato é que esse autor simplesmente focou em determinados elementos de um campo mais amplo, já estabelecido na filosofia, na medida da aplicação de uma nova perspectiva influenciada pela ciência de Newton. Essa nova abordagem não foi concebida para ser um estudo completamente novo e diferente, como separado das análises de economia política então existentes e intimamente vinculadas à filosofia.

Pelo contrário, nesse percurso, Smith inaugurou uma era em que as questões econômicas passaram a ser também investigadas por meio de um método empírico. Isso não significa um abandono de suas raízes filosóficas, em vez disso, demonstra o quanto que, naquele momento, Smith estava explorando essas questões sob uma nova luz, uma evidência das facetas do autointeresse humano e da busca por vantagens individuais. Importante ressaltar que a análise em RN não serve como uma plataforma para rotular Smith como um advogado do egoísmo humano intrínseco ao indivíduo. Ela apenas revela uma dimensão da natureza humana, especificamente no contexto das interações mercantis. Smith já havia estabelecido limites para o autointeresse e egoísmo na TSM. Portanto, é seguro afirmar que o que é discutido em RN é, na verdade, fundamentado nas ideias apresentadas em TSM, refutando a noção de uma quebra drástica em seu pensamento filosófico. Além

disso, a principal chave para derrubar essa narrativa da ruptura após sua viagem à França está na descoberta das *Lectures on Jurisprudence*²⁴, em especial a série lecionada entre 1762 e 1763.

3.3 *Homo Economicus*

O conceito de *Máquina Econômica* introduzido por pensadores escoceses como Adam Smith e John Millar, representou um avanço significativo nas ciências sociais, especialmente por terem de alguma forma moldado a visão da sociedade como um sistema complexo e autônomo, cujo funcionamento e resultados são determinados por leis específicas, independentemente das intenções individuais. Essa ideia revolucionária de que os eventos sociais e econômicos são o resultado de processos mecânicos e automáticos, e não apenas da vontade humana, abriu caminho para uma análise científica dos fenômenos sociais, onde a busca por lucro e a melhoria contínua das técnicas de produção conduzem a mudanças sistêmicas nas leis e na governança, bem como ao crescimento econômico. Assim, os economistas escoceses propuseram que a compreensão da sociedade exigia o estudo desses mecanismos sociais complexos, destacando a máquina econômica como elemento central desse sistema, responsável pela produção e troca de bens e serviços (Meek, 1977, p. 177).

Ao longo do tempo, o conceito de máquina econômica enfrentou desafios e críticas, especialmente de figuras como Sismondi, Marx e Keynes, que questionaram sua capacidade de produzir automaticamente resultados benéficos, apontando falhas como desigualdade, monopólio, e instabilidade. Essas críticas, no entanto, não desmereceram o conceito, mas ampliaram a discussão sobre sua eficácia, levando a uma evolução no entendimento econômico que reconhece a necessidade de intervenções deliberadas e gestão econômica para resolver problemas que a máquina econômica, por si só, não pode. Assim, a economia se expandiu para incluir novas áreas como pesquisa operacional e planejamento urbano, refletindo a crescente complexidade dos desafios econômicos e a importância da tomada de decisões conscientes em um sistema que transcende a simples autorregulação (Meek, 1977, p. 183).

Mesmo em sistemas econômicos altamente regulados, como na URSS, a relevância do conceito de máquina econômica e a investigação de processos espontâneos permanecem, sugerindo que, independentemente da estrutura de propriedade ou do grau de planejamento central, leis econômicas fundamentais continuam a operar. A tentativa de reforma econômica na URSS, como as propostas de Liberman, reflete um esforço para reintroduzir mecanismos de mercado modificados

²⁴ Este texto será analisado posteriormente nesse trabalho.

que indicam a persistência e a adaptabilidade do conceito de máquina econômica. Essas iniciativas destacam a contínua importância da análise econômica tradicional e a busca por um equilíbrio entre gestão deliberada e processos econômicos autônomos (Meek, 1977, p. 185).

A transformação da economia em direção a uma gestão mais deliberada e à engenharia social, utilizando novas ferramentas matemáticas e técnicas de análise, não anula a importância da economia tradicional, mas a complementa. Esta evolução reflete a necessidade de abordar os desafios econômicos complexos de uma sociedade em mudança, onde a eficiência e a justiça econômica são cada vez mais prioritárias. Assim, a economia moderna, ao integrar princípios tradicionais com novas metodologias, busca não apenas compreender, mas também moldar conscientemente o desenvolvimento econômico para promover o bem-estar humano, mantendo-se como um campo vital para a análise e gestão dos recursos escassos em um mundo que ainda enfrenta desafios significativos de desigualdade e necessidade (Meek, 1977, p. 185).

É importante notar que o caráter da economia política mudou drasticamente desde a época da ciência moral de Adam Smith até o período em que a economia começou a ser vista como uma ciência social, a ciência econômica de fato. Vale ressaltar que o termo do século XVIII ciência moral ou filosofia moral, sendo filosofia e ciência frequentemente tratadas como sinônimos naquela época, não tem exatamente o significado que poderíamos atribuir hoje.

A passagem da discussão das questões econômicas, da filosofia moral para a ciência econômica de fato, pode ser identificada com a publicação da obra *The Principles of Political Economy*, de Henry Sidgwick, um economista e filósofo do Reino Unido. Essa obra marcou a fundação independente do campo da economia, distinta da filosofia moral, na Universidade de Cambridge. Este departamento foi eventualmente cofundado com Alfred Marshall em menos de uma década. Aquela obra, juntamente com trabalhos de Alfred Marshall e J.N. Keynes (um lógico da economia em Cambridge e pai do mais famoso Keynes), facilitou a transição da economia das chamadas Ciências Históricas e Morais para um curso independente de Economia em 1903. Sidgwick foi um dos principais éticos de seu tempo e, sem dúvida, um dos filósofos mais influentes e filosoficamente refinados (Baker, 2015, p. 143). Ele busca criar um aparato técnico na economia que produza consenso entre os especialistas, formando uma base sólida para as decisões políticas. Ele propõe a criação de um conjunto doutrinário (matemático) que unifique os economistas e influencie a ciência política. Para ele, o estudo de um modelo simplificado é capaz de gerar consenso, enquanto a articulação do que é desejável pertence à ética, não à economia. Por fim, Sidgwick insiste que a economia não deve assumir a ética como certa. Isso implica que o economista deve possuir

autodomínio, limitando suas reivindicações à realidade modelada para evitar conflitos desnecessários (Baker, 2016, p. 146).

Adam Smith por vezes foi creditado como quem primeiramente concebeu e propôs a separação entre ética e economia. Nas palavras de Morgan, “é frequentemente considerado pelos economistas que Smith, em RN, foi responsável por inputar o autointeressado *Homo Economicus* aos economistas” (Morgan, 2006, p. 2). Da mesma forma, Grampp afirma que “se o homem econômico é a abstração que tipifica o comportamento social no âmbito do mercado, não se pode negar que Adam Smith criou essa figura e a empregou em seus escritos” (Baker, 2015, p. 147). Esse modelo representa um ideal ao qual os economistas recorrem para descrever e antecipar o comportamento dos agentes econômicos. O paradigma do homem econômico, conforme dito, consiste na idealização de um agente puramente racional e autointeressado, cujo objetivo é maximizar bens materiais. Esse modelo é amplamente utilizado nos estudos econômicos atuais, apesar de suas simplificações e da cláusula *ceteris paribus* (se tudo permanece constante), que tendem a ignorar exceções e complexidades do mundo real (Hausman, 2021, p. Pp. 8-9).

Portanto, o paradigma do homem econômico incorpora a interpretação de que Smith, em RN, concebe e analisa o ser humano apenas em sua dimensão econômica. Ao criar esse tipo ideal de ser humano, como argumenta Grampp, Smith teria buscado simplificar e caracterizar o comportamento humano, considerando apenas o objetivo de maximizar a riqueza. Nessa representação, qualquer motivação ou argumento de natureza moral não teria influência sobre o comportamento dos indivíduos, cujas atitudes e posturas são descritas e previstas.

Se a afirmação de Grampp fosse verdadeira, de que Smith foi o criador do conceito do *Homo Economicus*, inevitavelmente haveria uma contradição entre a RN e a TSM. Isso ocorre pois, conforme Grampp propõe, na RN Smith descreve a humanidade como uma entidade que age com pura racionalidade, é guiada apenas pelo autointeresse e tem como único objetivo a acumulação de riquezas materiais. Isso entraria em total conflito com a visão de humanidade apresentada na TSM. Conforme já demonstrado, Smith inicia a TSM destacando a simpatia humana e nossa suscetibilidade a sentimentos e paixões e que o homem deseja ser objeto natural e apropriado de amor. “Man, naturally desires, not only to be loved, but to be lovely; or to be that thing which is the natural and proper object of love” (TMS III.ii.1).

Portanto, caso aceitemos que Smith propõe a figura do *Homo Economicus* em RN, isso nos levaria a deduzir que os sujeitos retratados em sua obra economia política de 1776 são totalmente indiferentes a qualquer consideração ética. De acordo com essa interpretação reducionista da

condição humana, nenhum sujeito teria suas ações orientadas por princípios de *fair play* ou simpatia, nem Smith expressaria qualquer preocupação com o cultivo da virtude da benevolência entre os seres humanos. Se RN realmente propõe a figura do *Homo Economicus*, todo o sistema econômico e a doutrina discutida na obra estariam alicerçados na noção de autointeresse. Isso é esperado por uma questão de coesão interna: se Smith propõe a figura do *Homo Economicus*, onde todos os sujeitos agem visando ao próprio benefício, então seria incoerente encontrar exemplos de sujeitos que se comportam de maneira distinta em seu sistema.

Contudo, como já salientado neste trabalho, não existe de fato uma ruptura no pensamento de Adam Smith, mas sim interpretações equivocadas e análises superficiais. Nesse mesmo sentido, é importante frisar que o conceito de *Homo Economicus* não foi formulado nem empregado por Smith. Apesar de alguns atribuírem erroneamente a ele a criação da ideia de um homem idealmente autocentrado, que objetiva a maximização de sua riqueza, essa perspectiva está, na realidade, atrelada ao filósofo britânico John Stuart Mill (Persky, 1995, p. 221).

De certa forma, é compreensível que o erro de associar esse conceito a Smith possa originar-se da fama mundial de sua obra RN. Nessa obra, Smith discorre sobre a temática do autointeresse, um tópico que, quando analisado de maneira superficial, pode induzir o leitor a estabelecer uma conexão imprecisa entre o homem econômico e a figura central abordada na RN. A contribuição de Smith para a ideia do *Homo Economicus* é distinta e mais sutil do que geralmente é atribuída. Em seu trabalho, como já demonstrado, Smith passa pelos conceitos de mão invisível, autointeresse, e a busca por ganhos individuais, no entanto, sua abordagem é um tanto diferente da ideia de maximização de riqueza pura e simples que é atribuída ao *Homo Economicus*.

Em contrapartida, é John Stuart Mill quem dá a este conceito sua forma mais reconhecida. Em seu texto *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy* de 1844, Mill esboça um sujeito hipotético, um agente econômico que toma decisões baseado na maximização de sua satisfação pessoal, considerando variáveis como preços e restrições orçamentárias. Esse *sujeito*, com sua racionalidade e seu comportamento autocentrado, é o que agora conhecemos como *Homo Economicus*. Portanto, embora o trabalho de Smith tenha influenciado profundamente o pensamento econômico e difundido o conceito de autointeresse, é a obra de Mill que estabelece o conceito do *Homo Economicus* em sua forma mais desenvolvida e detalhada. A atribuição desse conceito a Smith é resultado de uma interpretação simplista de suas ideias, sem considerar as nuances e as diferenças entre as propostas de Smith e Mill. Para Mill a economia política, objeto de seu texto, parte da premissa de um homem com as seguintes características condensadas:

O que agora é comumente compreendido pelo termo Economia Política não é a ciência da política especulativa, mas sim um ramo dessa ciência. Ela não trata da totalidade da natureza humana modificada pelo estado social, nem de toda a conduta do homem na sociedade. Ela se preocupa exclusivamente com ele como um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter esse fim. Ela prevê apenas os fenômenos do estado social que ocorrem como consequência da busca pela riqueza. Ela faz uma abstração completa de todas as outras paixões ou motivações humanas, exceto aquelas que podem ser consideradas princípios perpetuamente antagonistas ao desejo de riqueza, ou seja, aversão ao trabalho e desejo de gozar prazeres caros no presente. Ela leva em consideração, até certo ponto, essas paixões, porque elas não apenas ocasionalmente entram em conflito com a busca pela riqueza, como outras paixões, mas sempre a acompanham como um obstáculo ou impedimento, e, portanto, estão inseparavelmente misturadas em sua consideração (Mill, 2000, p. 97).

Neste trecho, apesar de Mill não usar o termo *Homo Economicus*, podemos observar que o conceito é uma referência a esse indivíduo que é fundamentalmente movido pela intenção de maximizar sua riqueza. Mill salienta que a Economia Política focaliza especialmente nessa dimensão da natureza humana, desconsiderando outras facetas mais complexas do comportamento humano na sociedade. Essa área de estudo se dedica a analisar como o ser humano, atuando como um *Homo Economicus*, busca incessantemente formas mais eficazes de acumular riqueza, avaliando cuidadosamente os melhores métodos para atingir este fim.

No final do século XIX, esse texto de Mill provocou diversas reações críticas. Houve uma hostilidade generalizada por parte da escola histórica em relação às abstrações teóricas de Mill, assim como uma indignação entre os moralistas vitorianos chocados com a postulação de um egoísmo tão evidente. Foi nesse contexto que surge pela primeira vez em um texto o termo *Homo Economicus*, carregando uma conotação pejorativa, inicialmente (Persky, 1995, p. 222). A primeira referência explícita ao Homem Econômico pode ser encontrada em *A History of Political Economy* de John Kells Ingram, de 1888. Nessa obra, o autor fez questão de depreciar a economia política de John Stuart Mill, descrevendo-a como lidando não com seres humanos reais, mas sim com seres imaginários - os homens econômicos - concebidos como meros animais que fazem dinheiro:

Considerados nessa perspectiva, os trabalhos de Mill e Cairnes sobre o método da ciência, embora intrinsecamente insustentáveis, tiveram um importante efeito negativo. Eles rebaixaram a antiga economia política de sua posição tradicional e reduziram suas pretensões extravagantes por meio de duas modificações das visões comumente aceitas. Primeiro, enquanto Ricardo nunca duvidou de que em todos os seus raciocínios estava lidando com seres humanos como eles realmente são, eles mostraram que a ciência, como ele a concebia, deve ser considerada como uma ciência puramente hipotética. Suas deduções são baseadas em suposições irreais ou, pelo menos, unilaterais, sendo a mais essencial delas a existência do chamado

"homem econômico", um ser influenciado apenas por dois motivos: adquirir riqueza e evitar esforço; e somente na medida em que as premissas baseadas nessa concepção correspondem à realidade é que as conclusões podem ser confiáveis na prática (Ingram, 1888, pp. 151-152).

Nesse mesmo texto, Ingram também menciona o indivíduo descrito anteriormente em *A riqueza das nações* (Ingram, 1888, pp. 105-106), mas a ênfase negativa recai principalmente na descrição extrema de Stuart Mill. O Homem Econômico de Mill era mais impactante e disruptivo do que qualquer ideia que Smith possa ter esboçado em sua obra nesse sentido. Além de seu impulso subjacente pela acumulação, o sujeito de Mill deseja tanto luxo quanto lazer e, um pouco mais adiante no ensaio, Mill reconhece a paixão do Homem Econômico pela procriação. De modo geral, então, o Homem Econômico de Mill possui quatro interesses distintos: acumulação, lazer, luxo e procriação. Mill argumentou que esse número era mais do que suficiente, pois, em sua visão, a dedução econômica funcionava melhor quando focada em abstrações bem definidas e relativamente simples (Persky, 1995, p. 223). Nas obras de Mill, a humanidade é retratada como uma escultura inacabada, já que continua a se desenvolver dentro da sociedade. Contudo, é indiscutível que, para Mill, a força motriz desta progressão são as forças internas da natureza humana. A respeito disso, acerca das ideias de Mill:

Para ele, a natureza humana não compartilharia a natureza de uma máquina que é construída seguindo um modelo definido. Em vez disso, compartilharia a natureza de uma árvore, que se desenvolve e cresce em todos os lados de acordo com a tendência de suas forças internas (Mattos, 2005, p. 43).

Através da redução do indivíduo a um conjunto específico e limitado de motivações, Mill buscava uma abordagem mais direta e precisa para identificar as relações de causa e efeito. Sua intenção era aplicar um pensamento lógico-formal, característico da metodologia newtoniana, no entendimento do comportamento humano. Eventuais fatores secundários que entrassem em conflito com os princípios dominantes que movem os seres humanos, como o desejo por riqueza, eram geralmente deixados de lado. Sob a perspectiva de Mill, o economista deve se isolar por meio das abstrações, a fim de eliminar qualquer causa econômica secundária perturbadora que possa influenciar o desejo de riqueza (Zouboulakis, 2005, p. 55). Portanto, o arquétipo idealizado por Mill se manifesta na caricatura de um homem egoísta, movido exclusivamente pelo autointeresse, pela ânsia de acumular riquezas e por um desejo hedonista insaciável, sempre buscando consumir mais e ansiando por luxúria e ócio. Este modelo de ser humano é moldado por incentivos e se adapta às estruturas institucionais da sociedade à qual pertence (Persky, 1995, p. 224).

Esta abordagem resulta na exclusão de todas as variáveis potencialmente influentes sobre o comportamento humano na análise econômica. Desta forma, as conclusões alcançadas por Mill e outros economistas que adotam a mesma metodologia não são definitivas, mas sim estimativas probabilísticas. Assim, a análise econômica clássica, em especial a praticada pelos pioneiros da economia política, explica somente o que as pessoas são mais propensas a fazer. Neste sentido, “porque na vida real o motivo econômico opera simultaneamente com vários outros motivos não econômicos e as duas causas perturbadoras, a Economia Política explica o que as pessoas tendem a fazer durante suas atividades econômicas” (Zouboulakis, 2005, p. 56). Para os economistas, a criação de seus modelos teóricos, a previsão de resultados e a formulação de prescrições exigem a utilização de modelos simples e universais de comportamento. A inclusão de todas as variáveis possíveis em suas investigações acabaria inviabilizando o projeto. Com relação a isso, Levine afirma:

Economistas precisam de modelos de comportamento simples e genéricos. Modelos específicos e complexos de comportamento - descrições detalhadas à nível neural, por exemplo - não podem ser usados facilmente no estudo do comportamento de muitas pessoas interagindo. Daí o foco dos economistas em modelos axiomáticos que proporcionam uma descrição de dados específicos plausível, enquanto também fornecem resultados sobre um amplo leque de configurações sociais. Tomemos por exemplo a pesquisa em psicologia sobre redução hiperbólica que tem foco na descoberta de formulários funcionais inteligentes que se encaixarão em uma larga gama de dados sobre o comportamento humano (e animal) envolvendo recompensas diferidas. Pelo ponto de vista de um economista, tais modelos podem ser úteis no teste e calibragem de seus próprios modelos - mas não seriam úteis aplicados em situações sociais complexas (Levine, 2012, p. 127).

O arquétipo do *Homo Economicus*, consolidado por Mill, tornou-se o cerne, a base inicial, dos modelos econômicos clássicos e neoclássicos. Esse modelo personifica o homem como um ser imbuído de racionalidade pura e ilimitada, cuja busca incansável é pelo próprio interesse, dotado de uma inesgotável força de vontade. Esse homem teórico, frequentemente e equivocadamente vinculado a Smith, utilizaria exclusivamente sua capacidade racional para traçar suas ações. Com base na suposição de que os atores econômicos são estritamente racionais, seu comportamento seria delineado apenas por uma avaliação de eficácia, eminentemente utilitária. Portanto, o comportamento a ser adotado deverá ser sempre aquele que requer o mínimo esforço e gera a maior riqueza.

O conceito formal da racionalidade econômica normalmente descreve qualquer comportamento apropriado para alcançar determinados objetivos (notadamente a maximização da utilidade para os consumidores e a maximização dos lucros para os produtores), dentro de limites impostos pelas condições econômicas. Esse conceito, também atribuído referido pelo termo *homo oeconomicus*, há muito tempo vem sido associado aos nomes dos “pais” da economia política, sendo sugerido ainda que esta

é uma característica fundamental dos fenômenos estudados pelas ciências econômicas (Zouboulakis, 2005, p. 51).

A compreensão da escolha racional, conforme explanada no paradigma do *Homo Economicus*, pode ser ilustrada pela observação de Vipin P. Veetil. Segundo este autor, esse modelo assume a existência de um indivíduo que se envolve consistentemente em atividades específicas, fundamentando-se em avaliações de custo-benefício ao tomar decisões econômicas. Seguindo esta perspectiva, as pessoas são consideradas agentes uniformes, diferenciando-se apenas em termos de suas preferências individuais (Veetil, 2011, p. 202). Veetil ainda acrescenta, conforme também já foi elucidado anteriormente nesse trabalho, que este modelo de racionalidade é típico do modelo neoclássico. Os economistas estão preocupados com os fenômenos derivados da racionalidade, e também com a questão do desejo de riqueza e de maiores quantidades de bens e serviços (Hausman, 2021, p. 3). O modelo econômico padrão do comportamento humano inclui três características irrealistas - racionalidade ilimitada, força de vontade ilimitada e egoísmo ilimitado (Levine, 2012, p. 1). A presunção implícita de que um indivíduo sempre busca ser o mais eficiente possível está intrinsecamente ligada à outra característica distintiva do *Homo Economicus*: o interesse próprio ilimitado. Esse autointeresse é o único impulsionador das ações humanas, sendo empregado pela razão para maximizar a eficiência, gerando a maior quantidade possível de bens, recursos e riqueza. Assim, economia tradicionalmente conceitua um mundo povoado por maximizadores calculistas e desprovidos de emoção, que foram apelidados de *Homo Economicus* (Levine, 2012, p. 1).

Nesse sentido, é pertinente a ilustração de Baker e White em *Economics and the Virtues Building a New Moral Foundation*. Suponhamos a seguinte situação que critica a atuação da ciência econômica atualmente, e sua intrincada relação com a racionalidade: dois aventureiros estão perdidos em meio a um denso banco de nuvens enquanto pilotam um balão de ar quente. De repente, uma abertura se forma na névoa, revelando outro homem no solo abaixo. Eles aproveitam a oportunidade e gritam: "Olá, poderia nos dizer onde estamos?" O homem olha para cima e responde calmamente: "Claro, vocês estão no ar." Um dos balonistas se vira para o outro, rola os olhos e diz: "Esse sujeito deve ser um economista. O que ele nos disse é inquestionavelmente verdadeiro, mas não serve para absolutamente nada na nossa situação atual (Baker; White, 2015, p. 164)." A explicação econômica da escolha racional confirma a conclusão desta piada: ela soa verdadeira, mas não é particularmente útil como conselho para tomar uma decisão.

O modelo de escolha racional, em sua forma mais simples, é expresso como um problema de otimização atualmente: *maximize* $U(X)$ *sujeito a* $p'X \leq Y$. Para entender este modelo, primeiro, vamos quebrar cada termo e depois explicar como eles interagem num contexto de economia:

$U(X)$: Esta é a função de utilidade, que representa o nível de satisfação que um consumidor obtém ao consumir uma cesta de bens, representada por X . A função de utilidade tenta capturar as preferências do consumidor por diferentes bens.

X : Este é um vetor que representa a quantidade de cada bem que o consumidor escolhe consumir. Cada elemento deste vetor representa a quantidade de um bem específico.

p : É um vetor de preços, em que cada elemento representa o preço de um bem específico no mercado.

Y : Representa a renda total disponível para o consumidor para gastar em bens.

$p'X \leq Y$: Esta é uma restrição orçamentária que o consumidor enfrenta. Significa que o total gasto em bens (calculado como o preço de cada bem multiplicado pela quantidade consumida desse bem, ou seja, $p'X$) não pode exceder a renda total disponível, Y .

Portanto, no contexto do modelo de escolha racional, o consumidor é visto como um agente que busca maximizar sua utilidade sujeito à restrição orçamentária. O consumidor escolhe a cesta de bens, X , de tal forma que sua utilidade seja maximizada, dado o seu orçamento disponível. Esse modelo pode ser aprimorado com a adição de incertezas, dotações de recursos, vários períodos e considerações estratégicas, mas ainda assim permanece sendo um exercício de otimização, onde o consumidor tenta escolher a melhor cesta de bens, dadas as várias restrições e considerações que enfrenta.

Além disso, adicionar complexidades ao modelo o tornaria matematicamente e computacionalmente mais desafiadora de resolver. A aplicação da escolha racional é clara e plausível: especifique seus objetivos, entenda suas limitações, estime as distribuições de probabilidade para incertezas e escolha o melhor pacote viável. No entanto, isso não é suficiente para tomar uma decisão prática. A escolha racional não nos auxilia a identificar quais devem ser nossos objetivos, o que é viável em uma circunstância específica ou quais são os riscos envolvidos (Baker, 2015, p. 165).

No entanto, a economia contemporânea é vasta e diversificada, inclui claro, a economia ortodoxa ou *mainstream*, corrente dominante da teoria econômica, que é subdividida em microeconomia, macroeconomia e econometria, onde encontramos mais exemplos do *Homo Economicus*. A microeconomia se concentra nos indivíduos e suas escolhas, enquanto a macroeconomia lida com agregados econômicos e as políticas econômicas. A econometria dedica-se

à estimativa empírica de modelos econômicos. As teorias ortodoxas são frequentemente baseadas em modelos matemáticos e estatísticos que buscam quantificar os fenômenos econômicos (Hausman, 2021, p. 4).

Por outro lado, as escolas de pensamento heterodoxo desafiam essas suposições e buscam abordagens alternativas para entender a economia, diferindo ou estando à margem das teorias econômicas *mainstream* ou ortodoxas. Embora as escolas de pensamento heterodoxas sejam diversas e tenham diferenças significativas entre si, todas apresentam abordagens alternativas que desafiam e se desviam dos postulados ortodoxos convencionais, frequentemente centrados em modelos matemáticos e estatísticos. Uma dessas escolas é o Marxismo, que, fundamentado nos trabalhos de Karl Marx, oferece uma análise crítica da economia a partir do conceito de luta de classes e da exploração da classe trabalhadora. A análise marxista centraliza-se na teoria da valorização e na crítica às nuances do capitalismo (Hausman, 2021, p. 4). Avançando, encontramos a Escola Pós-Keynesiana, uma extensão das ideias de John Maynard Keynes, que foca em aspectos como demanda efetiva, instabilidade financeira e distribuição de renda. Os pós-keynesianos contestam a eficiência auto-regulatória dos mercados, defendida pela ortodoxia, propondo uma maior intervenção estatal na economia para garantir estabilidade e equidade. Outras abordagens incluem a Escola Institucionalista, oferecendo uma análise profunda das instituições que moldam o desenvolvimento econômico; A Economia Feminista, que incorpora perspectivas de gênero na análise econômica e a neuroeconomia, explora as correlações neurológicas do comportamento de escolha. Portanto, a economia é definitivamente um campo heterogêneo de estudo (Hausman, 2021, p. 5). As interpretações básicas de Adam Smith, tem se encontrado dentro da ortodoxia econômica, no entanto, as novas interpretações mais amplas de suas obras se encaixam na heterodoxia econômica.

Assim, as tentativas de descrever seus princípios de maneira simplificada e unidimensional podem levar a uma compreensão distorcida e superficial. A complexidade inerente do pensamento de Smith não permite que suas ideias sejam reduzidas à visão do *Homo Economicus* ou interpretadas unicamente como uma expressão do autointeresse.

Certamente, a perspectiva teoricamente restrita do pensamento de Smith, como expressa em algumas interpretações de seu trabalho, não está completamente errada. De fato, essas interpretações contêm elementos de verdade - eles são fragmentos de um todo maior, analisados através de uma lente específica. Adam Smith é um dos pilares da economia moderna, concedeu à humanidade uma obra inestimável, *A riqueza das nações*, que é, sem dúvida, uma obra seminal e que tem desempenhado um papel crucial na formação do pensamento econômico moderno.

Com base nisso, podemos então chegar à análise da ideia de livre mercado, associada historicamente a Smith, tendo sua origem no termo “sistema de liberdade natural”, utilizado por ele pela primeira vez na WN. E é justamente por meio desse conceito, que podemos encontrar também uma conexão com a TSM. Diferentemente do sentido dado nas discussões modernas, a ideia de livre mercado, ou sistema de liberdade natural, iniciada por Smith, nos direciona a uma compreensão ampla de suas obras, indicando a presença de uma premissa evidente e verdadeira na qual todo sistema moral e econômico se sustenta, um axioma, a igualdade natural dos seres humanos.

3.4 Livre Mercado

A defesa de Smith do livre mercado está fundamentada tanto em sua ética quanto em economia política, a capacidade de uma sociedade produzir endogenamente uma ordem social decente para coordenar a conduta moral e econômica sem direção centralizada ou policiamento moral coercitivo por autoridades religiosas ou seculares era um objetivo alcançável. Para a o campo moral, o mecanismo é a simpatia, enquanto para a economia é a troca. Smith não estava interessado em como uma sociedade perfeita poderia ser, mas sim em entender o mundo como ele é e como ele poderia ser melhorado.

Esse autor observou que o aumento da riqueza de certas nações se deveu ao papel crescente dos mercados em suas economias, o que tornou possível e recompensou as inovações técnicas e a organização eficiente do trabalho, que aumentaram consideravelmente a produtividade deste. Isso beneficia os cidadãos comuns de um país. Quando os produtores competem justa e livremente entre si, há uma tendência natural para que o preço de mercado caia em direção ao custo real de produção, o que significa menos lucros para os produtores e produtos mais baratos para os consumidores. Além disso o aumento da produtividade do trabalho significa que os trabalhadores assalariados trocam seu trabalho por um maior poder de compra desses bens. A riqueza da nação, a capacidade de seus cidadãos de comandar bens para satisfazer suas necessidades, é aumentada. Era especialmente importante para Smith que os pobres se beneficiassem desse processo:

No society can surely be flourishing and happy, of which the far greater part of the members are poor and miserable. It is but equity, besides, that they who feed, cloath and lodge the whole body of the people, should have such a share of the produce of their own labour as to be themselves tolerably well fed, cloathed and lodged (WN I.viii.36).

Essa preocupação com a justiça acima da eficiência econômica estava por trás da veemência da oposição de Smith aos argumentos mercantilistas em favor de políticas que protegeriam os lucros dos produtores. Smith via esses argumentos, seja para subsídios diretos seja para regulamentações restritivas da concorrência, como um véu retórico intelectualmente falido e muitas vezes moralmente corrupto para o que na verdade eram impostos sobre os pobres:

To hurt in any degree the interest of any one order of citizens, for no other purpose but to promote that of some other, is evidently contrary to that justice and equality of treatment which the sovereign owes to all the different orders of his subjects (WN IV.viii.30).

A busca do interesse próprio por si só, como em um sistema de mercado de competição perfeita, não é o suficiente para garantir uma sociedade justa ou moral. A busca do interesse próprio pode levar a comportamentos antiéticos, como enganos, roubo e exploração. Portanto, uma ordem moral mínima e uma ética individual de autocontrole e consideração pelos outros são necessárias. Consequentemente, a moralidade é necessária para moldar e limitar a busca do interesse próprio e para garantir que o sistema de mercado funcione de maneira justa.

Associada historicamente a Smith e tendo sua origem no termo sistema de liberdade natural, o livre mercado foi desenvolvido por Smith inicialmente na WN. Diferentemente do sentido dado nas discussões modernas, a ideia de livre mercado, ou sistema de liberdade natural, nos direciona a uma premissa na qual todo seu sistema moral e econômico se sustenta, a igualdade natural dos seres humanos. Além disso é através desse conceito que podemos compreender também em que contexto a mão invisível é viável. Para tanto, tocaremos em alguns conceitos já expostos, para uma análise mais específica da WN.

O livre comércio estudado na ciência econômica moderna possui, portanto, uma profundidade maior do que aquilo que é disseminado. Essa profundidade é percebida em todo o pensamento smithiano. E, até mesmo Milton Friedman, famigerado economista americano, ganhador do Prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1976 e proeminente professor da Escola de Chicago, amplamente conhecido por sua defesa veemente do livre mercado, reconhece:

Adam Smith, muitas vezes interpretado e criticado como o alto sacerdote do egotismo e do egoísmo, na verdade dista bastante dessa representação. Ao analisarmos sua trajetória e pensamento com maior profundidade, identificamos uma postura que contradiz tal visão simplista. Primeiramente, é importante destacar que Smith foi um cientista, movido por um sentido de "admiração", e excitado pelas "incoerências" presentes nos processos econômicos da sua época. Ele buscou compreender e estabelecer uma "cadeia de eventos intermediários", que ao conectá-los com fenômenos antecedentes, poderiam tornar "todo o curso do universo

consistente e uniforme". No plano moral, Smith destacava a simpatia como uma característica humana pervasiva, mas que não era ilimitada, e conseqüentemente, necessitava ser economizada. Em sua visão, a "mão invisível" do mercado mostrava-se muito mais eficaz que a "mão visível" do governo em mobilizar não apenas recursos materiais para finalidades imediatamente egoístas, mas também a simpatia para propósitos caridosos e altruístas (Friedman, 1977, p. 12).

O autor inicia sua análise mostrando a evolução histórica do processo pelo qual a humanidade passou até culminar em uma sociedade de mercado. Nessa evolução, Smith sustenta que há uma notória diferenciação entre nações rotuladas como selvagens e bárbaras e aquelas designadas como contemporâneas ou civilizadas, demonstrada pelo nível de prosperidade e sofisticação alcançados. Este pico é atingido numa sociedade comercial, onde a divisão do trabalho se estabelece como o método predominante de produção de bens e interações sociais. De fato, o estágio mercantil só se concretiza após a popularização da divisão do trabalho, dado que em fases anteriores não seria lógico para a maioria das pessoas engajar-se em transações, visto que o trabalho nestas sociedades é caracterizado pela natureza de subsistência, ou seja, cada produtor conduz todo o processo produtivo necessário para sua sobrevivência autônoma.

Dessa maneira, em sociedades ancestrais, os indivíduos comumente não realizavam trocas, a não ser em circunstâncias extraordinárias, por dois motivos: inicialmente, porque essas modalidades de produção não geravam excedente; e em segundo lugar, porque cada indivíduo era encarregado da fabricação de todos os seus requisitos, então não existia razão para comercializar, uma vez que o resultado do esforço de outros era equivalente ao que poderia ser obtido independentemente. Essa percepção de que as estruturas sociais humanas comportam fases históricas representa um tópico recorrente que interliga diversos domínios do saber. Não é possível focar estritamente na figura de Smith, pois essa concepção foi fruto de uma iniciativa coletiva.

A participação escocesa na história "científica" ou "filosófica" emergiu de forma bastante autônoma e não foi o fruto do labor de um único indivíduo, mas sim de um coletivo. As figuras mais proeminentes deste grupo foram Adam Smith, Kames, Robertson, Ferguson e John Millar (Skinner, 1967, p. 33).

Apesar de essa ideia de "different states of society" (WN V.i.a.1) estar presente na WN, Adam Smith menciona essa teoria muito antes da escrita dessa obra. É em *Lectures on Jurisprudence* que a teoria dos estágios sociais é explicitamente delineada por Smith: "There are four distinct states which mankind pass through: 1st, the Age of Hunters; 2dly, the Age of Shepherds; 3dly, the Age of

Agriculture; and 4thly, the Age of Commerce.”(LJ(A) i.27). Essas *Lectures* ministradas por Smith entre 1762 e 1763 nos trazem luz a diversos pontos do pensamento de Smith.

Essas conferências podem servir como um testemunho de que o período de Smith na França não resultou em mera reavaliação radical de suas percepções acerca da condição humana. A análise dessas aulas ministradas por Smith mostra-nos que muitos trechos que surgiriam posteriormente em *A riqueza das nações* já eram tema de debate por Smith em suas *lectures*. Isso indica que Smith já ponderava sobre vários dos princípios que viriam a constituir o cerne de sua magnum opus de 1776, bem antes de sua visita à França. Elementos completos de suas preleções, sobretudo sobre a divisão do trabalho, foram integrados na WN. Fica claro, portanto, que o conto mencionado anteriormente, que propõe uma metamorfose no raciocínio de Smith após sua jornada à França, está fundamentalmente errado. Essa teoria dos estágios da evolução social, exploradas mais detalhadamente durante suas preleções, corroboram o argumento de que a excursão à França não modificou de forma drástica a filosofia de Smith.

Tendo dito isso, seguimos com o pensamento de Smith. De acordo com essa análise histórica, no alvorecer da existência humana em uma sociedade emergente, nos deparamos com a chamada Era dos Caçadores. Neste estágio, podemos visualizar um conjunto de pessoas estabelecendo-se em uma ilha inexplorada, onde a principal tática de sobrevivência seria utilizar os recursos naturais disponíveis, colhendo frutas silvestres e caçando as espécies animais presentes na área. A prática preponderante desta era seria a caça, enquanto a coleta de frutas, seria uma atividade complementar.

Ao longo dos anos, e com a aceleração do incremento populacional, essa comunidade avançaria em direção à Era dos Pastores. A prática da caça como exclusivo meio de sobrevivência começava a demonstrar seus entraves, motivando o coletivo a buscar alternativas mais viáveis para sua manutenção. A estratégia mais óbvia seria iniciar a domesticação das bestas selvagens que capturam, incitando-as a fixarem-se nas redondezas por meio de disponibilização de recursos alimentares mais copiosos. Este período caracteriza-se por um vínculo mais intenso e manipulador com o ambiente natural, onde o pastoreio se estabelece como uma atividade comum.

Conforme a coletividade se alarga progressivamente, percebem que a confiança em rebanhos não atende mais às necessidades de uma população em crescimento, inaugurando assim a Era da Agricultura. A comunidade passa a envolver-se de maneira mais intensa na lavoura e na produção de insumos vegetais. O entendimento das condições propícias para a agricultura e a vigilância meticulosa do desenvolvimento vegetal tornam-se elementos cruciais do cotidiano. Este tempo é

demarcado por uma interação mais aprofundada e técnica com o solo, onde a cultura organizada de vegetais se consolida como definitiva (LJ(A) i.28).

Com a progressão incessante da coletividade, surgem a especialização e a divisão do trabalho, sinalizando uma mudança para a Era do Comércio. As pessoas começam a aperfeiçoar habilidades e ocupações particulares, originando um mecanismo de intercâmbio de bens que, em um primeiro momento comunitário, mas que eventualmente transcende os limites territoriais da comunidade. Este tempo é caracterizado por uma rede de trocas intrincada a negociações internacionais, uma comunidade que não somente se mantém, mas também se envolve ativamente nas dinâmicas comerciais globais. Este progresso atinge seu ápice em uma sociedade que conquistou uma harmonia entre subsistência, negociações e prosperidade, capitalizando ao máximo seu potencial para fomentar uma atmosfera de conforto e bem-estar para seus integrantes, o que implicou uma civilização completamente evoluída e inserida no contexto mundial (LJ(A) i.32). O quarto patamar dessa evolução, então, constitui o cenário no qual Smith delinea suas reflexões e análises sobre a economia política. De fato, a defesa de Smith a favor do “sistema de liberdade natural” ou livre comércio, assim como suas críticas à abordagem mercantilista, são estruturadas em um contexto social onde cada indivíduo subsiste por meio de trocas, atuando, de certa forma, como um comerciante. Isso fica evidente no seguinte trecho:

When the division of labour has been once thoroughly established, it is but a very small part of a man's wants which the produce of his own labour can supply. He supplies the far greater part of them by exchanging that surplus part of the produce of his own labour, which is over and above his own consumption, for such parts of the produce of other men's labour as he has occasion for. Every man thus lives by exchanging, or becomes in some measure a merchant, and the society itself grows to be what is properly a commercial society (WN I.iv.1).

Nesta sociedade mercantil, como Smith exemplifica, a divisão do trabalho potencializa as competências produtivas dos trabalhadores, aperfeiçoando suas habilidades e agilidade; minimiza o tempo perdido entre diferentes tarefas e promove uma compreensão analítica mais aguçada e permite a invenção de métodos ou ferramentas que simplificam as atividades, conforme já citado.

This great increase of the quantity of work, which, fin consequence of the division of labour, the same number of people are capable of performing, is owing to three different circumstances; first, to the increase of dexterity in every particular workman; secondly, to the saving of the time which is commonly lost in passing from one species of work to another; and lastly, to the invention of a great number of machines which facilitate and abridge labour and enable one man to do the work of many (WN I.i.5).

Ao explicar as vantagens da divisão do trabalho, Smith explora as bases deste processo:

This division of labour, from which so many advantages are derived, is not originally the effect of any human wisdom, which foresees and intends that general opulence to which it gives occasion. It is the necessary, though very slow and gradual consequence of a certain propensity in human nature which has in view no such extensive utility; the propensity to truck, barter, and exchange one thing for another (WN I.ii.1).

Neste contexto, Smith aborda diretamente o aspecto da natureza humana na WN e evidencia sua rejeição à ideia de que a divisão do trabalho seja motivada pela busca de maximização da produção ou que tenha suas raízes no conceito de autointeresse. Smith esclarece que a divisão do trabalho não é fruto de uma decisão consciente de maximizar a utilidade e aumentar a riqueza, mas sim, um desenvolvimento orgânico, natural, surgido da inclinação intrínseca do ser humano para o comércio, a negociação e a troca.

A identificação exata do motivo da tendência inata ao comércio não é completamente desvendada por Smith na RN. O autor restringe-se a afirmar que essa premissa escapa ao objetivo da discussão na RN, apenas é sinalizado que essa predisposição se manifesta exclusivamente nos indivíduos humanos. Nas palavras do autor:

Whether this propensity be one of those original principles in human nature, of which no further account can be given; or whether, as seems more probable, it be the necessary consequence of the faculties of reason and speech, it belongs not to our present subject to enquire (WN I.ii.2).

Somente após desenvolver essa reflexão, Smith introduz o famoso texto sobre o padeiro e o açougueiro²⁵, exemplos de indivíduos que agem movidos por seus próprios interesses. Quando o conceito de autointeresse é apresentado e o termo²⁶, é empregado pela primeira vez na obra, Smith esclarece o contexto e as condições sob as quais este conceito é envolvido, abordando a propensão à troca como uma característica distintiva dos seres humanos.

²⁵ “It is no from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages” RN I.ii.2.

²⁶ Que em algumas edições é traduzido como egoísmo, como na edição da RN da Fundação Calouste Gulbenkian de 2014: “Terá maior probabilidade de alcançar o que deseja se conseguir interessar o egoísmo deles a seu favor e convencê-los de que terão vantagem em fazer aquilo que ele deles pretende.” SMITH, 2014, p. 95

In civilized society he stands at all times in need of the cooperation and assistance of great multitudes, while his whole life is scarce sufficient to gain the friendship of a few persons. In almost every other race of animals each individual, when it is grown up to maturity, is entirely independent, and in its natural state has occasion for the assistance of no other living creatures. But man has almost constant occasion for the help of his brethren, and it is in vain for him to expect it from their benevolence only. He will be more likely to prevail if he can interest their self-love in his favour, and shew them that it is for their own advantage to do for him what he requires of them. Whoever offers to another a bargain of any kind, proposes to do this. Give me that which I want, and you shall have this which you want, is the meaning of every such offer; and it is in this manner that we obtain from one another the far greater part of those good offices which we stand in need of (RN I.ii.2).

Assim, Smith identifica a tendência à troca como uma característica intrínseca da natureza humana, crucial não só para as dinâmicas de comércio e economia, mas também como um distintivo essencial que nos diferencia de outras espécies e define nossas interações sociais, culturais e econômicas. Para esse autor, a propensão humana a negociar e trocar bens, serviços e ideias é a fundação sobre a qual se constrói a complexidade de nossas sociedades. Por esta visão, o autointeresse é retratado não como a essência da natureza humana, mas como uma manifestação subsequente de nossa inclinação inata à troca e colaboração. Smith então prioriza o conceito de interdependência entre indivíduos e a necessidade inerente de cooperação e reciprocidade para prosperar em sociedade, introduzindo o conceito de autointeresse apenas após estabelecer a importância central da troca. Dessa forma, percebemos o homem smithiano de maneira mais equilibrada e integral, norteado pela capacidade e desejo inatos de trocar.

O autor continua e vai além, ou seja, além de defender a natureza comercial de nossa espécie, ele afirma que os seres humanos são naturalmente iguais. Através da ilustração de uma comunidade inicial, primitiva, tal como ilustrada nas fases iniciais do desenvolvimento das sociedades comerciais, Smith sustenta que uma pessoa que confecciona, por exemplo, arcos e flechas com maior agilidade e habilidade que os demais, ao comercializá-los com seus pares por animais ou produtos da caça, “and he finds at last that he can in this manner get more cattle and venison, than if he himself went to the field to catch them” (WN I.ii.3). Sobre essa diferença de capacidade vista entre os dois personagens descritos, Smith conclui:

The difference of natural talents in different men is, in reality, much less than we are aware of; and the very different genius which appears to distinguish men of different professions, when grown up to maturity, is not upon many occasions so much the cause, as the effect of the division of labour. The difference between the most dissimilar characters, between a philosopher and a common street porter, for example, seems to arise not so much from nature, as from habit, custom, and education. When they came into the world, and for the first six or eight years of their

existence, they were a, perhaps, a very much alike, and neither their parents nor play-fellows could perceive any remarkable difference (WN I.ii.4).

O sucesso de um artesão habilidoso se deve principalmente ao seu foco e especialização em uma tarefa específica, uma ideia central na teoria de Smith sobre divisão do trabalho. E ele ainda sugere que um trabalhador menos habilidoso pode, com dedicação e prática, alcançar e até superar um mais habilidoso. Como o próprio Smith diz, é só uma questão de um artesão ganhar uma vantagem adquirida sobre o outro, “an acquired advantage only, which one artificer has over his neighbour” (WN IV.ii.15). Smith acredita que todos nós nascemos com potencial igual, sem predisposições naturais para determinadas tarefas. Se algumas pessoas fossem naturalmente superiores em algumas atividades, não faria sentido permitir a liberdade de escolha de profissão, pois todos deveriam fazer o que fazem de melhor para o bem da sociedade. Isso também significaria que as outras pessoas não teriam chance de competir com esses super indivíduos.

Além disso, partindo da igualdade natural, e tendo um indivíduo se especializado em alguma atividade (base da divisão do trabalho), Smith sugere que cada pessoa, por conhecer melhor sua situação e necessidades, é a melhor pessoa para decidir e gerenciar seus próprios interesses.

A small proprietor, however, who knows every part of his little territory, who views it with all the affection which property, especially small property, naturally inspires, and who upon that account takes pleasure not only in cultivating but in adorning it, is generally of all improvers the most industrious, the most intelligent, and the most successful (WN III.iv.19).

Por exemplo, um pequeno fazendeiro que conhece bem sua terra tende a tomar decisões mais acertadas sobre ela. Smith acredita que limitar a liberdade de uma pessoa de escolher como trabalhar é, na verdade, violar-lhe o direito de propriedade.

The property which every man has in his own labour, as it is the original foundation of all other property, so it is the most sacred and inviolable. The patrimony of a poor man lies in the strength and dexterity of his hands; and to hinder him from employing this strength and dexterity in what manner he thinks proper without injury to his neighbour, is a plain violation of this most sacred property (WN I.x.c.12).

Smith argumenta que os indivíduos devem possuir independência para administrar seus próprios interesses, já que têm um entendimento mais aprofundado de suas circunstâncias pessoais do que os formuladores de leis. Ele enfatiza que o direito ao trabalho é fundamental e intangível, e que qualquer interferência legal que limite a liberdade laboral de uma pessoa é nociva e imprópria, impactando adversamente tanto os trabalhadores quanto os contratantes. “It is a manifest

encroachment upon the just liberty both of the workman, and of those who might be disposed to employ him” (WN I.x.c.12). E, baseado na premissa da igualdade da habilidade cognitiva de cada ser humano em ser o principal juiz de sua própria situação, Smith infere suas diretrizes econômicas de que o sistema de livre mercado, em suas palavras, o sistema da liberdade natural, retiradas todas as restrições, se estabeleceria por conta própria em uma sociedade comercial.

All systems either of preference or of restraint, therefore, being thus completely taken away, the obvious and simple system of natural liberty establishes itself of its own accords. Every man, as long as he does not violate the laws of justice, is left perfectly free to pursue his own interest his own way, and to bring both his industry and capital into competition with those of any other man, or order of men (WN IV.ix.51).

Smith está expressando a ideia de que se todos os sistemas, quer de preferência²⁷ (que favorecem certos grupos) quer de restrição²⁸ (que impõem limitações), fossem removidos, então o sistema óbvio e simples da liberdade natural se estabeleceria por si só. Ele está advogando por um sistema onde cada indivíduo tem a liberdade de perseguir seus próprios interesses e competir livremente, desde que não viole as leis da justiça. Em outras palavras, ele está defendendo um mercado livre e competitivo, sem interferência governamental desnecessária, onde as forças da oferta e da demanda determinam os preços, a produção, e o consumo.

Esse sistema de livre mercado, então, é localizado em uma época avançada da humanidade, onde os indivíduos são naturalmente iguais, e, através da divisão do trabalho, capazes de se distinguir entre si, cultivando habilidades variadas e competências multifacetadas. Nesse sistema, cada indivíduo é um comerciante, pois existe “certain propensity in human nature which has in view no such extensive utility; the propensity to truck, barter, and exchange one thing for another” (WN I.ii.1). A inclinação para o comércio e para a divisão do trabalho é evidente em todos os estágios das comunidades humanas.

Quando as pessoas se especializam em trabalhos diferentes, toda a sociedade se beneficia. Esse foco em uma tarefa específica não só faz de cada pessoa um profissional mais habilidoso, mas também evita a perda de tempo ao mudar entre diferentes trabalhos, levando a mais prosperidade para

²⁷ Adam Smith usa este termo para se referir a políticas governamentais ou sistemas econômicos que favorecem certos grupos, indústrias, ou nações sobre outros, como através de subsídios, tarifas, ou outras formas de intervenção governamental. Esses são arranjos que dão preferências ou vantagens comerciais a certas entidades, criando, assim, um campo de jogo desigual.

²⁸ Este termo é usado para descrever políticas ou práticas que impõem limitações ou restrições ao comércio, à indústria, ou a outras atividades econômicas. Pode incluir tarifas, quotas, proibições, regulamentações excessivas, entre outros, que restringem a liberdade econômica e a concorrência.

todos, inclusive para os mais pobres. Por exemplo, um sapateiro focado em fazer sapatos vai produzir mais do que poderia usar em toda a sua vida em apenas um mês. E quando todos focam em uma única tarefa, podem trocar seus produtos excedentes com os outros, recebendo em troca coisas que precisam. Por exemplo, o sapateiro pode trocar seus sapatos extras por comida, roupas, etc. Isso cria um ciclo onde todos têm o que precisam, espalhando riqueza e bem-estar por toda a sociedade. Portanto, a especialização não só beneficia o indivíduo, melhorando suas habilidades e produção, mas também contribui para a prosperidade coletiva.

It is the great multiplication of the productions of all the different arts, in consequence of the division of labour, which occasions, in a well governed society, that universal opulence which extends itself to the lowest ranks of the people. Every workman has a great quantity of his own work to dispose of beyond what he himself has occasion for; and every other workman being exactly in the same situation, he is enabled to exchange a great quantity of his own goods for a great quantity, or, what comes to the same thing, for the price of a great quantity of theirs. He supplies them abundantly with what they have occasion for, and they accommodate him as amply with what he has occasion for, and a general plenty diffuses itself through all the different ranks of the society (WN I.i.10).

O excedente constitui, portanto, um dos propósitos centrais da ciência econômica e o foco primário de análise de Smith em sua obra-prima. Segundo Smith, conforme mencionado anteriormente, a principal meta da ciência econômica/economia política em cada nação é potencializar a prosperidade e a influência dessa nação:

The two principles being established, however, that wealth consisted in gold and silver, and that those metals could be brought into a country which had no mines only by the balance of trade, or by exporting to a greater value than it imported; it necessarily became the great object of political economy to diminish as much as possible the importation of foreign goods for home-consumption, and to increase as much as possible the exportation of the produce of domestick industry. Its two great engines for enriching the country, therefore, were restraints upon importation, and encouragements to exportation (WN IV.i.35).

No entanto, apesar de afirmar que a finalidade principal da economia é aumentar a riqueza, essa riqueza não deve ficar só nas mãos de um pequeno grupo de pessoas ou de um líder. O autor acredita que a prosperidade deve beneficiar toda a sociedade. Smith coloca que as necessidades básicas de um rei e de um trabalhador comum não são tão diferentes. Ambos têm necessidades similares, independente do poder ou *status*.

Compared, indeed, with the more extravagant luxury of the great, his accommodation must no doubt appear extremely simple and easy; and yet it may be true, perhaps, that the accommodation of an European prince does not always so

much exceed that of an industrious an frugal peasant, as the accommodation of the latter exceeds that of man an African king, the absolute master of the lives and liberties of the thousand naked savages (WN I.i.11).

Adam Smith continua, argumentando que o progresso social advindo do livre comércio vem também através da livre competição. Essa competição garante que as empresas trabalhem de forma eficiente, ofereçam melhores produtos, serviços e preços naturais para os consumidores. Além disso, a competição permite que os consumidores tenham mais opções e evita que eles sejam explorados com preços abusivos (Zingales, 2012, p. 65). Na visão de Smith, quando as pessoas estão em um ambiente competitivo, elas se esforçam mais em seus trabalhos, querem se destacar e fazer melhor, mesmo em trabalhos mais simples, para ele isso tem duas causas: “First, the desire of the reputation which attends upon superior excellence in any of them; and, secondly, the natural confidence which every man has more or less, not only in his own abilities, but in his own good fortune” (WN I.x.b.23). Fundamentado no princípio da igualdade inata, a habilidade de todos os indivíduos de se distinguirem através da especialização em uma atividade específica é equivalente. Além disso, dado que, inicialmente, todas as pessoas compartilham a mesma capacidade cognitiva, cada ser humano individual tem uma probabilidade igual de discernir quais ocupações são mais lucrativas para se engajar. Por consequência, Smith sustenta que a produção, ou os fatores de produção: capital, trabalho e terra, naturalmente buscam o uso mais lucrativo. Neste contexto, sempre que uma função particular apresentar remuneração excessivamente alta, existe uma inclinação para o crescimento do número de profissionais voltados para essa área em particular, ou seja, a oferta e demanda agindo no mercado de trabalho. Deduz-se lógica e naturalmente que a concorrência, independentemente do segmento produtivo, estará sempre potencialmente presente. É justamente por esta razão que Smith afirma que “the whole of the advantages and disadvantages of the different employments of labour and stock must, in the same neighbourhood, be either perfectly equal or continually tending to equality” (WN I.x.a.1). Isso significa que, numa sociedade ou comunidade, o total de benefícios e desvantagens das diversas ocupações e usos de capital tendem, ou deveriam tender, à igualdade. Isso ocorre porque em um mercado livre e competitivo, se uma ocupação ou investimento proporciona retornos extraordinários, haverá um influxo de trabalhadores ou capital para essa área, o que eventualmente diminuirá os retornos até que atinjam um equilíbrio com outras ocupações ou investimentos.

É com esse embasamento que Smith ataca veementemente o mercantilismo, sistema socioeconômico vigente em sua época, onde o governo controlava fortemente a economia. O mercantilismo acreditava que uma nação só poderia ficar rica às custas de outra e promovia políticas

para proteger a economia nacional e limitar a importação. Um sistema de preferências e restrições. Por exemplo, havia leis para promover a produção nacional de alimentos e restrições ao comércio exterior para garantir benefícios ao próprio país.

Its ultimate object, however, it pretends, is always the same, to enrich the country by an advantageous balance of trade. It discourages the exportation of the materials of manufacture, and of the instruments of trade, in order to give our own workmen an advantage, and to enable them to undersell those of other nations in all foreign markets: and by restraining, in this manner, the exportation of a few commodities, of no great price, it proposes to occasion a much greater and more valuable exportation of others (WN IV.viii.1).

O mercantilismo incorporava três políticas interligadas. As Leis dos Grãos incentivavam a agricultura nacional, buscando atingir o ideal de autossuficiência alimentar. Os incentivos estatais às indústrias manufatureiras, como tarifas protecionistas, aspiravam prover bens essenciais acabados, incluindo os materiais necessários para a guerra. Os Atos de Navegação visavam assegurar que o comércio externo fosse conduzido de forma a proporcionar o máximo benefício ao Estado envolvido. O principal meio de adquirir matérias-primas, um saldo comercial positivo e uma vasta reserva de metais preciosos era através da exportação de produtos manufaturados de alto valor e serviços de transporte (Nettels, 1952, p. 105-106).

O desdém de Smith pelo mercantilismo está firmemente ancorado na adoção de uma multiplicidade de métodos e procedimentos que visam conferir a um único indivíduo ou a uma classe específica uma posição livre de competição, em detrimento do resto da sociedade. A principal estratégia para conceder tais vantagens desmedidas, durante seu período, era a intervenção governamental na regulação de certas atividades. Nas palavras desse autor, “a trade which is forced by means of bounties and monopolies, may be, and commonly is disadvantageous to the country in whose favour it is meant to be established [...]” (WN IV.iii.c.2). Em outras palavras, tais estratégias evidentemente corrompem a harmonia natural, a habilidade uniforme que cada pessoa tem de se destacar entre os outros membros de sua coletividade por meio do empenho em uma ocupação singular. Através dos monopólios e dos subsídios, determinados atores são antecipadamente destacados como potenciais vitoriosos em uma competição iminente, eliminando assim qualquer chance de competição genuína.

No que diz respeito à formulação de leis que visam regular o setor comercial, Smith enfatiza a necessidade vital de salientar que o bem-estar dos comerciantes em qualquer setor específico de comércio ou produção muitas vezes difere, em vários aspectos, do bem comum, chegando até mesmo

a contrariá-lo. Assim sendo, torna-se crucial que qualquer iniciativa de novo estatuto ou norma comercial oriunda desse segmento seja tratada com um nível elevado de prudência e vigilância.

É imperativo perceber que tal iniciativa é originada de uma facção cujas aspirações raramente coincidem plenamente com as do conjunto da sociedade. Esses sujeitos, frequentemente, estão mais voltados a manipular e até mesmo subjugar a massa, historicamente exibindo uma propensão a enganar e impor injustiças ao coletivo.

It comes from an order of men, whose interest is never exactly the same with that of the publick, who have generally an interest to deceive and even to oppress the publick, and who accordingly have, upon many occasions, both deceived and oppressed it (WN I.xi.p.10).

Quanto ao modo como o estrato comercial influenciava na criação de legislações e diretrizes que serviam unicamente para favorecê-los - desconsiderando o bem-estar da comunidade em geral – temos:

They were addressed by merchants to parliaments, and to the councils of princes, to nobles and to country gentlemen; by those who were supposed to understand trade, to those who were conscious to themselves that they knew nothing about the matter. That foreign trade enriched the country, experience demonstrated to the nobles and country gentlemen, as well as to the merchants; but how, or in what manner, none of them well knew. The merchants knew perfectly in what manner it enriched themselves. It was their business to know it. But to know in what manner it enriched the country, was no part of their business (WN IV.viii.10).

A evidente repreensão e o repúdio de Adam Smith para com aqueles que perseguem avidamente a realização de seus próprios interesses à custa do benefício coletivo são o bastante para desmentir a afirmação de que a totalidade dos princípios da WN seriam centrados na noção de autointeresse. Além dos trechos citados, nos quais se destacam e se condenam a inclinação do segmento comercial de usurpar a autoridade legislativa com o propósito de abolir qualquer vestígio de competição, chegando a subjugar a maior parte da sociedade, também temos:

People of the same trade seldom meet together, even for merriment and diversion, but the conversation ends in a conspiracy against the publick, or in some contrivance to raise prices. It is impossible indeed to prevent such meetings, by any law which either could be executed, or would be consistent with liberty and justice. But though the law cannot hinder people of the same trade from sometimes assembling together, it ought to do nothing to facilitate such assemblies; much less to render them necessary (WN I.x.c.27).

Assim sendo, toda a estrutura do livre comércio elaborada por Smith e as subsequentes denúncias a respeito das práticas e estratégias mercantilistas estão baseadas nos resultados sociais favoráveis gerados pela competição, que como observado, fundamenta-se no princípio da igualdade natural. É a competição que permite que os produtos alcancem os consumidores a preços mais acessíveis, potencializando o grau de contentamento geral dos integrantes de um país. “The natural price, or the price of free competition, on the contrary, is the lowest which can be taken [...]” (WN I.vii.27). O impacto espontâneo da competição e da rivalidade é indiscutivelmente fomentar a invenção de métodos de produção mais eficazes e de diminuir a margem de ganho dos fornecedores. A esse respeito:

The increase of stock, which raises wages, tends to lower profit. When the stocks of many rich merchants are turned into the same trade, their mutual competition naturally tends to lower its profit; and when there is a like increase of stock in all the different trades carried on in the same society, the same competition must produce the same effect in them all (WN I.ix.2).

Ainda, a defesa de Smith da livre concorrência dentro do livre mercado, não o torna um defensor do laissez-faire dos fisiocratas. A análise de Smith acerca do papel do governo na economia remonta à sua teoria da evolução da sociedade, segundo ele, a essência de cada concepção de estágio social está vinculada ao respectivo método de sustentação. Estabelece-se uma conexão entre os distintos meios de produção e a presença de determinadas instituições que seriam correspondentes. A dualidade entre as categorias de sociedades selvagem/civilizadas, básica/desenvolvida e inculta/refinada é frequentemente empregada no Livro I da WN (Okan, 2017, p. 7). Existiria, portanto, uma evolução contínua das preferências de uma nação, que se tornariam progressivamente mais sofisticadas e intrincadas. Igualmente, seus costumes e tradições seriam atualizados, modificando-se conforme a mudança no meio de sustento.

Assim, as comunidades que inicialmente se organizavam em formas como sociedades de caça, pastoris e agrícolas, gradualmente acumularam capital, acompanhadas pela evolução de leis, entidades e cultura. Este pensamento deriva da orientação de seu mentor, Hutcheson, que começou sua análise econômica a partir do estudo de um estado natural que antecede a formação da sociedade civil, onde indivíduos primitivos habitam em grutas e vestem-se com peles de bichos (Dooley, 2005 p. 84). A segmentação do trabalho originou as entidades de mercado, dinheiro, propriedade, justiça e governo. O sujeito solitário que habita em um estado natural é simultaneamente desafortunadamente pobre e forçosamente autossuficiente. O isolamento torna a troca inviável, o dinheiro obsoleto, a

propriedade incontestável, a justiça irrelevante e o governo desnecessário e a propriedade e a justiça convertem-se em temas sociais assim que a divisão laboral gera uma profusão de bens.

Francis Hutcheson elucidou que os operários estarão satisfeitos em trabalhar para adquirir as comodidades e requintes da existência, em detrimento de sobreviver com os produtos da natureza bruta. Eles permutam seu período de descanso pelos deleites materiais da existência, porém não teriam qualquer estímulo para laborar a não ser que possuíssem direitos de posse sobre os rendimentos de seu labor. Hutcheson apoiou a teoria dos direitos de propriedade formulada por John Locke, que defendia que um operário possui direito a qualquer coisa que ele tenha integrado ao seu trabalho (Dooley, 2005, p. 5). A presença da propriedade demanda um sistema de justiça que estabelece as regras de posse. À medida que a sociedade avança, o estado emerge para assegurar a observância do estado de direito. Portanto, segundo Hutcheson, as estruturas da sociedade civil emergiram de maneira orgânica como consequência da evolução da divisão laboral. Neste sentido, conforme essa perspectiva, para Smith, em uma comunidade de caçadores, inexistem líderes ou mecanismos republicanos. Na etapa agrária, que implica estabelecimento fixo em uma região, a posse de rebanhos evolui para ser também territorial, e o Governo passa a ser uma necessidade:

The acquisition of valuable and extensive property, therefore, necessarily requires the establishment of civil government. Where there is no property, or at least none that exceeds the value of two- or three-days labour, civil government is not so necessary (WN V.i.b.2).

Nesse mesmo sentido Smith afirma:

In some cases, the state of “the” society necessarily places the greater part of individuals in such situations as naturally form in them, without any attention of government, almost all the abilities and virtues which that state requires, or perhaps can admit of. In other cases, the state of the society does not place the greater part of individuals in such situations, and some attention of government is necessary in order to prevent the almost entire corruption and degeneracy of the great body of the people (WN V.i.f.49).

O ponto mencionado assume, nas situações em que nenhuma interferência é requerida, a vigência do governo. As circunstâncias onde a intervenção governamental é absolutamente dispensável estão limitadas ao ambiente onde a comunidade civil e o poder estatal já se encontram estabelecidos. Além disso, torna-se evidente o erro em rotular Smith como um proponente do *laissez-faire*. O estado civil, que se origina na fase das sociedades pastoris, é vital para a preservação da prosperidade.

Smith observa que “Civil government, so far as it is instituted for the security of property, is in reality instituted for the defence of the rich against the poor, or of those who have some property against those who have none at all” (WN V.i.b.12). A presença de um sistema governamental é fundamental porque, sem ele, não existem nem normas nem mecanismos para impô-las. Na ausência de uma legislação que defenda o fruto do labor de um indivíduo de ser expropriado, torna-se evidente que não haveria incentivo para gerar mais do que o necessário para a subsistência. Nesse contexto, Smith declara que “That security which the laws in Great Britain give to every man that he shall enjoy the fruits of his own labour, is alone sufficient to make any country flourish, [...]” (WN IV.v.b.43).

A autonomia para empreender, que apenas pode se manifestar na presença de segurança, é um requisito primordial para que o autointeresse promova efeitos sociais benéficos.

[...] the natural effort which every man is continually making to better his own condition, is a principle of preservation capable of preventing and correcting, in many respects, the bad effects of a political oeconomy, in some degree, both partial and oppressive. Such a political oeconomy, though it no doubt retards more or less, is not always capable of stopping altogether the natural progress of a nation towards wealth and prosperity, and still less of making it go backwards (WN IV.ix.28).

Ademais, Smith fala da importância da segurança proporcionada pelo governo para a população. Ele argumenta que, quando as pessoas se sentem seguras e sabem que podem aproveitar os frutos do seu trabalho, elas trabalham mais e buscam melhorar sua qualidade de vida, não apenas atendendo suas necessidades básicas, mas também procurando conforto e luxo. Ele explica que, nos primeiros estágios das sociedades humanas, as pessoas, por se sentirem vulneráveis, contentavam-se apenas com o essencial, com medo de que ter mais despertasse a ganância de quem detinha o poder. Por outro lado, quando as pessoas se sentem seguras e protegidas, elas se empenham mais para melhorar seu padrão de vida (WN III.iii.12). Ele também destaca a importância da justiça para a sobrevivência da sociedade. Para ele, uma comunidade não pode existir de forma justa e equitativa sem a implementação da justiça. Cada membro da sociedade deve ter seus direitos assegurados, e é fundamental ter um sistema judiciário que opere de forma imparcial e justa para garantir a ordem social:

But upon the impartial administration of justice depends the liberty of every individual, the sense which he has of his own security. In order to make every individual feel himself perfectly secure in the possession of every right which belongs to him, it is not only necessary that the judicial should be separated from the executive power, but that it should be rendered as much as possible independent of that power (WN V.i.b.25).

No contexto comercial, indivíduos buscam adquirir produtos criados e comercializados por outros, sendo incapazes de obtê-los gratuitamente e, portanto, realizando pagamentos para consumi-los. Essa dinâmica de troca, permeada pela justiça, exige respeito mútuo à propriedade e assume que as partes envolvidas atuam com um certo grau de interesse próprio. Conforme já mencionado anteriormente, na perspectiva de Adam Smith, a propriedade não apenas atende necessidades básicas, mas também desempenha um papel na construção da reputação, estando firmemente atrelada a relações e percepções humanas. Nesse contexto, a prudência é destacada como uma virtude que governa a busca eficaz pela propriedade, sendo caracterizada por um cuidado intrínseco com saúde, fortuna e reputação, elementos considerados vitais para o conforto e felicidade individual.

In the proper direction of this care and foresight consists the art of preserving and increasing what is called his external fortune. Though it is in order to supply the necessities and conveniences of the body, that the advantages of external fortune are originally recommended to us, yet we cannot live long in the world without perceiving that the respect of our equals, our credit and rank in the society we live in, depend very much upon the degree in which we possess, or are supposed to possess, those advantages. The desire of becoming the proper objects of this respect, of deserving and obtaining this credit and rank among our equals, is, perhaps, the strongest of all our desires, and our anxiety to obtain the advantages of fortune is accordingly much more excited and irritated by this desire, than by that of supplying all the necessities and conveniences of the body, which are always very easily supplied. Our rank and credit among our equals, too, depend very much upon, what, perhaps, a virtuous man would wish them to depend entirely, our character and conduct, or upon the confidence, esteem, and good-will, which these naturally excite in the people we live with. The care of the health, of the fortune, of the rank and reputation of the individual, the objects upon which his comfort and happiness in this life are supposed principally to depend, is considered as the proper business of that virtue which is commonly called Prudence (TMS VI.i.2-5).

Desse modo, o cuidado prudente com a própria felicidade é visto não apenas como expressão do interesse próprio, mas também como um mecanismo organizado e racional que guia as ações em busca do bem-estar pessoal, diferenciando-se, assim, do egoísmo puro. Na esfera social, o interesse próprio é avaliado e, muitas vezes, promovido pela sociedade. Comerciantes, por exemplo, são valorizados não somente por sua capacidade de atender a interesses pessoais, mas também por aderirem a práticas econômicas éticas e prudentes. Este interesse próprio é contextualizado e modulado por uma rede de relações sociais que potencializa a construção da reputação individual. A constituição do *eu* se dá, portanto, através das interações sociais e é influenciada pelo conceito de simpatia, no qual os sentimentos e as experiências são compartilhados e refletidos mutuamente (Nohara, 2021, p.58).

A proteção da propriedade é apresentada como essencial, de modo que é enfatizada a importância de garantir que as necessidades individuais sejam satisfeitas através de trocas justas e mutuamente benéficas. Na sociedade comercial, onde as transações de compra e venda são direcionadas tanto à aquisição quanto à proteção da propriedade, é possível atingir uma proteção robusta da propriedade sem a necessidade de recorrer a práticas violentas ou caritativas. Assim, a proteção da propriedade, tanto no sentido material quanto como um meio de construir reputação social é fortemente pautada no interesse próprio, este que é fundamental nas teorias de justiça e jurisprudência natural de Smith. “Security, therefore, is the first and the principal object of prudence. It is averse to expose our health, our fortune, our rank, or reputation, to any sort of hazard” (TMS VI.i.6). A análise da natureza humana em suas obras, TSM e RN, não aponta para um conflito entre moralidade e economia, mas sim para um comportamento econômico calcado em uma estrutura jurídica que mantém a sociedade, enquanto alinha virtudes destinadas tanto à conservação societal quanto à exaltação individual (Nohara, 2021, p. 59).

Além disso, o autor sugere que o governo deve intervir e assumir responsabilidades em áreas onde os indivíduos ou empresas privadas não conseguem ter sucesso.

The third and last duty of the sovereign or commonwealth is that of erecting and maintaining those publick institutions and those publick works, which, though they may be in the highest degree advantageous to a great society, are, however, of such a nature, that the profit could never repay the expence to any individual or small number of individuals, and which it, therefore, cannot be expected that any individual or small number of individuals should erect or maintain. The performance of this duty requires too very different degrees of expence in the different periods of society. After the publick institutions and publick works necessary for the defence of the society, and for the administration of justice, both of which have already been mentioned, the other works and institutions of this kind are chiefly those for facilitating the commerce of the society, and those for promoting the instruction of the people. The institutions for instruction are of two kinds; those for the education of the youth, and those for the instruction of people of all ages (WN V.i.c.1-2).

Portanto, este conceito é visto quando o governo se envolve na criação e manutenção de grandes infraestruturas públicas, como estradas e portos, que são essenciais, mas que podem ser grandes demais para serem gerenciadas por entidades privadas. Além disso, Smith menciona a educação como um exemplo de uma área que pode ser negligenciada se deixada inteiramente nas mãos dos indivíduos. Ele parece sugerir que, sem a intervenção do governo, a educação pode não receber a atenção e os recursos adequados, pois as pessoas, operando apenas por interesse próprio, podem não valorizá-la adequadamente. Portanto, em casos assim, a responsabilidade recai sobre o governo para garantir que tais necessidades da sociedade sejam atendidas.

In the progress of the division of labor, the employment of the far greater part of those who live by labor, that is, of the great body of the people, comes to be confined to a few very simple operations; frequently to one or two. But the understandings of the greater part of men are necessarily formed by their ordinary employments. The man whose whole life is spent in performing a few simple operations, of which the effects too are, perhaps, always the same, or very nearly the same, has no occasion to exert his understanding, or to exercise his invention in finding out expedients for removing difficulties which never occur. He naturally loses, therefore, the habit of such exertion, and generally becomes as stupid and ignorant as it is possible for a human creature to become (WN V.i.f.50).

Prossegue, afirmando que:

The torpor of his mind renders him, not only incapable of relishing or bearing a part in any rational conversation, but of conceiving any generous, noble, or tender sentiment, and consequently of forming any just judgment concerning many even of the ordinary duties of private life. Of the great and extensive interests of his country, he is altogether incapable of judging; and unless very particular pains have been taken to render him otherwise, he is equally incapable of defending his country in war (WN V.i.f.50).

Por meio das razões destacadas, “a instrução dos indivíduos ordinários pode demandar, em uma sociedade avançada e mercantil, maior dedicação governamental do que a de indivíduos de certa estatura e riqueza”. Ressaltada a necessidade de o legislador voltar-se para a formação fundamental da população, Smith sustenta que “For a very small expence the publick can facilitate, can encourage, and can even impose upon almost the whole body of the people, the necessity of acquiring those most” (WN V.i.f.54).

Por fim, apenas depois de destacadas as precondições institucionais, que formam o sistema de liberdade natural, ou o livre mercado, é possível, fundamentando-se no princípio da igualdade inata, compreender devidamente a extensão do pensamento de Smith quanto à busca pelo próprio interesse. É exclusivamente no cenário institucional onde prevalece o governo civil, normativas claras e estáveis, um poder judiciário autônomo e neutro, que o amor-próprio estará habilitado a fomentar o bem-estar coletivo. A mão invisível, só se manifesta em sua totalidade sob estas condições delineadas. Smith argumenta o seguinte:

Every individual is continually exerting himself to find out the most advantageous employment for whatever capital he can command. It is his own advantage, indeed, and not that of the society, which he has in view. But the study of his own advantage naturally, or rather necessarily leads him to prefer that employment which is most advantageous to the society (WN V.i.f.54).

Segundo Smith, pelo fato de ser economicamente mais vantajoso ao capitalista realizar investimentos dentro de seu próprio país do que outros tipos de investimentos, ele assim o fará, não pensando no bem do país, mas nas suas possibilidades de ganho. Se fosse o contrário, assim também seria feito. Smith continua:

Secondly, every individual who employs his capital in the support of domestick industry, necessarily endeavours so to direct that industry, that its produce may be of the greatest possible value. The produce of industry is what it adds to the subject or materials upon which it is employed. In proportion as the value of this produce is great or small, so will likewise be the profits of the employer. But it is only for the sake of profit that any man employs a capital in the support of industry; and he will always, therefore, endeavour to employ it in the support of that industry of which the produce is likely to be of the greatest value, or to exchange for the greatest quantity either of money or of other goods (WN IV.ii.7-8).

Dessa maneira, dentro dessa situação específica apresentada por Smith, fica claro o processo pelo qual a busca pelo interesse próprio vai contribuir para o alcance do interesse geral, de toda a sociedade, o aumento da indústria interna e seu rendimento.

As every individual, therefore, endeavours as much as he can both to employ his capital in the support of domestick industry, and so to direct that industry that its produce may be of the greatest value; every individual necessarily labours to render the annual revenue of the society as great as he can. He generally, indeed, neither intends to promote the publick interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support of domestick to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention. Nor is it always the worse for the society that it was no part of it. By pursuing his own interest he frequently promotes that of the society more effectually than when he really intends to promote it. I have never known much good done by those who affected to trade for the publick good (WN IV.ii.9).

Assim, o termo *mão invisível* é usado por Smith como uma metáfora para descrever o processo pelo qual objetivos são alcançados de maneira não intencional. Nesse caso, a não intencionalidade é devida ao fato de que o capitalista é, enquanto um personagem do mercado, um ser direcionado a buscar sempre mais riquezas pessoais, não lhe interessando, inicialmente, o enriquecimento alheio. É importante lembrar que esta característica é diferente de egoísmo puro e que esse mesmo sujeito não existe somente dentro do palco do mercado, mas sim dentro de uma complexa rede social com vários palcos caracterizados por diversos sentimentos e paixões, incluindo a simpatia. Ainda, segundo Smith, esse processo de conquistas não intencionais não ocorre somente nesse exemplo citado por ele, mas se repete em muitos outros casos. Ele reforça ainda, na mesma passagem, que o Estado não

teria competência para legislar sobre os investimentos do capitalista na indústria doméstica, pois cada um sabe o que é melhor para si.

What is the species of domestick industry which his capital can employ, and of which the produce is likely to be of the greatest value, every individual, it is evident, can, in his local situation, judge much better than any statesman or lawgiver can do for him. The statesman, who should attempt to direct private people in what manner they ought to employ their capitals, would not only load himself with a most unnecessary attention, but assume an authority which could safely be trusted, not only to no single person, but to no council or senate whatever, and which would nowhere be so dangerous as in the hands of a man who had folly and presumption enough to fancy himself fit to exercise it (WN IV.ii.10).

A ideia de uma mão invisível está fundamentalmente entrelaçada com o conceito de liberdade natural, visto que é unicamente neste sistema que as condições propícias para a sua manifestação são atingidas. Em um cenário marcado pela livre concorrência, segurança e justiça para empreender, todos garantidos pelo Estado, mas sem sua interferência excessiva, a mão invisível encontra terreno fértil para operar. É nesse contexto que o capitalista pode, tranquilamente, buscar os empreendimentos mais lucrativos, sem receios por parte da sociedade, uma vez que a justa concorrência está assegurada e a comunidade está protegida contra possíveis excessos individualistas, respaldada por instituições civis sólidas. Sem tais condições, a mão invisível é substituída por um egoísmo sem barreiras.

Dessa forma, estão delineadas apropriadamente as circunstâncias e condições em que o autointeresse pode potencialmente impulsionar o bem-estar coletivo. O sistema de liberdade natural é, inequivocamente, o quadro institucional no qual o autointeresse pode favorecer o bem comum. É importante reconhecer que o livre mercado proposto por Smith impõe limites claros ao comportamento exclusivamente egoísta, delineando as características e qualidades que os agentes econômicos devem almejar para alcançar seus interesses pessoais enquanto contribuem para o bem-estar geral.

Em suma, o sistema de liberdade natural configura a estrutura da sociedade comercial, no qual, cada pessoa, ao trocar os frutos de seu labor pelos de outros, propicia a convergência do interesse pessoal com o coletivo. Todavia, a maximização da satisfação dos desejos individuais só é possível mediante a incorporação de certas virtudes, como as delineadas por Smith em *The Theory of Moral Sentiments*, indo da prudência ao autocontrole. Ainda, além dessas precondições para a existência do livre comércio, de acordo com Smith: “[...] commerce and manufactures gradually introduced order and good government, and with them, the liberty and security of individuals [...]”. (WN III.iv.4). Ou

seja, as instituições que caracterizam a quarta fase das sociedades induziram transformações nos comportamentos e costumes do povo.

Nesse sentido:

Whenever commerce is introduced into any country, probity and punctuality always accompany it. These virtues in a rude and barbarous country are almost unknown. Of all the nations in Europe, the Dutch, the most commercial, are the most faithful to their word. The English are more so than the Scotch, but much inferior to the Dutch, and in the remote parts of this country they are far less so than in the commercial parts of it. This is not at all to be imputed to national character, as some pretend. There is no natural reason why an Englishman or a Scotchman should not be as punctual in performing agreements as a Dutchman. It is far more reduceable to self-interest, that general principle which regulates the actions of every man, and which leads men to act in a certain manner from views of advantage, and is as deeply implanted in an Englishman as a Dutchman. A dealer is afraid of losing his character and is scrupulous in observing every engagement. When a person makes perhaps 20 contracts in a day, he cannot gain so much endeavoring to impose on his neighbours, as the very appearance of a cheat would make him lose. Where people seldom deal with one another, we find that they are somewhat disposed to cheat, because they can gain more by a smart trick than they can lose by the injury which it does their character. They whom we call politicians are not the most remarkable men in the world for probity and punctuality. Ambassadors from different nations are still less so: they are praised for any little advantage they can take, and pique themselves a good deal on this degree of refinement. The reason of this is that nations treat with one another not above twice or thrice in a century, and they may gain more by one piece of fraud than lose by having a bad character (LJ(B) 326-327).

Smith associa o intercâmbio de bens à disseminação de princípios, conhecimentos e heranças culturais. Isso é perceptível quando ele destaca as vantagens do comércio entre zonas urbanas e campestres, ao argumentar a predominância do modelo mercantil frente ao arranjo feudal agrário, e ao discutir sobre o padrão estacionário da sociedade chinesa daquele período. Como resultado, podemos identificar uma dinâmica bifurcada de avanço humano, englobando tanto a esfera material quanto a esfera ética, conforme notado na caracterização dos colonizadores, que levavam consigo não apenas métodos agrícolas e outras competências funcionais, mas também o costume da submissão, algum entendimento acerca do governo estruturado em suas nações natais, do conjunto de normas que serve como alicerce para este e de uma gestão ordenada da justiça.

The colonists carry out with them a knowledge of agriculture and of other useful arts, superior to what can grow up of its own accord in the course of many centuries among savage and barbarous nations. They carry out with them to the habit of subordination, some notion of the regular government which takes place in their own country, of the system of laws which support it, and of a regular administration of justice; and they naturally establish something of the same kind in the new settlement (WN IV.vii.b.2).

Por fim, Adam Smith, ao esclarecer sua noção de livre comércio, destaca a importância intrínseca da divisão do trabalho na natureza humana, fundamentada na predisposição inerente ao ser humano à troca e à negociação. Ele também reforça como o livre comércio é potencializado pela competição, um fenômeno social benéfico que limita ganhos excessivos e promove eficiência e precisão no trabalho, incentivando a superação constante. Por outro lado, Smith critica veementemente o mercantilismo, que por meio da intervenção estatal, cria monopólios e privilégios, distorcendo a competição natural e a economia, indo contra o princípio de igualdade inerente à natureza humana. O autor escocês deixa claro o papel do governo não como um agente mercantilista restritivo, mas como um facilitador de instituições onde o autointeresse e a dignidade humana possam prosperar sem excessos, respeitando a liberdade econômica e a propensão natural do homem à troca. E, além disso, promove a disseminação de valores morais e éticos na sociedade.

A abordagem da ordem espontânea na teoria política liberal enfatiza um método descritivo e científico para compreender o mundo social, contrapondo-se tanto ao racionalismo de liberais continentais quanto às abordagens contratuais justificativas de teóricos como John Rawls e às abordagens baseadas em direitos de libertários como Robert Nozick. Os teóricos da ordem espontânea, como os filósofos escoceses e os Modernos, buscam explicar a natureza do mundo social e as instituições liberais com base em observações científicas de fenômenos sociais, argumentando que sistemas sociais bem-sucedidos são aqueles que conseguem garantir metas universais humanas, como subsistência e conforto material (Smith, C.; 2006, p. 164).

Esses teóricos defendem que os seres humanos são criaturas sociáveis cujo comportamento só pode ser compreendido dentro de um contexto social. Eles veem a mente humana como um dispositivo ordenador que classifica experiências para acalmar a mente e estabilizar expectativas, ajustando comportamentos e ordens mentais em reação às circunstâncias. A busca pela subsistência é vista como uma meta universal humana, fundamentando a análise do desenvolvimento de instituições sociais (Smith, C.; 2006, p. 164).

Adam Smith e outros teóricos da ordem espontânea veem seu trabalho como um projeto científico, buscando explicar a ordem no mundo social através da análise de evidências históricas e da construção de modelos conjecturais das instituições que compõem a ordem social. Esses autores sugerem que as instituições sociais fundamentais, como ciência, moralidade, lei, governo e mercado, originam-se da interação de indivíduos em busca de ordem com as circunstâncias em que se encontram. No entanto, essas instituições não surgem de ações propositais deliberadas, mas como

resultado de consequências não intencionais que levam à formação da ordem social. Essa abordagem rejeita modelos simplistas ou racionalistas construtivistas, propondo que a razão e as instituições sociais são produtos de um processo espontâneo de desenvolvimento de ordem²⁹.

As instituições sociais começam como convenções formadas em nível grupal, representando um equilíbrio intersubjetivo que estabiliza interações e reduz incertezas, permitindo que indivíduos persigam seus próprios objetivos de maneira mais eficaz. A ordem social evolui e se ajusta às mudanças de circunstâncias para preservar estabilidade, um processo muitas vezes não deliberativo, embora seja possível aplicar conhecimento e experiência para aprimorar as características indutoras de ordem das instituições³⁰.

Esse entendimento leva a uma "argumentação da mão invisível", segundo a qual a sociedade é vista como uma ordem espontânea evolutiva, produto das consequências não intencionais das ações de indivíduos em busca de subsistência e ordem. Os teóricos buscam explicar como ordens institucionais espontâneas específicas funcionam de maneira benigna, enfatizando que o sucesso dessas instituições deriva da capacidade de adaptar-se e ajustar-se de forma a manter a estabilidade social. Assim, a abordagem da ordem espontânea fornece uma base para crítica imanente e reforma de instituições existentes, promovendo um entendimento profundo das dinâmicas sociais que sustentam a liberalidade e a eficácia das instituições sociais³¹.

Os teóricos da ordem espontânea, ao analisarem a adaptação institucional ao longo do tempo, destacam que algumas adaptações tiveram mais sucesso do que outras em atingir metas humanas universais, como ordem e conforto material. Esses autores buscam identificar quais características dessas ordens contribuem para esse sucesso e como podem ser ampliadas para maximizar a realização dessas metas universais. A eficiência epistemológica é uma chave na análise dessas ordens espontâneas bem-sucedidas, que aumentam nosso conhecimento ao reduzir incertezas e facilitar a divisão do trabalho e do conhecimento, promovendo o crescimento cumulativo do conhecimento humano (Smith, C., 2006, p. 166).

Esta abordagem sustenta a justificação instrumental do liberalismo econômico de mercado, argumentando que o mercado é o meio mais eficiente até agora descoberto para alcançar a subsistência e o conforto material. A crítica à intervenção estatal e ao planejamento socialista baseia-

²⁹ *Ibid.*, p. 165

³⁰ *Ibid.*, p. 165

³¹ *Ibid.*, p. 166

se na ineficiência dessas abordagens em alcançar metas universalmente desejadas, em comparação com a liberdade de ação dentro de um arcabouço institucional e legal liberal³².

O sucesso na realização de metas humanas universais é indicado pelo crescimento populacional e pelo aumento dos padrões de vida, dependendo do uso eficiente dos recursos e da coordenação do conhecimento humano de maneira eficiente. A liberdade sob a lei e a troca de mercado são vistas como os meios mais eficientes descobertos até agora para garantir o progresso social. Além disso, dado que os indivíduos são capazes de aprender por tentativa e erro e de imitar o comportamento daqueles que percebem ser bem-sucedidos, há uma tendência para a adoção de práticas culturais que melhor garantam seus objetivos, dada sua escolha³³.

A abordagem da ordem espontânea e os argumentos da mão invisível produzem uma justificativa instrumental dos valores liberais baseada na eficiência desses valores em garantir metas humanas chave e universais. Essa abordagem analisa a ordem espontânea como um ponto de vista distinto da teoria social da ciência, da moralidade, da lei e do governo, ou enquanto um subproduto de uma teoria econômica específica. A mão invisível é entendida como uma série de instituições sociais evoluídas que permitem a descoberta e coordenação eficiente do conhecimento na busca do desejo humano por conforto material (Smith, C., 2006, p. 168).

Instituições evoluídas como moralidade, propriedade e lei formam a estrutura que permite a geração de ordens espontâneas benignas. O mecanismo da mão invisível cria ordens espontâneas benignas como resultado da coordenação da atividade humana e da harmonização das consequências não intencionais da ação humana. A abordagem da ordem espontânea e os argumentos da mão invisível que nela se baseiam representam uma abordagem definida à teoria social que caracteriza um ramo específico do liberalismo clássico, sendo esta abordagem o maior legado de Adam Smith para a filosofia política³⁴.

É crucial reconhecer que, embora a noção de livre comércio de Smith embase o que compreendemos hoje sobre o termo, este conceito, originado no século XVIII, não pode ser diretamente aplicado à modernidade, uma era permeada por inúmeras variáveis econômicas. O conceito smithiano serve mais como um referencial teórico do que como um manual definitivo para a organização do sistema socioeconômico contemporâneo. A complexidade dos problemas do capitalismo atual torna imperativo o retorno às raízes das discussões econômicas, notadamente nos

³² *Ibid.*, p. 167

³³ *Ibid.*, p. 167

³⁴ *Ibid.*, p. 168

aspectos filosóficos e éticos, possibilitando assim um entendimento mais aprofundado sobre as nuances e as implicações do livre comércio na sociedade contemporânea. As ideias de Smith podem ser vistas como um ponto de partida, mas devem ser contextualizadas e adaptadas à realidade multifacetada e dinâmica da economia global atual.

4. O ELO ENTRE FILOSOFIA E ECONOMIA

Adam Smith foi um escritor que se propôs a entender a realidade com tal. E, apesar de ter utilizado uma metodologia distinta em sua obra *A riqueza das nações*, ele não deixou de investigar as questões econômicas. Para ele, a “a filosofia é a ciência dos princípios de conexão da natureza” (Astronomy, II.11, p. 49, tradução nossa), ou seja, Smith propõe-se a desvendar as correntes invisíveis que ligam os mais diversos objetos, pois, para esse autor, é o homem que se engaja com o objetivo de introduzir ordem no caos produzido pela infinidade de eventos particulares que se apresentam, num primeiro momento, como completamente dissociados e completamente independentes. Por esse motivo, Adam Smith afirma que a filosofia pode ser descrita como uma das artes que se reporta ao exercício da imaginação. Segundo o autor, ela é uma arte orientada à imaginação, uma vez que tem o penhor de representar o que não alcançamos empiricamente, sendo capaz de ordenar as “coisas do mundo” (Astronomy, II.11, EPS,50). Em outro aspecto, Smith chama a atenção para o fato de que a objetividade da filosofia é o que expurga as “aparências vulgares” (Astronomy, IV.32, EPS,72), isto é, aquilo que é aparentemente sem conexão. Além, as representações possibilitadas pela filosofia são o que nos permitem enxergar o que essa “realidade”, em termos de linguagem, tem a nos mostrar enquanto cadeias interligadas e sua natureza (Astronomy, IV.76, EPS,92).

Dentro dos objetivos tradicionalmente perseguidos pela ciência econômica, uma análise focada somente em aspectos técnicos e práticos pode parecer suficiente. No entanto, considerando que o sujeito central da economia é o ser humano, uma entidade de notável complexidade, a obra de Adam Smith, justamente celebrado como o pai da economia, merece uma exploração tão diversificada e profunda quanto a natureza de seu principal ator. A economia moderna, frequentemente ocupada com a visão macroscópica, raramente se detém em uma reflexão filosófica mais profunda. Contudo, uma avaliação minuciosa do trabalho de Adam Smith não pode prescindir dessa dimensão filosófica. Neste trabalho, consideramos uma abordagem que leva em conta tanto os princípios morais quanto os econômicos presentes no arcabouço do pensamento smithiano, o que, a nosso juízo, facilita a

construção de um entendimento mais integral de suas ideias. Essa análise não só destaca a interligação entre TSM e RN, mas também reforça uma abordagem crítica do conceito de *Homo Economicus* e da noção de indivíduo estritamente egocêntrico.

Esse trabalho aborda a complexidade de viver simultaneamente em dois mundos regidos por sistemas de regras distintos: o mundo social, baseado nas regras de cuidado e consideração pelos outros em nossos grupos sociais íntimos, e o mundo econômico, regido por regras impessoais de mercado que tratam todos igualmente, sem conhecimento pessoal dos indivíduos envolvidos. Essa dualidade reflete um conflito persistente na vida humana moderna, oscilando entre a solidariedade e o amor pelos conhecidos e a interação impessoal com estranhos nos mercados, que permite a especialização e a criação de riqueza.

Adam Smith fornece uma compreensão profunda desses dois mundos, conectando-os de forma unificada em uma ciência social e ética do ser humano. Smith não argumenta que os indivíduos são primariamente motivados pelo autointeresse - no sentido de egoísmo - mas sim pelo amor-próprio, que é mediado pela consideração do que outros podem aceitar, enfatizando a importância das regras de justiça no comportamento de mercado (Smith; Wilson, 2019, p. 21).

Smith modelou ambos os mundos de modo a conectar duas esferas em uma ciência social e ética unificada, desafiando a percepção de que suas duas principais obras são contraditórias. Contrariamente à crença popular, Smith via a busca pelo benefício próprio, sob as regras governantes da justiça, como um meio para a especialização e criação de riqueza para o melhoramento econômico humano, sem colocar o interesse próprio acima do interesse dos outros no comércio. Smith e outros teóricos da ordem espontânea veem o sucesso na realização de metas humanas universais como indicado por níveis crescentes de população e padrões de vida em ascensão, dependentes do uso eficiente dos recursos e da coordenação eficiente do conhecimento humano. A liberdade sob a lei e a troca de mercado são consideradas os meios mais eficientes até agora descobertos para garantir o progresso social (Smith; Wilson, 2019, p. 24).

A abordagem de Smith aos dois mundos da vida humana – o social e o econômico – oferece uma perspectiva rica e matizada sobre como as interações humanas são moldadas tanto por considerações morais quanto por incentivos econômicos, desafiando interpretações simplistas que reduzem sua teoria a uma questão de autointeresse. Ao integrar as dimensões éticas e econômicas da ação humana, Smith fornece um quadro para compreender a complexidade da vida social e econômica e o papel das instituições em facilitar a cooperação humana e o progresso.

Adam Smith, como sabemos, não era um utilitarista no sentido neoclássico e não baseou a noção de maximização da utilidade em ações individuais. Em vez disso, propôs que a autogestão e a aprendizagem de regras orientadas para os outros, derivadas da capacidade de simpatia mútua, moldam o comportamento responsável. As teorias de "preferência social" e "reciprocidade", oferecidas por economistas comportamentais e experimentais para reconciliar as falhas preditivas do modelo Max-U, não capturam adequadamente o modelo de Smith, que enfatiza o aprendizado de regras de conduta adaptativas que permitem a coexistência harmoniosa em sociedade.³⁵

Smith argumenta que os seres humanos são considerados com os outros em suas interações pessoais porque aprendem a seguir regras de conduta que permitem viver em companhia de seus semelhantes. Essas regras são sensíveis à situação, levando em conta o efeito de nossas ações nos benefícios e prejuízos dos outros, bem como em nós mesmos. A capacidade humana para a simpatia mútua é o mecanismo primário através do qual somos socializados. Sem essas capacidades inatas, refinadas como habilidades praticadas, não haveria socialidade humana no mundo de Smith. Não somos considerados com os outros porque preferimos ser sociais de maneira reduzida, mas, por meio da simpatia humana, chegamos a nos ver como os outros nos veem (Smith; Wilson, 2019, p. 30).

Smith oferece um sistema lógico em *The Theory of Moral Sentiments* que é consistente com os achados modernos em economia experimental e não requer modificação à luz das evidências. Seu modelo enfatiza que as pessoas têm conhecimento comum de que todos são autointeressados e são localmente não-saciados, isto é, mais é sempre melhor, menos é sempre pior, a partir de qualquer ponto de referência. Nossa capacidade para a simpatia mútua, nossa sensibilidade a quem beneficia ou é prejudicado por nossas ações e nossa capacidade de equilibrar a preocupação por nós mesmos e pelos outros são fundamentais para a sociabilidade humana conforme modelada por Smith.³⁶

Em uma passagem importante, Smith cita a apreciação de Hume pela utilidade como principal causa dos sentimentos humanos, mas Smith rejeita a utilidade como fonte de motivação consciente individual, embora possa ter o efeito de eficiência utilitária. Smith enfatiza que a aprovação ou desaprovação não deriva inicialmente da percepção de utilidade ou prejuízo, mas de algo intrinsecamente diferente, enraizado no sentimento mútuo. Diferentemente de Hume, que se aproximava da tradição utilitarista neoclássica, Smith focava não nos efeitos das ações, mas nas intenções por trás delas, considerando nossas ações em sua origem e não em seu resultado.

³⁵ *Ibid.*, p. 27

³⁶ *Ibid.*, p. 33

Smith desenvolve a fundação para a compreensão do desenvolvimento econômico em *The Theory of Moral Sentiments*. A propriedade, entendida universalmente através do reconhecimento mútuo do que é meu e teu, é necessária, mas não suficiente para a criação de riqueza, que também depende da propensão humana ao comércio, à troca e à barganha. Essa propensão é uma extensão da sociabilidade humana para o comércio interessado, abrangendo desde a troca social entre vizinhos até a ordem extensa de mercados impessoais. A propriedade tem origens antigas nas regras sociais e na ordem social da propriedade, evoluindo para a ordem civil do governo³⁷.

O modelo econômico moderno, na tradição neoclássica, começa com informações dispersas sobre preferências, recursos e tecnologia, aplicando a maximização da utilidade para deduzir preços e alocações. Em contraste, Smith inicia com a observação da propensão humana ao comércio, uma extensão da interação social e ética, onde a formação de preços permite às pessoas fazerem comparações e buscarem informações relevantes para decisões e inovações. A especialização do trabalho, possibilitada pelo comércio, é uma fonte fundamental de criação de riqueza.

Em ambas as obras de Smith, a ação é impulsionada pela descoberta em um mundo de incerteza, onde as consequências são desconhecidas até serem tentadas. Através de interações sociais repetidas e comércio, as pessoas adaptam suas respostas para melhorar a si mesmas e aos outros através dos ganhos de troca. O processo observado nos experimentos de mercado reflete o que Smith já havia articulado: as regras sozinhas podem unir uma ordem extensa, formando-se de si mesma, conforme resumido elegantemente por Hayek séculos depois (Smith; Wilson, p. 36).

4.1 Simpatia e Divisão do Trabalho

Ao tratar da divisão do trabalho na *Riqueza das nações*, conforme já destacado, Smith deliberadamente afirma que “não cabe, no nosso tema atual, tal indagação” (WN I.ii.2, tradução nossa). Uma análise da propensão que o ser humano tem para a troca é considerada como um dos princípios da natureza humana. Desse modo, para o filósofo escocês, a noção de divisão do trabalho não resultado de um trabalho da consciência, assim, por eladeliberado. Antes, ela deriva da propensão humana a trocar alguma coisa por outra, mas enquanto consequência de uma escolha racional ou mesmo de um ato de fala (WN I.ii.1-2). A divisão do trabalho vem, pois, da propensão humana para a troca.

Apesar disso, Smith, como filósofo que foi, não deixou de refletir e buscar as correntes

³⁷ *Ibid.*, p. 35

invisíveis que circundam a atividade da troca no seres humanos. Com o surgimento das suas *Lectures*, palestras e aulas dadas ao longo de sua carreira, em especial a *Lectures on Jurisprudence*, ficou claro que estava errada a ideia de que Smith tinha se desviado completamente de sua visão sobre a natureza humana, e também permitiu identificar, segundo esse autor, o motivo que leva as pessoas a participar naturalmente do ato de troca. O seguinte trecho, é de umas de suas palestras no ano 1763, antes da publicação de *Riqueza das nações*:

Thus we show that a different genius is not the basis of that willingness to exchange, which is the cause of the division of labor. The true foundation of this is that principle of persuading which is so prevalent in human nature. When any arguments are presented to persuade, they are always expected to have their proper effect. If a person claims something about the moon, even if it is not true, he will feel a kind of discomfort at being contradicted and would very much like the person he is trying to persuade to think the same way as he does. We must therefore mainly cultivate the power of persuasion, and in fact we do so without intending to do so. Since the whole of life is spent in the exercise of it, a real method of dealing with each other must undoubtedly be arrived at. As previously noted, no animal can do this except by winning the favour of those they would like to persuade. Sometimes, indeed, the animals seem to act together, but there is never anything like negotiation between them.³⁸

A capacidade de se colocar no lugar de outro, promovendo compreensão e sensibilidade, não só nasce, mas também alimenta uma vontade mútua de que o outro, da mesma forma, entenda meu ponto de vista e me reconheça conforme minha essência e limites. Esse desejo, surgindo da busca por reconhecimento alheio, impulsiona e fortalece a arte de persuadir, objetivando intensificar essa integração social. Assim, através desse poder persuasivo, a inclinação para intercâmbio e dinâmicas comerciais se revela e se fortalece. Dentro dessa ótica, o ser humano carrega consigo a habilidade cognitiva da simpatia como pilar essencial. Quando cultivada, essa capacidade desencadeia uma inclinação para a colaboração e partilha de tarefas, base para o surgimento de uma sociedade voltada ao comércio.

A simpatia, em essência, está ligada assim ao entendimento e à sensação do que o outro vive, conectando pessoas através de um laço sutil de entendimento recíproco. Há, portanto, uma relação entre simpatia e divisão do trabalho, o que nos mostra que para uma sociedade comercial sustentável a integridade moral dos cidadãos deve estar ativa e fortalecida. A evolução de uma sociedade comercial não é apenas uma série de transações financeiras ou a busca incessante por

³⁸ SMITH, Adam. *Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms*, delivered in the University of Glasgow, by Adam Smith. Reported by a Student in 1763 and edited with an Introduction and notes, by Edwin Cannan. Oxford: Clarendon Press, 1869, p. 171.

riqueza. É, de fato, uma extensão do comportamento humano e suas inclinações naturais. O surgimento do comércio e a divisão do trabalho não se originaram meramente da necessidade, mas sim da inclinação humana para a comunicação e interação. Amartya Sen, corrobora essa visão:

A fonte da divisão do trabalho é, assim, a disposição universal para “trocar, permutar e comercializar”, que é uma consequência das faculdades de razão e fala. Em suas aulas sobre jurisprudência, Smith descreve a troca como uma espécie de oratória. “É claramente a inclinação natural que todos têm de persuadir”, ele diz, que é “o princípio na mente humana sobre o qual essa disposição de trocar é fundamentada”: “oferecer um xelim, que para nós parece ter um significado tão simples e claro, é na realidade oferecer um argumento para persuadir alguém a fazer tal e tal, pois é de seu interesse... E desta forma, cada um está praticando oratória sobre os outros durante toda a sua vida” (Rothschild; Sen, 2006, p. 322).

Segundo Sen (2006), Smith enfatizava que, mais do que simples transações, as interações econômicas eram extensões da nossa capacidade de persuasão e comunicação. Ele reconhecia a universalidade desta inclinação, não limitando-a a uma classe ou grupo específico:

Esta disposição ou inclinação universal é comum aos “caracteres mais distintos” (para “um filósofo e um carregador comum de rua, por exemplo”). No entanto, é apenas nas circunstâncias das sociedades civilizadas que a propensão geral à discursividade leva à divisão do trabalho e, conseqüentemente, à opulência universal. Uma dessas circunstâncias é a existência e extensão dos mercados (Rothschild; Sen, 2006, p. 322).

O envolvimento das pessoas em trocas não ocorre por acaso, pois é o fruto da inclinação inata do homem para a colaboração e coexistência proveitosa. Essa predisposição para a simpatia e cooperação, evidente na inclinação para interações e partilha de tarefas, é vital para o êxito de sociedades comerciais. Age também como um *feedback* positivo. Com a complexidade crescente das trocas e tarefas, aprimora-se a simpatia e a moral e cria-se um ambiente mais favorável para o progresso comercial e social. O florescimento do comércio é, assim, tanto um resultado quanto um estímulo para o aprimoramento das virtudes morais e empáticas, além de estabelecer um ciclo benéfico para a evolução social e econômica.

Assim, é claro que, para Smith, a origem da divisão do trabalho baseia-se tanto na habilidade de persuasão quanto na vontade inata que cada pessoa tem de “observe in other men a fellowfeeling with all the emotions of our own breast” (TMS I.i.2.1). O anseio de cada indivíduo de experimentar a reciprocidade empática é a ideia de que cada um valoriza o reconhecimento dos seus pares como algo intrinsecamente gratificante.

“Nature, when she formed man for society, endowed him with an original desire to please, and an original aversion to offend his brethren. She taught him to feel pleasure in their favourable, and pain in their unfavourable regard” (TMS III.ii.6).

São exatamente os fatores que impulsionam a divisão do trabalho. Portanto, é evidente que as reflexões de Smith na TSM sobre o prazer da simpatia recíproca e o desejo inerente em todos os humanos de ter suas perspectivas compartilhadas por outros prevalecem, são a base sobre a qual a RN é formulada.

To approve of another man's opinions is to adopt those opinions, and to adopt them is to approve of them. If the same arguments which convince you convince me likewise, I necessarily approve of your conviction; and if they do not, I necessarily disapprove of it: neither can I possibly conceive that I should do the one without the other. To approve or disapprove, therefore, of the opinions of others is acknowledged, by everybody, to mean no more than to observe their agreement or disagreement with our own (TMS I.i.3.2).

Assim sendo, dado que a divisão do trabalho é constituída pelas mesmas características humanas detalhadas na TSM, ou seja, a consistência na visão do ser humano em ambos os trabalhos do filósofo é indiscutível. Quanto ao ato de se colocar no lugar de alguém, observe-se a regularidade com que Adam Smith emprega os termos persuadir e convencer em seu renomado trecho sobre o padeiro e o cervejeiro:

In almost every other race of animals each individual, when it is grown up to maturity, is entirely independent, and in its natural state has occasion for the assistance of no other living creatures but man has almost constant occasion for the help of his brethren, and it is in vain for him to expect it from their benevolence only. He will be more likely to prevail if he can interest their self-love in his favour, and shew them that it is for their own advantage to do for him what he requires of them. Whoever offers to another a bargain of any kind, proposes to do this. Give me that which I want, and you shall have this which you want, is the meaning of every such offer; and it is in this manner that we obtain from one another the far greater part of those good offices which we stand in need of. It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages (WN I.ii.2).

Ao focar nos termos “persuadir” e “convencer” no trecho mencionado, torna-se claro que Smith está ilustrando a abordagem de um vendedor para maximizar suas chances de sucesso. Qualquer indivíduo que se dedique a persuadir outro a adquirir seus itens certamente será mais persuasivo se puder destacar os benefícios que o cliente terá ao adquirir tal item. Para enfatizar as vantagens ao cliente, o vendedor deve superar seus próprios interesses - e a vontade de obter lucro

- e colocar-se no lugar do cliente. Esse vendedor, assim, estará aplicando o conceito de simpatia apresentado na TSM. Portanto, o êxito ou insucesso dos vendedores estará intrinsecamente ligado à sua habilidade em manifestar simpatia. Seu sucesso estará ancorado em sua aptidão para enfatizar os ganhos e benefícios da aquisição, e não na simples transação de venda. Em suma, para persuadir alguém a adquirir seus itens, ele deverá focar nas vantagens que o cliente terá ao fazê-lo, sem tocar no seu próprio interesse em realizar a venda.

4.2 Espectador Imparcial e Sociedades Comerciais

O conceito de *espectador imparcial* encontra-se intimamente relacionado às circunstâncias e condições que marcam o estágio das sociedades comerciais. Ao referir-se ao nível das sociedades de caçadores e coletores e ao das comunidades pastoris, Smith frequentemente enfatiza a dimensão e a quantidade de indivíduos nessas coletividades.

An army of hunters can seldom exceed two or three hundred men. The precarious subsistence which the chance affords could seldom allow a greater number to keep together for any considerable time. An army of shepherds, on the contrary, may sometimes amount to two or three hundred thousand. As long as nothing stops their progress, as long as they can go on from one district, of which they have consumed the forage, to another which is yet entire; there seems to be scarce any limit to the number who can march on together (WN V.i.a.5).

A fase das sociedades comerciais, que é o quarto estágio, é caracterizada pela presença de áreas urbanas onde um indivíduo frequentemente se encontra rodeado por estranhos. O comerciante que opera neste contexto, portanto, na maioria das vezes, transaciona com aqueles com quem não tem vínculo prévio. Desta forma, começa a empregar padrões imparciais em suas transações comerciais. É relevante destacar o termo imparcial, uma característica do espectador ideal proposto por Smith. O espectador imparcial é aquele que, embora seja um indivíduo como qualquer outro, posiciona-se a “a certain distance from us” (TMS III.i.2). Considerando que a pessoalidade surge da proximidade entre os envolvidos, essa objetividade está alinhada com o afastamento necessário para que alguém seja visto como um espectador imparcial.

Nas sociedades comerciais, as pessoas são incentivadas a se verem como colaboradores que interagem voluntariamente sem laços preexistentes, ao invés de se identificarem como integrantes de uma casta ou grupo específico. Smith identificou que as transações podem beneficiar todos os envolvidos, fundamentado na natureza destas sociedades: uma vez que o vendedor não está familiarizado com seus clientes, ele tende a precificar seus produtos baseado na oferta e na

demanda.

Em contextos comerciais tais como descritos por Smith, é oneroso obter detalhes sobre cada cliente em potencial. Em comunidades menores, um comerciante, por exemplo, poderia ajustar o preço de seus itens para maximizar lucros e, caso conhecesse um cliente com recursos e soubesse que ele pagaria um valor elevado por um produto devido a uma necessidade urgente, o vendedor poderia cobrar muito acima do valor padrão. Entretanto, nas sociedades comerciais, devido à falta de tais informações específicas, os preços tendem a ser definidos pelo equilíbrio entre oferta e demanda, tratando todos os clientes de maneira uniforme.

É notório o exemplo que Smith traz na RN sobre como o favoritismo pode prejudicar certas instituições. Quando discute sobre estabelecimentos educacionais, Smith observa o seguinte:

If the authority to which he is subject resides in the body corporate, the college, or university, of which he himself is a member, and in which the greater part of the other members are, like himself, persons who either are, or ought to be teachers; they are likely to make a common cause, to be all very indulgent to one another, and every man to consent that his neighbour may neglect his duty, provided he himself is allowed to neglect his own. In the university of Oxford, the greater part of the publick professors have, for these many years, given up altogether even the pretence of teaching (WN V.i.f.8).

Assim, justamente pela falta de familiaridade com seus clientes, um vendedor nas sociedades comerciais adere a comportamentos objetivos e, conseqüentemente, neutros e imparciais. Primeiramente, é vital destacar que o comerciante, no modelo citado por Smith na RN, assemelha-se ao indivíduo na TSM, isto é, caracterizado pela virtude da prudência. Conforme abordado anteriormente, tal indivíduo é diligente em suas atividades econômicas e visa ampliar sua riqueza e elevar seu status. Entretanto, antes de analisar a evolução moral dos integrantes de uma comunidade mercantil, é essencial definir os padrões para avaliar a superioridade de uma fase da sociedade sobre outras.

Nas *Lectures on Jurisprudence*, Smith declara claramente que riqueza e liberdade são os dois maiores presentes que alguém pode possuir. Ele ainda argumenta que um ser compassivo, ao reconhecer que a acumulação de riqueza necessitaria da prática da escravidão, abdicaria da riqueza, visto que isso contraria o bem-estar da maioria das pessoas.

Opulence and freedom, the two greatest blessings men can possess, tend greatly to the misery of this body of men, which in most countries where slavery is allowed makes by far the greatest part. A humane man would wish therefore if slavery has to be generally established that these greatest blessing, being incompatible with the happiness of the greatest part of mankind, were never to take place (LJ(A) iii.111).

Diante disso, Smith destaca a proeminência do conceito de liberdade sobre a riqueza. Assim, o principal indicador para avaliar a excelência de uma etapa da sociedade em relação a outras é o grau de liberdade que a vasta maioria dos cidadãos usufrui. Completando, é crucial enfatizar a transformação silenciosa causada pelo advento do comércio interno nas estruturas feudais. Smith evidencia que o poder dos Senhores Feudais sobre grandes contingentes de pessoas se estabelecia nas seguintes condições:

In a country which has neither foreign commerce, nor any of the finer manufactures, a great proprietor, having nothing for which he can exchange the greater part of the produce of his lands which is over and above the maintenance of the cultivators, consumes the whole in rustick hospitality at home. If this surplus produce is sufficient to maintain a hundred or a thousand men, he can make use of it in no other way than by maintaining a hundred or a thousand men. He is at all times, therefore, surrounded with a multitude of retainers and dependents, who having no equivalent to give in return for their maintenance, but being fed entirely by his bounty, must obey him, for the same reason that soldiers must obey the prince who pays them (WN III.iv.5).

No entanto, com a introdução do comércio externo, as bases que sustentavam o sistema feudal, uma sociedade agrícola e situada no terceiro estágio da evolução das sociedades, foram desestabilizadas. Os Senhores Feudais, agora, encontravam formas de desfrutar sua prosperidade. Assim, ao invés de meramente sustentar um grande número de servos, começaram a direcionar seus excedentes para aquisições superficiais e triviais.

But what all the violence of the feudal institutions could never have affected, the silent and insensible operation of foreign commerce and manufactures gradually brought about. These gradually furnished the great proprietors with something for which they could exchange the whole surplus produce of their lands, and which they could consume themselves without sharing it either with tenants or retainers. All for ourselves, and nothing for other people, seems, in every age of the world, to have been the vile maxim of the masters of mankind. As soon, therefore, as they could find a method of consuming the whole value of their rents themselves, they had no disposition to share them with any other persons. For a pair of diamond buckles perhaps, or for something as frivolous and useless, they exchanged the maintenance, or what is the same thing, the price of the maintenance of a thousand men for a year, and with it the whole weight and authority which it could give them.

The buckles, however, were to be all their own, and no other human creature was to have any share of them; whereas in the more antient method of expence they must have shared with at least a thousand people. With the judges that were to determine the preference, this difference was perfectly decisive; and thus, for the gratification of the most childish, the meanest and the most sordid of all vanities, they gradually bartered their whole power and authority (WN III.iv.10).

Assim, a transição do sistema feudal para o período das sociedades comerciais caracterizou-se pela diminuição da influência e controle dos Senhores Feudais, juntamente com o crescimento da autonomia daqueles anteriormente subjugados por eles.

In an opulent and civilized society, a man may possess a much greater fortune, and yet not be able to command a dozen of people. Though the produce of his estate may be sufficient to maintain, and may perhaps actually maintain, more than a thousand people, yet as those people pay for everything which they get from him, as he gives scarce anything to anybody but in exchange for an equivalent, there is scarce anybody who considers himself as entirely dependent upon him, and his authority extends only over a few menial servants. The authority of fortune, however, is very great even in an opulent and civilized society (WN V.i.b.7).

É óbvio que, ao alcançarem a independência, os ex-servos começaram a desfrutar de uma liberdade ampliada. Relativamente ao critério de riqueza, já no começo da RN, Smith destaca a superioridade do quarto estágio das sociedades em relação às outras fases. Tal destaque é evidenciado no seguinte trecho, que também sugere uma maior *fair play* nas sociedades comerciais:

[...] we shall be sensible that without the assistance and cooperation of many thousands, the very meanest person in a civilized country could not be provided, even according to, what we very falsely imagine, the easy and simple manner in which he is commonly accommodated. Compared, indeed, with the more extravagant luxury of the great, his accommodation must no doubt appear extremely simple and easy; and yet it may be true, perhaps, that the accommodation of a European prince does not always so much exceed that of an industrious and frugal peasant, as the accommodation of the latter exceeds that of many an African king, the absolute master of the lives and liberties of ten thousand naked savages (WN I.i.11).

De fato, o volume e a variedade de produtos disponíveis em uma sociedade comercial superam grandemente aqueles encontrados nas outras fases da civilização. Tal variedade não se origina apenas do comércio internacional, mas também da constatação de que a expansão da divisão do trabalho, com a conseqüente especialização dos profissionais, está diretamente ligada à amplitude do mercado. Uma vez abordados os elementos que fazem as sociedades comerciais se sobressaírem em relação às outras fases da civilização, conforme interpretado pelos iluministas escoceses, é vital detalhar de que maneira o ambiente institucional destas sociedades favorece o aprimoramento moral de seus residentes. As sociedades comerciais não são valorizadas apenas por oferecerem melhores condições materiais e ampla liberdade aos seus integrantes. A configuração retratada por Smith na RN, juntamente com seu conceito de livre mercado, contribuem

significativamente para a evolução moral daqueles que nela residem. O foco, portanto, está em elucidar e demonstrar de que maneira a RN ganha perspectiva quando observada à luz da TSM. O primeiro ponto a ser destacado refere-se à estratégia utilizada pelos vendedores em sociedades comerciais, conforme discutido anteriormente: para persuadir e convencer, o comerciante irá empregar a habilidade empática da simpatia de se colocar no lugar dos possíveis clientes, com o objetivo de realçar as vantagens e os incentivos que teriam ao adquirir seus produtos. Como foi ressaltado neste trabalho, é através desta prática de se colocar no lugar do outro que uma pessoa consegue perceber a perspectiva de um espectador imparcial, especialmente porque não há vínculos específicos com a vasta maioria da população.

The man who is conscious to himself that he has exactly observed those measures of conduct which experience informs him are generally agreeable, reflects with satisfaction on the propriety of his own behaviour. When he views it in the light in which the impartial spectator would view it, he thoroughly enters into all the motives which influenced it. He looks back upon every part of it with pleasure and approbation, and though mankind should never be acquainted with what he has done, he regards himself, not so much according to the light in which they actually regard him, as according to that in which they would regard him if they were better informed (TMS III.ii.5).

É fundamental entender que, nesse cenário em que o vendedor não está familiarizado com as situações individuais de seus clientes, o que realmente importa para ele é a capacidade de pagamento desses clientes. Em termos simples, ele está focado no pagamento. Como resultado, certas atitudes moralmente questionáveis, como se recusar a vender para clientes devido à sua origem, nacionalidade, gênero, orientação sexual, entre outros, tendem a se extinguir. Nesta linha de pensamento, Smith sugere que o vendedor, nesse tipo de sociedade, ao se preocupar apenas com o pagamento, estende sua mão a toda a humanidade, serve até mesmo àqueles que despreza e é amável com aqueles que menospreza. “For this purpose he makes his court to all mankind; he serves those whom he hates and is obsequious to those whom he despises” (TMS IV.i.8). Portanto, observa-se um notável avanço moral: o comércio é praticado de forma imparcial e sem discriminação.

Outro ponto crucial diz respeito à maior autonomia que os indivíduos possuem nas sociedades comerciais. Nesses ambientes, ao avaliarem os sentimentos e comportamentos de estranhos, os indivíduos encontram-se em uma perspectiva mais distanciada, o que permite um julgamento mais neutro e equilibrado sobre as ações e sentimentos de seus pares. Como resultado, há uma chance elevada de as percepções e avaliações dos espectadores reais alinharem-se com

aquelas que um espectador imparcial teria. Seus julgamentos tendem a ser imparciais e equitativos, sem levar em conta particularidades dos observados, como fortuna, posição social hereditária, entre outros, justamente por não estarem a par desses detalhes. Ao desconsiderar esses elementos íntimos, cria-se um cenário propício a ser guiado por princípios universais.

De modo similar, já que cada pessoa não pode confiar na predisposição favorável daqueles ao seu redor para justificar seus erros ou ganhar vantagens, a abordagem mais eficiente para adquirir bens será consistentemente agir de maneira equilibrada e aceitável, aliada à prática da prudência. Nesses ambientes, conforme mencionado por Smith, o antigo provérbio que diz que a honestidade é sempre a melhor estratégia se prova frequentemente verdadeiro. Assim, nesses contextos, pode-se esperar um padrão elevado de retidão, o que é propício para a integridade da comunidade.

The success of such people, too, almost always depends upon the favour and good opinion of their neighbours and equals; and without a tolerably regular conduct these can very seldom be obtained. The good old proverb, therefore, that honesty is the best policy, holds, in such situations, almost always perfectly true. In such situations, therefore, we may generally expect a considerable degree of virtue; and, fortunately for the good morals of society, these are the situations of by far the greater part of mankind (TMS I.iii.3.5).

O autointeresse, sem dúvida, tem um papel central no funcionamento destas sociedades onde cada indivíduo atua como um tipo de comerciante. No entanto, embora cada um seja naturalmente inclinado a priorizar seus próprios interesses. “Every man is, no doubt, by nature, first and principally recommended to his own care; and as he is fitter to take care of himself than of any other person, it is fit and right that it should be so” (TMS II.ii.2.1). O ambiente das sociedades comerciais exige que se comporte de uma maneira que seja aceitável para os outros. Nas palavras de Adam Smith:

Though it may be true, therefore, that every individual, in his own breast, naturally prefers himself to all mankind, yet he dares not look mankind in the face, and avow that he acts according to this principle. He feels that in this preference they can never go along with him, and that how natural soever it may be to him, it must always appear excessive and extravagant to them. When he views himself in the light in which he is conscious that others will view him, he sees that to them he is but one of the multitude in no respect better than any other in it (TMS II.ii.2.1).

Isso acontece não só devido ao anseio de experimentar o deleite da simpatia recíproca ou ao desejo de ser reconhecido e elogiado pelos outros, pois o ambiente inerente a esta sociedade, onde um indivíduo inevitavelmente confia no fruto do labor dos outros, demanda esse comportamento.

Espectadores atentos desempenham um papel crucial, ao se opor e resistir a qualquer um que tente se autodenominar superior aos outros. Smith é claro sobre como a dinâmica dos participantes no mercado os incentiva a cultivar a habilidade do autocontrole. Nesse sentido:

The most vulgar education teaches us to act, upon all important occasions, with some sort of impartiality between ourselves and others, and even the ordinary commerce of the world is capable of adjusting our active principles to some degree of propriety (TMS III.iii.7).

Para Smith, “Our continual observations upon the conduct of others, insensibly lead us to form to ourselves certain general rules concerning what is fit and proper either to be done or to be avoided” (TMS III.iv.7). É importante sublinhar que, nestas comunidades onde cada indivíduo é, de certo modo, um mercador, identifica-se um aumento da liberdade e da igualdade. Afinal, sociedades que prezam pela igualdade e onde seus habitantes possuem vasta liberdade, são sem dúvida mais elevadas do ponto de vista ético.

4.3 Natureza Humana e o *Homo Economicus*

Adam Smith elaborou uma teoria sobre a natureza humana que influenciou diretamente as ideias morais e políticas de outros filósofos. Essa teoria estabelece limites para o que se pode esperar das pessoas e ajuda a definir objetivos morais e políticos. Smith, em *A riqueza das nações*, propõe uma visão que, embora baseada em observações empíricas, transcende a mera coleta de dados para explorar o que as pessoas poderiam aspirar ou alcançar sob diferentes condições de autoconhecimento ou sociais. Ele enfatiza a importância de considerar as aspirações humanas além das preferências expressas, sugerindo que a natureza humana inclui não apenas desejos manifestos, mas também potenciais não realizados.

Diferentemente de teorias que definem a natureza humana exclusivamente por comportamentos observados, Smith reconhece a capacidade das pessoas para ações desinteressadas e a busca por algo além de prazeres materiais. Ele utiliza a introspecção e a projeção imaginativa para interpretar motivações humanas, argumentando que compreender a natureza humana envolve reconhecer tanto as limitações quanto as aspirações que transcendem condições culturais e históricas (Fleischaker, 2004, p. 61).

Smith, seguindo seu professor Hutcheson, utiliza exercícios imaginativos para contestar a visão de que os seres humanos são puramente autointeressados, sugerindo que somos capazes de

admiração desinteressada pela virtude. Esta abordagem permite a Smith uma interpretação mais profunda da motivação humana, indo além da mera observação de ações para explorar o potencial humano para a benevolência, a justiça e a melhoria moral.

A teoria de Smith sobre a natureza humana, portanto, serve como um guia tanto para a compreensão do comportamento humano quanto para a formulação de teorias morais e políticas. Ao enfatizar a uniformidade humana como um princípio metodológico, Smith oferece um quadro para avaliar práticas sociais e instituições, distinguindo entre aquelas que frustram ou oprimem as inclinações naturais e aquelas que promovem o florescimento humano. Seus insights permanecem relevantes para a análise contemporânea da sociedade e da economia, desafiando-nos a considerar não apenas o que as pessoas fazem, mas o que elas poderiam fazer sob condições mais favoráveis de compreensão e organização social (Fleischaker, 2004, p. 64).

Smith reconhece que tanto o autointeresse quanto a benevolência variam em grau, enquanto um certo nível de autocuidado é moralmente obrigatório, o excesso de autointeresse, especialmente aquele que leva à violação da justiça ou dos laços de benevolência, é condenado. A benevolência, por sua vez, diminui à medida que se expande para círculos sociais mais amplos, mas mantém uma importância fundamental tanto para a experiência religiosa quanto para superar animosidades nacionais, apesar de ser mais fraca que o amor por familiares e amigos próximos³⁹.

Smith argumenta que a felicidade consiste em um equilíbrio entre tranquilidade e prazer, com um peso maior na tranquilidade e alcançada principalmente através do controle sobre a própria mente. Os bens materiais desempenham um papel secundário na felicidade, com as relações sociais e o amor e admiração merecidos de amigos sendo essenciais. A busca por bens materiais e status social é frequentemente uma distração, enquanto a verdadeira felicidade está mais relacionada ao autodesenvolvimento moral e ao gozo das artes, filosofia e ciência, que embora dependam de uma economia avançada para florescer, não são vistas como o único objetivo da realização humana. Smith apresenta uma visão complexa e social da natureza humana, que valoriza os bens morais e intelectuais acima dos materiais, e vê os seres humanos como seres sociais, morais e intelectuais complexos. Ele procura validar nossa intuição comum sobre a natureza humana, ao invés de oferecer uma teoria contraintuitiva, defendendo essa visão contra desafios e promovendo uma compreensão mais profunda do que significa viver bem⁴⁰.

³⁹ *Ibid.*, p. 67

⁴⁰ *Ibid.*, p. 70

Smith aborda a universalidade da natureza humana com uma abordagem que permite variações culturais e históricas significativas, sem cair na armadilha do etnocentrismo. Ele reconhece que, embora haja traços universais, como o autointeresse, a benevolência e a imparcialidade, a expressão e o equilíbrio desses traços variam amplamente entre diferentes sociedades e épocas. O autor escocês destaca ainda que a influência da cultura e da história nos padrões morais e nas concepções de felicidade, argumentando que os padrões de virtude, justiça e os elementos constituintes da felicidade são moldados por condições sociais e culturais específicas. Apesar de enfatizar a capacidade das pessoas para a virtude e a inteligência independentemente de sua origem, Smith também reconhece a realidade das desigualdades socioeconômicas, propondo medidas para mitigá-las e promover maior igualdade social (Fleischaker, 2004, p. 79).

Smith desafia a noção de que ele promove uma visão puramente autocentrada da natureza humana em *A riqueza das nações*, argumentando que tanto o autointeresse quanto a benevolência desempenham papéis cruciais na economia. Ele mantém uma visão consistente da natureza humana em suas obras, integrando considerações morais e econômicas sem recorrer a uma imagem unidimensional do homem econômico motivado apenas por interesses próprios. Ao contrário das interpretações que separam drasticamente o *homo economicus* do *homo moralis*, Smith vê uma transição natural entre essas facetas da humanidade, sugerindo que a ação econômica, assim como a ação moral, é influenciada por uma complexa mistura de motivações, incluindo, mas não se limitando ao autointeresse⁴¹.

Esta perspectiva equilibrada reflete o compromisso de Smith com uma metodologia baseada no senso comum e uma recusa em simplificar excessivamente a complexidade da natureza humana para fins teóricos. Longe de abandonar os princípios morais em favor de um rigor científico frio, Smith procura harmonizar as dimensões morais e econômicas da existência humana, argumentando que as mesmas características que nos tornam seres morais também nos guiam nas esferas econômicas. Ao fazer isso, ele oferece uma visão integrada da humanidade que resiste tanto à redução dos seres humanos a agentes de autointeresse quanto à negação da importância das motivações econômicas em nossas vidas⁴².

Adam Smith desenvolve sua teoria da justiça baseando-se na ideia de que a justiça é um grande conjunto de ações não especificadas que sobrevivem após a introdução de sanções que penalizam ações prejudiciais. A punição é proporcional ao dano causado e promove a compatibilidade de

⁴¹ *Ibid.*, p. 81

⁴² *Ibid.*, p. 82

incentivos, mas as pessoas não agem apenas por isso. A justiça, sendo uma virtude negativa, é definida por restringir ações que prejudicam os outros, definindo assim o que é propriedade e permitindo a liberdade de ação dentro de limites aceitáveis.

Smith argumenta que a beneficência e a justiça são fundamentais para a sociedade, mas a justiça é mais crítica para a sua sustentação. Sem justiça, a sociedade corre o risco de destruição, pois não pode subsistir onde há prontidão constante para prejudicar os outros. A beneficência é importante, mas não é essencial para a existência da sociedade como a justiça, que é o pilar que sustenta toda a estrutura social (Smith; Wilson, 2019, p. 221).

Em experimentos que expandem a escolha no contexto do jogo do ultimato, Smith explora como os indivíduos se autoselecionam entre equilíbrio game-teórico, beneficência e justiça. Surpreendentemente, a escolha pelo equilíbrio cai para o nível mais baixo já reportado, sugerindo que muitos mais participantes buscam o melhoramento mútuo fora do equilíbrio estrito, optando decisivamente por caminhos que refletem os princípios de justiça de Smith sobre a beneficência. Os resultados dos experimentos mostram que, embora a justiça seja preferida sobre a beneficência, a confiança e a cooperação não necessariamente aumentam quando os participantes têm a opção de punir injustiças, indicando que as expectativas sobre o comportamento dos outros e as normas sociais desempenham um papel crucial nas decisões de cooperação e punição⁴³.

Smith conclui que tanto a beneficência quanto a justiça são essenciais para o bem-estar socioeconômico humano, mas a justiça é a fundação sem a qual a sociedade não pode subsistir. Essa visão é evidenciada pelo comportamento dos participantes em seus experimentos, que optam por estratégias que alinham com os princípios de justiça de Smith, mesmo que isso signifique sacrificar ganhos pessoais imediatos pela sustentabilidade da cooperação e da ordem social.

A teoria da justiça de Adam Smith, desenvolvida em *A teoria dos sentimentos morais* e estendida em *A riqueza das nações*, baseia-se na ideia de que a justiça é a fundação da sociedade, mais crítica até do que a beneficência. A justiça, vista como uma virtude negativa, é definida pelas ações que não são realizadas - aquelas que não prejudicam os outros. Isso estabelece as bases para o conceito de propriedade e a liberdade de ação dentro de limites justos, sustentando a ordem liberal que permite a inovação e a descoberta. Smith argumenta que a sociedade não pode existir onde há disposição constante para prejudicar os outros e que, embora a sociedade possa subsistir sem beneficência, nunca sem justiça (Smith; Wilson, 2019, p. 225).

⁴³ *Ibid.*, p. 223

Em *A riqueza das nações*, Smith identifica a especialização e a divisão do trabalho como fontes de riqueza da sociedade, mas não como resultado de uma sabedoria humana intencional, mas sim de uma propensão natural para trocar, barganhar e trocar coisas. Esta propensão, junto com a necessidade de justiça, forma a base do progresso econômico e da ordem de mercado estendida. Smith vê o comércio e as trocas de mercado como extensões da socialidade humana, onde cada troca é uma ação de beneficência mutualmente vantajosa, limitada pelos princípios de justiça que definem as regras do jogo econômico.

Para Smith, a economia e a moralidade estão intrinsecamente ligadas, com a justiça servindo como o pilar que permite a liberdade de descoberta e a competição, fundamentais para o avanço e bem-estar socioeconômico. A integração de *A teoria dos sentimentos morais* com *A riqueza das nações* revela uma visão abrangente da sociedade humana, onde a economia é apenas uma parte de um todo interconectado, enfatizando a importância de entender ambos os trabalhos para apreciar plenamente a visão de Smith sobre a melhoria socioeconômica humana⁴⁴.

Em qualquer estudo sobre a natureza da economia e do comportamento humano, é inevitável esbarrar na concepção do autointeresse. Segundo Sen, George Stigler fez previsões audaciosas sobre a predominância do autointeresse, não apenas em questões econômicas, mas em várias esferas da vida humana.

Stigler não revela seus motivos para essa previsão, exceto sua crença de que esse resultado 'é o prevalente encontrado por economistas não apenas em uma ampla variedade de fenômenos econômicos, mas em suas investigações sobre relações conjugais, procriação, comportamento criminoso, religioso e outros comportamentos sociais também' (Sen, 2017, p. 34).

Apesar disso, é importante destacar que a crítica dirigida a essa visão não é uma negação absoluta do autointeresse como uma força motivadora, mas sim um questionamento sobre sua predominância. Uma análise mais profunda sugere que, embora o autointeresse possa ser uma motivação válida em muitos contextos, confiar exclusivamente nele como a única força motriz das ações humanas pode ser uma simplificação excessiva.

Vale a pena comentar — com o risco de se tornar repetitivo — que negar que as pessoas sempre se comportam de maneira exclusivamente autointeressada não é o mesmo que afirmar que elas sempre agem de forma altruísta, ou mesmo frequentemente (Sen, 2017, p. 35).

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 226-227

As complexidades do comportamento humano transcendem uma única motivação. Enquanto algumas circunstâncias podem nos empurrar para ações egoístas, outras nos conduzem em direção ao altruísmo ou à moralidade. A diversidade e adaptabilidade do comportamento humano ressaltam a necessidade de uma abordagem mais matizada para entender as ações humanas em diferentes cenários.

Existem, claro, boas razões para acreditar que as pessoas podem, sob certas circunstâncias, comportar-se de maneira bastante egoísta, e em outros contextos, elas podem se comportar de maneira bastante altruísta.⁴⁵

Ao considerar a rica tapeçaria do comportamento humano, é crucial resistir à tentação de simplificar excessivamente por conveniência. As teorias baseadas no autointeresse, embora possam fornecer *insights* valiosos em certos domínios, falham em capturar a plenitude da experiência humana.

Tanto quanto uma teoria econômica baseada na suposição de maximização do autointeresse pode ser útil para algumas aplicações, uma descrição mais realista do comportamento humano exigiria um retrato muito mais complexo e variável do comportamento humano.⁴⁶

Conforme desenhado nesse trabalho, a imagem do homem econômico, serve como uma representação simplista de um agente que age exclusivamente sob impulsos racionais e autointeressados para maximizar sua própria utilidade. Esta concepção tem dominado muitos debates e discussões, especialmente nas esferas de teoria econômica e política pública. No entanto, a visão oferecida pelos escritos de Adam Smith sugere uma compreensão muito mais rica e complexa da natureza humana.

Smith identifica duas disposições ou princípios universais – a disposição para trocar bens ou oratória e o "desejo de melhorar nossa condição", que é "universal, contínuo e ininterrupto" – como as fontes da opulência. A disposição para trocar é a fonte da divisão do trabalho, e a disposição para autoaperfeiçoamento é a fonte de poupança e investimento. Ambas são comuns a todos os indivíduos, ricos e pobres, holandeses e chineses, o soberano, o filósofo e o carregador. No entanto, são disposições que podem facilmente ser desencorajadas ou obstruídas. A constituição humana, tanto na vida econômica quanto na moral, e em "The Wealth of Nations" como em "The Theory of Moral Sentiments", é um teatro de princípios conflitantes e competitivos (Rothschild; Sen, 2006, p. 324).

⁴⁵ *Ibid.*, p.36

⁴⁶ *Ibid.*, p.37

Desse modo, é evidente que Smith percebia os seres humanos como entidades complexas, cujas ações e motivações são moldadas por uma série de disposições, algumas das quais podem até mesmo estar em conflito entre si. Ele reconheceu que, além do mero autointeresse, os seres humanos são impulsionados por uma série de outras motivações, incluindo o desejo de autoaperfeiçoamento e a necessidade inerente de conexão social e troca. Esta compreensão é essencial para uma análise aprofundada dos sistemas econômicos e das interações humanas que neles ocorrem.

Em conclusão, os escritos econômicos de Smith apresentam uma visão sutil e diversa das motivações individuais. [...] A racionalidade é um exercício de raciocínio, avaliação e escolha, não uma fórmula fixa com um maximando pré-especificado (Rothschild; Sen, 2006, p. 357).

Essa ideia é uma das críticas fundamentais à concepção estereotipada do *Homo Economicus*: a ideia de que a racionalidade humana é simplesmente um processo mecanizado de maximização de utilidade. Smith argumenta que a racionalidade é muito mais do que isso - é um processo dinâmico de reflexão, avaliação e escolha, muitas vezes influenciado por uma miríade de fatores além do mero autointeresse.

Há pouco nos escritos de Smith sobre assuntos econômicos que corresponda ao dogma atemporal e universal do autointeresse ou do homem econômico racional (Rothschild; Sen, 2006, p. 362).

Portanto, aqui vemos uma clara divergência entre a interpretação popular e simplista do *Homo Economicus* e a perspectiva mais ampla de Smith sobre a natureza humana. Ao contrário da imagem de um agente puramente auto interessado e racional, Smith apresenta um retrato de seres humanos que são influenciados tanto pela razão quanto pela emoção, pela lógica e pela paixão.

A racionalidade é, em geral, para Smith, uma condição sociável e discursiva. [...] Todo o sistema mercantil, com suas colônias e impérios, é um monumento à irracionalidade, o resultado da avidez, da tolice e da injustiça.⁴⁷

Esta observação serve como um lembrete de que os sistemas econômicos, em sua essência, são construções humanas. Como tal, eles refletem não apenas nossa capacidade de raciocínio e lógica, mas também nossas falhas, emoções e, em muitos casos, nossa irracionalidade. A obra de Adam

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 362-363

Smith revela uma compreensão muito mais rica do comportamento humano, abrangendo não apenas o autointeresse, mas também virtudes como simpatia e autodisciplina.

Como Smith explica em *The Theory of Moral Sentiments*, prudência é 'a união' das duas qualidades de 'razão e entendimento', de um lado, e 'autocontrole' de outro. A noção de 'autocontrole', que Smith tirou dos Estóicos, não é, em nenhum sentido, idêntica a 'autointeresse' ou ao que Smith chamava de 'amor-próprio' (Sem, 2017, p. 38).

O ponto crucial é que, enquanto o autointeresse pode ser uma motivação válida em determinadas situações, não é a única. A diversidade de motivações humanas e as nuances de nosso comportamento tornam essencial abordar questões econômicas e sociais com uma mente aberta e reflexiva.

Mas há muitas outras atividades dentro e fora da economia em que a simples busca do autointeresse não é o grande redentor, e Smith não atribuiu um papel geralmente superior à busca do autointeresse em nenhum de seus escritos (Sen, 2017, pp. 40-41).

Certamente, o autointeresse é uma característica inerente ao ser humano e frequentemente atua como uma força motivadora vigorosa em diversas situações. Contudo, reduzir o comportamento humano a meras questões de autointeresse é uma simplificação excessiva. A natureza multifacetada e profunda da psicologia e da sociologia humanas revela que nossas motivações são variadas, interligadas e muitas vezes complexas.

Analisando a profundidade do pensamento de Adam Smith e a amplitude de suas implicações, percebemos que suas análises sobre a natureza humana e suas ações no mercado podem transcender os limites da economia e ressoar nas mais variadas esferas da existência, uma vez que o estudo da natureza humana é objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento. As análises de Smith que tangenciam esse tema são claras e ponderadas, suas observações sobre o autointeresse e a capacidade inerente de simpatia e cooperação, não se restringem apenas ao mercado, mas refletem uma essência maior da vida como um todo. Seu entendimento sobre o comportamento humano é, em muitos aspectos, por exemplo, paralelo às observações sobre a evolução das espécies (Darwin, 2004, pp. 91-92), ambos perceberam que a vida, seja no mercado ou na natureza, é regida por uma mistura de competição e cooperação.

Ao analisar a maneira como os seres humanos operam no mercado, Smith nos dá uma janela para compreender os princípios fundamentais que regem a vida no nosso planeta. Quando ele fala de autointeresse, não está apenas referindo-se ao comerciante que busca lucro, mas também ao impulso

primordial que direciona todos os seres vivos a procurar a sobrevivência. Da mesma forma, quando Smith discorre sobre a simpatia e a importância das conexões sociais, ele ecoa a tendência inata de inúmeras espécies em formar alianças e colaborações para melhorar suas chances de sucesso em ambientes adversos.

A obra de Smith não é, portanto, apenas uma exploração da economia, mas uma reflexão filosófica sobre a natureza da vida. Ele nos convida a reconhecer que as forças que impulsionam o mercado são as mesmas que têm moldado a evolução da vida na Terra por milhões de anos. Assim, suas ideias têm o potencial de reverberar não apenas nas salas de aula de economia, mas em todos os campos do conhecimento que buscam compreender a essência e o propósito da existência. A visão de Smith sobre o ser humano e suas ações no mercado é uma representação microcós mica da grande dança da vida. E ao mergulhar em suas análises, somos levados a ponderar sobre as maravilhas e complexidades da existência, fazendo de Smith não apenas um economista, mas um dos maiores filósofos.

Adam Smith desenvolve sua teoria da justiça com base em duas proposições fundamentais relacionadas à injustiça, que contrastam com suas ideias sobre a beneficência. Enquanto a beneficência está ligada à propriedade e ao comportamento adequado, a injustiça envolve a impropriedade e ações motivadas de forma inadequada que tendem a ser prejudiciais, merecendo punição devido ao ressentimento que provocam. Smith argumenta que a omissão em cometer ações prejudiciais não merece recompensa, assim como a falha em ser benéfico não é motivo para punição.

O ressentimento, segundo Smith, é fundamental para o surgimento da justiça e da propriedade, emergindo da experiência humana. Ele é reservado para a defesa contra injustiças e protege contra ações deliberadamente prejudiciais, incentivando o arrependimento nos infratores e o temor em potenciais agressores. A justiça, assim, é vista como uma virtude negativa, definida pela restrição de ações que prejudiquem o próximo, delineando o que é permitido dentro de uma sociedade. O filósofo escocês afirma que a justiça define a propriedade, dando a liberdade para agir de qualquer maneira que não esteja especificamente proibida (Smith; Wilson, 2019, p. 217).

Smith também discute a proporcionalidade entre o crime e a punição, relacionando-a à intensidade do ressentimento provocado pela injustiça. Ele explica que crimes mais graves, como o assassinato, merecem punições mais severas, como a pena de morte, enquanto infrações menos graves, como o roubo ou a violação de contrato, recebem punições correspondentes à sua gravidade. Essa distinção é baseada na experiência humana universal da assimetria entre ganhos e perdas, em

que ser privado de algo já adquirido é percebido como uma perda maior do que ser privado de um ganho potencial.

Smith fundamenta a distinção entre infrações criminais e civis nesse princípio de assimetria, ressaltando que o roubo é tratado como uma infração criminal devido ao impacto direto e tangível na vítima, enquanto violações de contrato são consideradas infrações civis, sujeitas a recuperação, mas não criminalizadas. Esse entendimento reflete a percepção de Smith sobre a importância da justiça em proteger os indivíduos e manter a ordem social, bem como a base psicológica e social para a distinção entre diferentes tipos de infrações (Smith; Wilson, 2019, p. 219).

Após a morte de Adam Smith, seu legado foi recebido e interpretado de maneiras diversas, refletindo a complexidade e a amplitude de suas ideias. A defesa do recharter da Companhia Britânica das Índias Orientais por Henry Dundas, apesar de sua familiaridade com as críticas de Smith à companhia, exemplifica como até os que conheciam bem Smith podiam desconsiderar suas perspectivas quando estas entravam em conflito com interesses políticos ou econômicos imediatos. Esta situação ilustra uma lição fundamentalmente smithiana: as pessoas tendem a se apegar às ideias que se alinham com seus próprios projetos e preconceitos, ignorando aquelas que exigem uma revisão significativa de suas crenças e ações.

Há relativa dificuldade em se categorizar Smith como conservador ou liberal, direita ou esquerda, isso porque as políticas e reformas que ele defendeu não se encaixam facilmente nas divisões políticas contemporâneas, refletindo uma abordagem mais preocupada com os efeitos práticos e com a realidade empírica do que com a adesão a uma ideologia específica. Smith via a economia e a moralidade como entrelaçadas, com uma ênfase na simpatia pelos pobres e na crítica às desigualdades, ao mesmo tempo em que valorizava a liberdade individual e o ceticismo em relação a mudanças radicais e à intervenção governamental excessiva (Fleischaker, 2004, p. 261).

A complexidade do pensamento de Smith e a diversidade de interpretações que ele inspirou desde sua morte, especialmente em relação a questões como a pobreza, o livre comércio e a intervenção do governo na economia, refletem a riqueza de suas ideias e sua relevância contínua para debates contemporâneos. Ao mesmo tempo, a dificuldade em aplicar suas ideias diretamente a questões modernas, devido às diferenças históricas e conceituais, sugere a importância de abordar seu trabalho com uma apreciação de seu contexto e com um olhar crítico sobre como suas ideias podem ser adaptadas ou reinterpretadas para enfrentar desafios atuais.

Embora possa ser tentador procurar em Smith um endosso inequívoco para políticas específicas hoje, tal abordagem subestima a complexidade de seu pensamento e a necessidade de

considerar as mudanças nas circunstâncias sociais e econômicas desde sua época. Em vez disso, aprender com Smith hoje envolve engajar-se com suas ideias de maneira reflexiva e crítica, reconhecendo tanto seus *insights* duradouros quanto os limites de sua aplicabilidade direta aos desafios contemporâneos (Fleischaker, 2004, p. 264). A interação entre a filosofia e as ciências sociais, conforme exemplificada na obra de Adam Smith, destaca a importância de uma abordagem integrada que permita a aplicação de princípios filosóficos ao estudo das estruturas sociais e históricas. Smith não só emprega sua compreensão filosófica para validar decisões econômicas cotidianas e criticar preconceitos populares, mas também utiliza sua teoria da projeção imaginativa para fomentar a simpatia pelos pobres, proporcionando assim um modelo de como o conhecimento filosófico pode orientar a pesquisa em ciências sociais.

Esta integração se mostra crucial em face dos desafios contemporâneos, onde as estruturas econômicas e os papéis governamentais evoluem em resposta a mudanças nas condições históricas e tecnológicas. Smith, ao reconhecer a necessidade de adaptação das teorias econômicas às circunstâncias variáveis, sugere que uma compreensão filosófica profunda pode guiar a análise de questões sociais, enquanto as ciências sociais podem oferecer conteúdo e contexto aos princípios filosóficos⁴⁸.

A obra de Smith, particularmente *A riqueza das nações*, serve como um modelo para o diálogo entre filosofia e ciências sociais, mostrando como a filosofia pode informar e ser informada pela análise empírica da sociedade. Este diálogo é essencial para abordar questões políticas reais de maneira eficaz, reconhecendo que a filosofia, por si só, pode estar muito distante dos detalhes da vida cotidiana para fornecer respostas práticas a questões políticas sem o complemento das ciências sociais.

No contexto atual, em que a complexidade tecnológica e as mudanças rápidas desafiam as noções tradicionais de economia de mercado e justiça distributiva, a abordagem integrativa de Smith oferece uma lição valiosa. O autor nos lembra da necessidade de uma reflexão filosófica informada pela realidade empírica e da importância de políticas governamentais que respondam adequadamente às necessidades e desafios sociais contemporâneos, mantendo um compromisso com os princípios de liberdade e justiça⁴⁹.

Portanto, aprender com Smith hoje envolve não apenas a apreciação de suas ideias no contexto de seu tempo, mas também a aplicação de seu modelo de integração entre filosofia e ciências sociais

⁴⁸ *Ibid.*, p. 267

⁴⁹ *Ibid.*, p. 270

para abordar os desafios complexos da sociedade moderna. Isso exige um compromisso contínuo com o diálogo entre disciplinas, a fim de desenvolver políticas que promovam o bem-estar social dentro de um quadro de justiça e liberdade econômica.

A abordagem de Adam Smith relativa à economia e à sociedade, como discutida no trecho, sublinha a importância de abordar questões socioeconômicas contemporâneas com uma perspectiva equilibrada e baseada na realidade prática, evitando soluções ideológicas extremas. Seguindo o autor escocês, tanto cientistas sociais quanto ativistas políticos são encorajados a adotar uma atitude moderada e baseada em fatos, pois reconhecem a complexidade das questões econômicas e a necessidade de soluções pragmáticas que considerem os interesses e o bem-estar de todos os envolvidos (Fleischaker, 2004, p. 273).

Em relação aos problemas causados por grandes corporações, como danos ambientais e o impacto de realocações de empresas em comunidades locais, um seguidor de Smith poderia argumentar pela necessidade de compreender profundamente as consequências dessas ações e buscar maneiras de mitigá-las sem recorrer automaticamente a intervenções governamentais pesadas ou à demonização das corporações. Isso incluiria explorar soluções que incentivem a responsabilidade corporativa e promovam a sustentabilidade ambiental e econômica.

Além disso, a sugestão de fortalecer sindicatos por meio da oferta de seguros de desemprego, programas de requalificação profissional e outros benefícios reflete um enfoque smithiano na autonomia e no apoio mútuo dentro da comunidade de trabalhadores. Essa abordagem não apenas ajudaria a proteger os trabalhadores das consequências negativas das práticas corporativas, mas também aumentaria seu poder de negociação e influência política de maneira construtiva.

Smith também enfatiza a importância da educação e da informação como fundamentais para o funcionamento eficaz de uma economia de mercado, sugerindo que o governo tem um papel vital em garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade e informações confiáveis. Isso é crucial em uma era de tecnologia complexa, onde os consumidores e trabalhadores precisam de conhecimento especializado para tomar decisões informadas (Fleischaker, 2004, p. 276).

Portanto, aprender com Smith hoje implica reconhecer a complexidade das questões socioeconômicas modernas e buscar soluções equilibradas que respeitem a dignidade e a independência dos indivíduos, promovam a justiça social e econômica e considerem a sustentabilidade a longo prazo. Isso requer uma abordagem pragmática e baseada em fatos, alinhada com os princípios smithianos de moderação, simpatia e um compromisso profundo com o bem-estar comum.

Com base nas reflexões finais sobre as contribuições de Adam Smith para a compreensão das questões socioeconômicas contemporâneas, é evidente que Smith oferece uma rica fonte de sabedoria prática e filosófica que transcende divisões ideológicas. Ao considerar soluções para problemas como danos ambientais e as consequências econômicas de grandes corporações relocando suas operações, um seguidor de Smith, seja de inclinação esquerdista ou não, é encorajado a buscar abordagens equilibradas e fundamentadas na realidade concreta. Isso inclui reconhecer a complexidade das relações corporativas e econômicas, bem como a necessidade de soluções pragmáticas que respeitem tanto a dignidade e autonomia dos indivíduos quanto o bem-estar coletivo⁵⁰.

Propostas como leis de fechamento de plantas que minimizem o choque econômico local, a consideração de monopólios e monopsonios em leis antitruste, e a introdução de estruturas bicamerais de governança corporativa que incluam representantes dos trabalhadores e da comunidade, refletem um desejo de abordar problemas socioeconômicos de maneira justa e eficaz, sem recorrer automaticamente a intervenções governamentais pesadas ou à desregulamentação completa. Essas propostas ilustram uma abordagem pragmática e baseada em princípios que valoriza a responsabilidade social corporativa, a proteção ambiental e a estabilidade econômica local.

Além disso, Smith nos lembra da importância da educação, da informação e da participação cívica como fundamentais para uma sociedade justa e funcional. Ele argumenta que o governo tem um papel essencial em garantir o acesso à educação de qualidade e informações confiáveis, o que é crucial em uma era de tecnologia complexa e mercados globalizados (Fleischaker, 2004, p. 280).

Portanto, aprender com Smith hoje significa abraçar uma abordagem sobre política e sobre economia baseada na compreensão profunda da natureza humana, seja pela simpatia, seja pelo pragmatismo. Significa também reconhecer que soluções eficazes para os desafios socioeconômicos contemporâneos requerem um equilíbrio entre a autonomia individual e a ação coletiva, entre o mercado livre e a regulação governamental, e entre o progresso econômico e a sustentabilidade ambiental. A sabedoria de Smith nos encoraja a buscar soluções que promovam a justiça, o *fair play* e o bem-estar comum, guiando-nos por princípios de moderação, respeito pelas tradições e por uma abertura à mudança gradual e bem consistente (Fleischaker, 2004, p. 281).

⁵⁰*Ibid.*, p. 279

5. CONCLUSÃO

O ano de 2023 marcou o 300º aniversário do nascimento de Adam Smith, tido por muitos como o “pai da economia”. A obra de Smith, fundamentada que é tanto em escritos morais quanto políticos importantes, estabeleceu-se na história do pensamento econômico, e porque não dizer filosófico, como um importante contributo, por exemplo, do pensamento iluminista escocês e, em sentido amplo, para o europeu. Isto posto, é em torno do estabelecimento de uma relação profunda entre duas das mais proeminentes obras do autor escocês, *Teoria dos sentimentos morais* (TSM) e *em Riqueza das nações* (RN).

Pelo que pudemos depreender da leitura dessas obras, vimos que a RN figura como extensão da TSM, e que, em razão dessa relação e de seus senões, o entendimento delas passa necessariamente pela compreensão de que devem ser entendidas em conjunto. Assim, vimos o lugar de uma possível e plausível leitura, revisão e análise que vise encontrar uma unidade sólida e representativa de uma das expressões do pensamento smithiano em torno de questões como ética, moral, economia, trabalho, liberdade, troca, divisão do trabalho, entre outros.

Para forjar um objeto autônomo para a ciência econômica, Smith estabeleceu de modo indutivo em RN um estudo sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, enquanto na TSM tratou de seus posicionamentos sobre a ética. De certo modo, o método indutivo utilizado por Smith, pelo qual estabeleceu as balizas da economia, contribuindo assim para a emancipação desta em relação à filosofia moral, sem, contudo, desassociá-las. Uma das implicações desse ponto de vista é pensar, por exemplo, que uma leitura apressada e não relacional da obra desse autor escocês leva a equívocos estruturais se não pensadas a partir dessas relações, isto é, em lugar de textos e escritos seus fragmentados, vimos que somente uma leitura na perspectiva de uma dimensão integral dessas obras pode nos oferecer os aportes necessários a uma pesquisa mais eficaz.

A partir disso, isto é, das interrelações oriundas da análise dessas duas obras, é que podemos direcionar o olhar para questões que envolvem, por exemplo, quais as contribuições de Smith para o surgimento, desenvolvimento e estabelecimento do discurso econômico tal e qual se desenha ao longo de sua obra; se há de fato uma tentativa desse autor de emancipar a economia da filosofia moral, ou mesmo, e até certo ponto, discutirmos se as interpretações em torno da obra do autor correspondem ou não a determinadas expectativas mínimas.

Há, de modo geral, uma apropriação seletiva da obra de Smith, sobretudo no que diz respeito às suas teses na área da economia, o que decorre, em regra, de interpretações equivocadas e de um

certo distanciamento das condições de produção desse discurso como um todo. Um dos exemplos mais marcantes dessa leitura fragmentada de seus textos é a interpretação corriqueira de Smith como um intransigente defensor do livre mercado e da não intervenção do Estado, cuja função seria nula diante das forças do mercado, principalmente quando associadas no ocidente a movimentos de desregulamentação e privatizações. Tudo isso mostra que uma leitura unitária do texto smithiano é não só importante quanto necessária, uma vez que ela nos permite enxergar uma vasta gama de temas possíveis, a serem suscitados por nossa vivência como *homo economicus*.

Além disso, podemos apontar que Smith não limitou sua investigação ao autointeresse ou à mecanização da troca de mercado; antes, em uma direção mais ampla, ele procurou entender a complexa tapeçaria da interação social, onde os fios da moralidade, sociedade e economia se entrelaçam de maneira inseparável. Seu legado não reside apenas na identificação do autointeresse como uma força motriz no mercado, mas na sua profunda compreensão de que as ações humanas são guiadas por um espectro mais amplo de motivações, incluindo a simpatia, a necessidade de reconhecimento e a busca por justiça. Essa visão holística destaca a natureza multidimensional do comportamento humano, sugerindo que a economia, longe de ser um domínio autônomo, é profundamente enraizada no tecido social e moral da existência humana.

Ao partirmos da análise dos argumentos interpostos tanto em RN quanto na TSM, observamos aspectos variados de sua construção e contribuição teóricas. Num deles, e sobretudo na RN, a partir das bases teóricas do conceito de *mão invisível*, por exemplo, vimos que uma sociedade forjada por princípios como trabalho e troca pode resultar em uma nação mais rica, e não só isso: uma nação mais pujante e desenvolvida. Lembrando que tais conquistas têm como condição uma perspectiva econômica marcadamente liberal e mercadológica. Em outras palavras, condições objetivas de possibilidade de determinados alcances só são possíveis com o surgimento e desenvolvimento de economias de mercado.

Em outro aspecto, Smith visou harmonizar o desejo da vantagem individual à uma finalidade moral e ética que, aliada à economia, fosse capaz de atingir o bem social comum, o que é demonstrado em ambas as obras. O entrecruzamento das duas obras mostra que, no que diz respeito à questão de uma possível separação entre a reflexão econômica e filosofia moral, não observamos dualismos mais substanciais, o que, em sentido estrito, permite-nos afirmar, do ponto de vista smithiano, uma não emancipação da economia em relação à filosofia moral.

Smith incorporou à sua obra os mais diferentes temas, chegando a tratar de questões como a natureza do processo civilizatório, por exemplo. Vimos isso ocorrer no seu objetivo de conciliar

virtudes cívicas ao desenvolvimento do comércio, como forma de rompimento com as posições econômicas, morais, éticas e sociais de sua época. Dominantes nessa esteira, reafirmamos a importância de uma abordagem de caráter holístico e unitário da obra desse autor. Trata-se, pois, de um passo analítico importante diante do abismo criado entre RN e TSM.

Smith enfatizou também a importância de considerar a economia dentro de um contexto mais amplo de interações sociais e morais, argumentando que as decisões econômicas não podem ser adequadamente compreendidas ou avaliadas isoladamente de suas implicações éticas e comunitárias. Ao abordar questões contemporâneas, como o impacto ambiental das práticas corporativas ou o deslocamento econômico causado pela globalização, os insights de Smith oferecem uma orientação valiosa. Ele nos encoraja a buscar um equilíbrio prudente entre eficiência econômica e responsabilidade ética, reconhecendo que soluções sustentáveis exigem um compromisso com a justiça social e a preservação do meio ambiente, além da mera maximização do lucro.

As propostas de Smith para mitigar os efeitos adversos do capitalismo, como a implementação de leis de fechamento de plantas e a reforma das leis antitruste para abordar monopólios e monopsonios, refletem sua compreensão de que a economia deve servir ao bem-estar geral da sociedade, e não apenas aos interesses de uma elite econômica. Essas propostas evidenciam um reconhecimento da necessidade de estruturas que promovam a justiça econômica e protejam as comunidades locais dos efeitos negativos das dinâmicas de mercado desreguladas.

Além disso, a ênfase de Smith na educação e na informação como fundamentais para o bem-estar social ressalta a importância de investimentos em capital humano e infraestrutura social para a criação de uma sociedade justa e próspera. Em uma era marcada por rápidas mudanças tecnológicas e desafios globais, o acesso à educação de qualidade e a informações confiáveis são mais críticos do que nunca, permitindo que indivíduos e comunidades participem plenamente da vida econômica e política e tomem decisões informadas sobre seu futuro.

Portanto, aprender com Adam Smith no século XXI significa reconhecer a rica complexidade do comportamento humano e a interdependência das esferas moral, social e econômica. Significa abraçar uma abordagem à política e à economia que seja informada por uma compreensão profunda da natureza humana, valorizando tanto a liberdade individual quanto a responsabilidade coletiva. Significa também reconhecer a necessidade de soluções políticas e econômicas que sejam equilibradas, justas e sustentáveis, promovendo o bem-estar de todos os membros da sociedade, e não apenas de uma minoria privilegiada.

A sabedoria de Smith nos desafia a buscar soluções que equilibrem eficiência econômica com justiça social, que respeitem a dignidade e a autonomia dos indivíduos enquanto promovem o bem comum. Ele nos lembra da importância da moderação, da empatia e do respeito mútuo na formulação de políticas econômicas e sociais. Ao aplicarmos os princípios smithianos aos desafios contemporâneos, somos encorajados a desenvolver políticas que reconheçam a complexidade das questões econômicas e sociais e que busquem promover uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Em suma, o legado de Adam Smith transcende a análise econômica para oferecer uma visão filosófica abrangente da sociedade. Suas ideias nos encorajam a abordar os desafios econômicos e sociais com uma perspectiva equilibrada e baseada na realidade prática, buscando soluções que promovam a justiça, a liberdade e o bem-estar para todos.

REFERÊNCIAS

ANSPACH, R. The Implications of the Theory of Moral Sentiments for Adam Smith's Economic Thought. **History of Political Economy**, 1972, pp. 176 – 206. [Tradução nossa].

BAKER, Jennifer; WHITE, Mark. **Economics and the Virtues: Building a New Moral Foundation**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 83. [Tradução nossa].

BAUM, Sandy. Poverty, Inequality, and the Role of Government: What Would Adam Smith Say? In: **Eastern Economic Journal**. London: Palgrave Macmillan Journals, Vol. 18, n. 2, 1992. pp. 143-156. [Tradução nossa].

BIANCHI, A. M.; SANTOS, A. Adam Smith: filósofo e economista. **Cadernos IHU Ideias**, v. 35, n. 3, 2005.

BRADY, M. E. **Adam Smith's Prudence (self-interest-self-love) was the bedrock Foundation and Necessary Condition for the attainment of all other Virtues in The Theory of Moral Sentiments and The Wealth of Nations**. California State University, California, 2018. [Tradução nossa]

BUCHANAN, James M. **The Collected Works of James M. Buchanan, Vol. 3. The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy, with a Foreword by Robert D. Tollison**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999, p. 182. [Tradução nossa].

CANNAN, E. Introdução. In: **The Wealth of Nations: investigação obre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e o Surgimento do Discurso Econômico. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, 2004.

CERQUEIRA, Hugo. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese - Rev. de Filosofia**, v. 32, n. 103, p. 181–202, 2005.

CERQUEIRA, Hugo. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 35, n. 111, p. 57-86, 2008.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 1-28, 2005.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **O Discurso Econômico e suas Condições de Possibilidade**. Texto para discussão; 143. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DE WAAL, Frans. **The age of empathy: Nature's lessons for a kinder society**. New York: Three Rivers Press, 2009, p. 78-9. [Tradução nossa].

DE WAAL, Frans. The Antiquity of Empathy. In: **Science, New Series**, Washington: American Association for the Advancement of Science, Vol. 336, N. 6083, 2012, pp. 874-876. [Tradução nossa].

DEIGH, J. Empathy and Universalizability. In: **Ethics**, 1995, p. 759. [Tradução nossa].

DOBB, Maurice. **Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith**. Tradução de Álvaro de Figueiredo. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

DOOLEY, Peter C. **The Labour Theory of Value Routledge Frontiers of Political Economy**. Illustrated edition, Routledge, 2005, p.84. [Tradução nossa].

DORSEY, Dale. **Francis Hutcheson**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2021 Edition), Edward N. Zalta, 2021. [Tradução nossa].

DUMONT, L. **Homo aequalis. Génesis y apogeo de la ideología econômica**. Trad. J. Aranzadi, Madrid, 1982. [Tradução nossa].

EVENSKY, Jerry. **Adam Smith's Moral Philosophy: a historical and contemporary perspective on markets, law, ethics, and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 5. [Tradução nossa].

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1962. [Tradução nossa].

FRIEDMAN, M. Adam Smith's Relevance for Today. In: **Challenge**, Vol. 20, N. 1, 1977, pp.6-12. [Tradução nossa].

FLEISCHACKER, Samuel. **On Adam Smith's 'Wealth of nations': a philosophical companion**. Princeton. Princeton University Press, 2004. [Tradução nossa].

GANEM, A. **Economia e Filosofia: Tensão e Solução na Obra de Adam Smith**. Revista de Economia Política, v. 22, n. 4, 2002.

GLAZE, Simon. **Beyond rationalist orthodoxy: towards a complex concept of the self in IPE**. 2009. Tese de Doutorado. University of Birmingham.

GORDON, Barry. **Economic analysis before Adam Smith: Hesiod to Lessius**. London, 1975, p.5. [Tradução nossa].

GRAMPP, William. **Adam Smith and the Economic Man**. Journal of Political Economy. The University of Chicago Press, 1948 [Tradução nossa].

GRAY, Alexander. **The Development of Economic Doctrine**. London, Longmans. 1931. [Tradução nossa].

GREGG, Samuel. **The Commercial Society: foundations and challenges in a global age**. Lanham: Lexington Books, 2007. [Tradução nossa].

GRICE-HUTCHINSON, M. **The School of Salamanca: Readings in Spanish Monetary Theory, 1544–1605**. Oxford: Clarendon Press, 1952, p.1; p.40.

GRISWOLD, C. **Adam Smith, and the Virtues of Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 71-72. [Tradução nossa].

HAUSMAN, Daniel M. **Philosophy of Economics**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2021 Edition). Edward N. Zalta (ed.), 2021. [Tradução nossa].

HAYEK, Friedrich. **Individualism and Economic Order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948. [Tradução nossa].

HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Oxford Clarendon Press, 1909. [1651]. [Tradução nossa].

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HUTCHESON, Francis. **A System of Moral Philosophy**. John Adams Library, BRL, 1755. [Tradução nossa].

HUTCHESON, Francis. **An inquiry into the Original of our ideas of beauty and Virtue**. Indianapolis: Liberty Fund, 2008. [Tradução nossa].

INGRAM, John. **A History of Political Economy**. A. and C. Black, 1888. [Tradução nossa].

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London: Macmillan, 1936. Retrieved from ISN ETH ZURIC - International Relations and Security Network - Primary Resources. 2008. [Tradução nossa].

KNIES, Karl. **Die politische oekonomie vom standpunkte der geschichtlichen method** (the political economy from the point of view of Historical Method). 1953. [Tradução nossa].

LANGE, Friedrich Albert. **History of Materialism**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner and Co. Ltd, 1925. [Tradução nossa].

LEVINE, David. **Is Behavioral Economics Doomed? The Ordinary versus the Extraordinary**. Cambridge: Open Book Publishers, 2012, p. 125. [Tradução nossa].

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas: ou vícios privados, benefícios públicos**; traduzido por Bruno Costa Simões. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017. p. 28; p. 30; p. 412.

MATTOS, Laura Valadão, 2005. Mill's Transformational View of Human Nature, History of Economic Ideas, Fabrizio Serra Editore, **Pisa - Roma**, vol. 13(3), pages 33-55. [Tradução nossa].

MEHTA, Pratap Bhanu. Self-Interest and Other Interests. In: **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge University Press, 2006. [Tradução nossa].

MEEK, Ronald L. **Smith, Marx, & After: Ten Essays in the Development of Economic Thought**. Springer-Science+Business Media B.V., 1977. [Tradução nossa].

MILL, John Stuart. **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy**. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer. 1874. Second Edition. Batoche Books Kitchener, 2000. [Tradução nossa].

MILLAR, John. **An Historical View of the English Government, From the Settlement of the Saxons in Britain to the Revolution in 1688**. Indianapolis: Liberty Fund, 2006. p. 404. [Tradução nossa].

MONTES, L. **Newtonianism and Adam Smith**. In: The Oxford Handbook of Adam Smith. Oxford: Oxford University Press, 2013. [Tradução nossa].

MORGAN, Mary S. Economic Man as Model Man: Ideal Types, Idealization and Caricatures. In: **Journal of the History of Economic Thought**, v. 28, n. 01, março de 2006. [Tradução nossa].

MORROW, G.R. The Significance of the Doctrine of Sympathy in Hume and Adam Smith. **The Philosophical Review**, v. 32, n. 1, p. 60-78, 1923. [Tradução nossa].

NETTELS, C. P. British Mercantilism and the Economic Development of the Thirteen Colonies. In: **The Journal of Economic History**, Vol. 12, n. 2, 1952. [Tradução nossa].

NOHARA, S. Adam Smith on Self-interest. In: S. Egashira et al. (Eds.) **A Genealogy of Self-Interest in Economics**. Springer Nature Singapore. 2021. [Tradução nossa].

OKAN, Ecen. How did it all begin? Adam Smith on the early and rude state of society and the age of hunters. In: **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 24, n. 6, 2017. [Tradução nossa].

PAGANELLI, Maria Pia. **The Routledge Guidebook to Smith's Wealth of Nations**. Routledge, 2019. [Tradução nossa].

PASCHOAL, Daniel Vítor. A natureza e as implicações morais do agir econômico em Adam Smith. **Annales Faje**, v. 5, n. 3, p. 173-183, 2020.

PERSKY, Joseph. Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. In: **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 9, n. 2 (Spring, 1995), pp. 221-231, p. 221. [Tradução nossa].

PESCIARELLI, E. Aspects of the Influence of Francis Hutcheson on Adam Smith. **History of Political Economy**. v. 31, n. 3, p. 525-545, 1999. [Tradução nossa].

PLATÃO. **The Dialogues of Plato in Five Volumes. Volume III: The Republic**. Tradução e análise por B. Jowett. 3ª edição revisada e corrigida. Oxford: Oxford University Press, 1892. [Tradução nossa].

RAPHAEL, D. D. & MACFIE e, A. L. (Eds). **The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith: I: The Theory of Moral Sentiments**. Oxford: Clarendon Press, 1976. pp. 13-14. [Tradução nossa].

RAPHAEL, D. D. **The impartial spectator: Adam Smith's moral philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 115. [Tradução nossa].

ROTHSCHILD, E.; SEN, A. Adam Smith's Economics. In: **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge University Press, 2006. [Tradução nossa].

SAMUELSON, Paul. **The canonical classical model of political economy**. Journal of economic literature, v. 16, 1978, p.1415. [Tradução nossa].

SCHUMPETER, J. **History of Economic Analysis**. London: Routledge, 1954. [Tradução nossa].

SEN, Amartya. Adam Smith's Prudence. In: **Theory and Reality in Development**. Palgrave Macmillan UK, 1986. p. 28-37. [Tradução nossa].

_____. **Sobre ética e economia**; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Edição de 2017.

SKARŻYŃSKI, W. Adam Smith als Moralphilosoph und Schoepfer der Nationaloekonomie Ein Beitrag zur Geschichte der Nationaloekonomie. **Berlin Verlag und Theobald Grieben**, p.183, 1878. apud. GLAZE, Simon. Beyond Rationalist Orthodoxy: towards a complex concept of the self in ipe. [Tradução nossa].

SKINNER, A. Natural History in the Age of Adam Smith. **Political Studies**, 15, 1967, pp. 32-48, p. 33. [Tradução nossa].

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**; com Introdução de Edwin Cannan; Apresentação de Winston Fritsh. Vol.2. São Paulo Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Vol 1**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas**; com Introdução de Edwin Cannan; Apresentação de Winston Fritsh. Vol.1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**; tradução Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SMITH, Adam. The Glasgow Edition of the Works and correspondence of Adam Smith. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Vol. 1, 1982. [Tradução nossa].

SMITH, Adam. **Theory of Moral Sentiments**. Trad. Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SMITH, Adam. **The Glasgow Edition of the Works and correspondence of Adam Smith. The Theory of Moral Sentiments**, 1982. [Tradução nossa].

SMITH, Adam. **The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith**

(1981-1987). Vol. V: Lectures on Jurisprudence. Indianapolis: Liberty Fund, 2004. [Tradução nossa].

SMITH, Adam. **The Glasgow edition of the works and Correspondence of Adam Smith (1981-1987) Vol. IV: lectures on rhetoric and belles lettres.** Indianapolis: Liberty Fund, 1985. [Tradução nossa].

SMITH, Adam. **The Glasgow edition of the works and Correspondence of Adam Smith (1981-1987) Vol. III Essays on Philosophical Subjects.** Indianapolis Liberty Fund, 1982. [Tradução nossa].

SMITH, Adam. **Lectures on Justice, Police, Revenue and Arms, delivered in the University of Glasgow, by Adam Smith.** Reported by a Student in 1763 and edited with an Introduction and notes, by Edwin Cannan. Oxford: Clarendon Press, 1869.

SMITH, Craig. **Adam Smith's Political Philosophy.** New York, Routledge, 2006. [Tradução nossa].

SMITH, Vernon L.; WILSON, Bart J. **Humanomics: Moral Sentiments and the Wealth of Nations for the Twenty-First Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019. [Tradução nossa].

STEWART Dugald. **Biografia Crítica**, 1811. Theory of Moral Sentiments. Trad. Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2015.p. 83.

STINGLER, G. The Development of Utility Theory. I. **The Journal of Political Economy**, 307-327, 1950, p. 315. [Tradução nossa].

SUGDEN, R. Beyond Sympathy and Empathy: Adam Smith's concept of fellow feeling. **Economics and Philosophy**, v. 18, p. 63-87, 2002. [Tradução nossa].

TAYLOR, W. L. **Francis Hutcheson and David Hume as Predecessors of Adam Smith.** Durham, N.C.: Duke University Press, 1965. [Tradução nossa].

TRIBE, K.; MIZUTA, H. **A Critical Bibliography of Adam Smith.** London: Pickering & Chatto, 2002. [Tradução nossa].

TRIBE, Keith. **The Economy of the World: language, history and economics.** Oxford: Oxford University Press, 2015. [Tradução nossa].

VEETIL, Vipin P. Conceptions of rationality in law and economics A critical analysis of the homoeconomicus and behavioral models of individuals. In: **European Journal of Law and Economics**, Vol.31, n. 2, 2011, pp.199-228, p. 202. [Tradução nossa].

VINER, J. Adam Smith and Laissez Faire. **Journal of Political Economy**, v. 35, n. 2, p. 198- 232, 1927. [Tradução nossa].

WINCH, D. **Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. [Tradução nossa].

ZINGALES, Luigi. **A capitalism for the people: recapturing the lost genius of American prosperity**. New York: Basic Books, 2012. [Tradução nossa].

ZOUBOULAKIS, Michel S. On the social nature of rationality in Adam Smith and John Stuart Mill. In: **Cahiers d'économie politique/Papers in Political Economy**, n. 49, 2005. [Tradução nossa]